



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FABIO PINA DE SOUZA

**A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS:
ESTUDO DA PROPOSTA ESPACIAL E DE SEU
CONTEXTO HISTÓRICO**

Salvador

2019

FABIO PINA DE SOUZA

**A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS:
ESTUDO DA PROPOSTA ESPACIAL E DE SEU
CONTEXTO HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Souza

Coorientadora: Prof^a. Dra. Junia Cambraia Mortimer

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOUZA, FABIO PINA DE
A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS: ESTUDO DA
PROPOSTA ESPACIAL E DE SEU CONTEXTO HISTÓRICO / FABIO
PINA DE SOUZA. -- SALVADOR, 2019.
142 f. : il

Orientador: Luiz Antônio Souza.

Coorientadora: Junia Cambraia Mortimer.

Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO) -- Universidade Federal da
Bahia, FACULDADE DE ARQUITETURA, 2019.

1. Cidade Universitária. 2. EPUCS. 3. Universidade
da Bahia. I. Souza, Luiz Antônio. II. Mortimer, Junia
Cabraia. III. Título.



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ARQUITETURA E URBANISMO DO MESTRANDO
FABIO PINA DE SOUZA

Ao vigésimo dia do mês de março de dois mil e dezenove, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos professores doutores Luiz Antônio de Souza, Junia Cambraia Mortimer, Antônio Heliodório Lima Sampaio, Thais Troncon Rosa e Klaus Chaves Alberto sob a presidência do primeiro, na qualidade de orientador da dissertação, para proceder ao exame do trabalho apresentado pelo mestrando Fabio Pina de Souza intitulado "**A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS : estudo da proposta espacial e de seu contexto histórico**".


O ato teve início às 14:00 horas, tendo sido concedido ao mestrando cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pelo candidato.

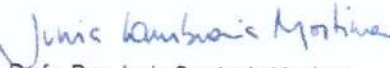
Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:


Prof. Dr. Luiz Antônio de Souza	APROVADO
Profa. Dra. Junia Cambraia Mortimer	APROVADO
Prof. Dr. Antônio Heliodório Lima Sampaio	APROVADO
Profa. Dra. Thais Troncon Rosa	APROVADO
Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto	APROVADO


Com o que se julgou o mestrando **APROVADO**, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido a **FABIO PINA DE SOUZA** o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.


Salvador, 20 de março de 2019


Prof. Dr. Luiz Antônio de Souza
Orientador e Presidente da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Profa. Dra. Junia Cambraia Mortimer
Coorientadora da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Prof. Dr. Antônio Heliodório Lima Sampaio
Membro da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Profa. Dra. Thais Troncon Rosa
Membro da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto
Membro da Banca Examinadora
PROAC-UFJF

AGRADECIMENTOS

Após um longo período de dedicação à minha pesquisa, é chegado o momento de agradecer a todos que contribuíram ativamente ou enquanto suporte nessa empreitada.

A Luiz Antônio Souza, por toda a dedicação, orientação e disponibilidade durante o desenvolvimento deste trabalho; também pelo apoio e pelas reflexões, que me acompanharão por muitos anos.

A Junia Mortimer, por estar a meu lado desde o início deste trajeto, pela dedicação atenciosa e precisa e pelo suporte e orientação.

Aos outros componentes da banca avaliadora – Prof. Dr. Antônio Heliodoro Lima Sampaio, Prof^a. Dr^a. Thaís Troncon Rosa e o Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto –, pelas contribuições tão assertivas que enriqueceram o trabalho.

Ao grupo de pesquisa Laboratório Urbano, em especial, à equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico, por ter tornado o contexto do mestrado enriquecedor de formas diversas.

À equipe da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura – SUMAI/UFBA, em especial à Coordenação de Planejamento, Projeto e Patrimônio Imobiliário, que sempre se colocou disponível para colaborar com o que fosse necessário, e por ter viabilizado um período tão essencial de dedicação exclusiva à pesquisa.

A Solange Fonseca e Gabriela Rabelo, pela atenção, carinho e colaboração no processo de revisão desta dissertação.

A minha família, pelo suporte incondicional.

A Clara Soledade e Terezinha Leite, pelo carinho e por sempre estarem a meu lado para escutar todos os desabafos.

A Sheila Kajiwara que, mesmo longe, esteve presente de tantas maneiras.

A Natália Maria, pelo suporte, disponibilidade e amizade.

A Camila Brandão, pelas inúmeras horas compartilhadas na biblioteca, pelas conversas e pela amizade.

A todos os meus amigos que me apoiaram, mesmo quando estive tão ausente.

A todos, reafirmo meu muito obrigado.

SOUZA, Fabio Pina de. *A Cidade Universitária do EPUCS: estudo da proposta espacial e de seu contexto histórico*. 2019. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a analisar o *Estudo de Localização da Cidade Universitária do EPUCS*, o qual previa a implantação de uma Cidade Universitária para a Universidade da Bahia, um ano após sua fundação. Considerando a proximidade do momento histórico dessa proposta com outros acontecimentos, como a criação do urbanismo enquanto um campo profissional na Bahia e o período de criação das universidades federais brasileiras, esta pesquisa tem o potencial de alimentar discussões sobre a universidade como grande projeto urbano e sobre a Salvador projetada pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS). A metodologia do trabalho foi qualitativa, baseada no levantamento documental e análise dos documentos a partir da bibliografia relacionada. A Cidade Universitária do EPUCS se relacionava, de forma direta, com os ideais de urbanização e modernização propostos para a Cidade do Salvador pelo próprio escritório e fazia parte de um planejamento macro que, acreditava-se, levaria a cidade em direção ao bem-estar social. Nela, é proposta a implantação da universidade no altiplano do Engenho Velho de Brotas, ao lado do Dique do Tororó e do Estádio da Fonte Nova. Ao analisar a proposta do EPUCS contraposta aos projetos da Universidade do Brasil (UB) e da Universidade de São Paulo (USP), pode-se ratificar sua relação projetual com as propostas para a UB (que, na época, ainda se chamava Universidade do Rio de Janeiro) de Marcello Piacentini, de Le Corbusier e de Lúcio Costa.

Palavras-chave: EPUCS; Cidade Universitária; Universidade da Bahia.

SOUZA, Fabio Pina de. *The University Campus by EPUCS: the study of its spatial proposition and its historic context*. 2019. Essay (Master Degree)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

This research analyzes the *Estudo de Localização da Cidade Universitária do EPUCS*. It is a proposition of campus for the Universidade da Bahia presented just one year after its foundation. This study has the potential to promote new discussions about the universities as a big scale urban project and about the urban planning developed by the Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) based on the historic context of its proposition which brings together the emergence of the urbanism as a professional field in Bahia and the moment of creation of federal universities in Brazil. The qualitative methodology adopted was based on the documentary survey and the analyzes to connect documents with the related bibliography. The campus proposed was directly related to the ideals of urbanization and modernization proposed for the city of Salvador by the EPUCS and was part of a macro planning that was meant to lead the city towards progress. The implantation was proposed on the highlands of Engenho Velho de Brotas, next to the Dique do Tororó and the Fonte Nova Stadium. After analyze the study developed by EPUCS in a comparative way with the projects of the Universidade do Brasil (UB) and the Universidade de São Paulo (USP), it is possible to reinforce the relation with the propositions for the UB (which at the time was still called the Universidade do Rio de Janeiro) designed by Marcello Piacentini, Le Corbusier and Lúcio Costa.

Keywords: EPUCS; Campus; Universidade da Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo do EPUCS para a Cidade do Salvador.....	27
Figura 2 – Mapa de Salvador com a adequação do modelo do EPUCS à geomorfologia real da cidade.....	28
Figura 3 – Localização da proposta de base de tráfego do EPUCS.....	31
Figura 4– Trecho de implantação da base de tráfego	31
Figura 5 – Estudo de base de tráfego do EPUCS	31
Figura 6 – Destaque de área de intervenção para criação de Base de tráfego ocupada por edifícios em 1942	31
Figura 7 – Sobreposição de foto aérea (GOOGLE 2018) e releitura de proposta do EPUCS	31
Figura 8 – Perspectiva de entorno da Praça Castro Alves proposto pelo EPUCS	31
Figura 9 – Modelo Trevo – Zona Residencial do plano do EPUCS	32
Figura 10 – EPUCS – Perfil esquemático para as áreas de habitação.....	33
Figura 11 – Recorte de Mapa de 1942, Salvador, com destaque para área de implantação da Cidade Universitária do EPUCS.....	34
Figura 12 – Mapeamento de unidades dispersas que integraram a UBA no ano de 1946.....	41
Figura 13 – Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS.....	53
Figura 14 – Vista Superior da Cidade Universitária do EPUCS.....	54
Figura 15 – Detalhe das edificações na Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS	55
Figura 16 – Zoneamento da Cidade Universitária do EPUCS	56
Figura 17 – Estudo de Ventilação e Iluminação Natural do EPUCS	57
Figura 18 – Estudo de desapropriação para implantação da Cidade Universitária elaborado pelo EPUCS	59
Figura 19 – Montagem de estudo de desapropriação do EPUCS/Mapa de Salvador do SGE de 1942	60
Figura 20 – Fotografia do Dique do Tororó da Ladeira do Pepino em Brotas (fotógrafo desconhecido/data desconhecida – anterior à construção da arena fonte nova na década de 50).....	61
Figura 21 – Trecho de ilustração da proposta da EPUB com identificação	

de pavilhões	62
Figura 22 – Estudo de Vias para Cidade Universitária do EPUCS	63
Figura 23 – Montagem de Estudo de Vias do EPUCS/Mapa de Salvador do SGE de 1942.....	64
Figura 24 – Comparação de área de projeto: UBA – UB – USP (sem escala)..	85
Figura 25 – Proposta de Marcello Piacentini para a Cidade Universitária da UB – 1935-1938	87
Figura 26 – Proposta de Le Corbusier para a Cidade Universitária da UB – 1936	88
Figura 27 – Proposta de Lúcio Costa e equipe para a Cidade Universitária da UB – 1936	89
Figura 28 – Proposta do Escritório Técnico da Cidade Universitária para a Cidade Universitária da USP – 1945	90
Figura 29 – Planta baixa da proposta de Piacentini (UB – 1936) sem escala – relação entre vias (eixos visuais) e edifícios	94
Figura 30 – Perspectiva da proposta de Piacentini (UB – 1936) – relação entre vias (eixos visuais) e edifícios	94
Figura 31 – Perspectiva da proposta de Le Corbusier (UB – 1936) – monumentalidade pela escala do edifício	94
Figura 32 – Trecho de planta baixa da proposta de Lúcio Costa (UB – 1936) sem escala – relação entre vias (eixos visuais) e edifícios	94
Figura 33 – Perspectiva da proposta de Lúcio Costa (UB – 1936) – relação entre vias (eixos visuais) e edifícios	94
Figura 34 – Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS (UBA – 1942-47) – monumentalidade pela implantação no altiplano e destaque para praça com edifícios administrativos e pórtico.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos base para a construção dos debates dos Capítulos 2, 3 e 4	16
Quadro 2 – Distância em km entre terreno (Y) e pontos de referencia (X).....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPU	Comissão de Estudos do Plano da Universidade do Brasil
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CUB	Cidade Universitária da Universidade do Brasil
EPUB	Escola Politécnica da Universidade da Bahia
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
SGE	Serviço Geográfico do Exército
UB	Universidade do Brasil
UBA	Universidade da Bahia
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	15
2 O ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR (EPUCS) E SUA PROPOSTA PARA A CIDADE	19
2.1 DESDOBRAMENTOS SOBRE O PLANO DO EPUCS	23
3 A PROPOSTA DE CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS	36
3.1 SOBRE A CARTA DE DIÓGENES REBOUÇAS PARA EDGARD SANTOS (DOCUMENTO 1)	43
3.2 SOBRE A CARTA DE JAYME CUNHA DA GAMA E ABREU PARA EDGARD SANTOS (DOCUMENTO 2).....	44
3.3 SOBRE O PARECER DO EPUCS (DOCUMENTO 3)	48
3.4 SOBRE AS PEÇAS GRÁFICAS DO ACERVO EPUCS (DOCUMENTO 4)....	52
4 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA (UBA) E SUAS PROPOSTAS ESPACIAIS	67
4.1 UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (URJ)/UNIVERSIDADE DO BRASIL (UB)	71
4.2 UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UDF)	74
4.3 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	79
4.4 RELACIONANDO PROPOSTAS ESPACIAIS DE CIDADES UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: UB – UDF – USP – UBA.....	83
4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS ESPACIAIS	95
5 CONCLUSÕES	97
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS – DOCUMENTOS SOBRE ‘CIDADE UNIVERSITÁRIA’ DO ACERVO EPUCS.....	105

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um trabalho acadêmico desenvolvido na Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre a própria instituição, e a motivação inicial para seu estudo surgiu a partir do desempenho do pesquisador na função de Arquiteto e Urbanista da própria Universidade, função que implica enxergar sua espacialidade e suas transformações enquanto agente desse processo. Desse contexto, originou-se a demanda de um conhecimento mais aprofundado sobre o objeto de trabalho.

No entanto, o objeto desta pesquisa não se refere à Universidade Federal atual em razão do material que foi levantado como integrante da equipe de um projeto de extensão¹ – o “Estudo de localização da Cidade Universitária do EPUCS”. Esse estudo, da década de 40 do século passado, não foi desenvolvido em nível executivo e sua concepção foi abandonada, mas foi escolhido como objeto desta pesquisa por entendê-lo como fomentador de novas discussões sobre esse momento inicial de criação de uma universidade na Bahia – quando era recente a inserção do urbanismo como campo profissional no Brasil e em Salvador, e em que foram elaboradas propostas do Escritório do Plano de Urbanismo de Salvador (EPUCS) – e também na perspectiva de trabalhos futuros sobre os possíveis impactos no espaço da UFBA

¹ O projeto UFBA/MAP resulta da iniciativa, em 2015, do Diretor do Museu de Arte Moderna de Salvador, Marcelo Resende, de dar vida ao acervo de documentos relacionados ao período de formação do que se teria chamado Museu de Arte Popular, disponibilizando, para consulta e uso, pela professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Paola Berenstein Jacques – coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Urbano e pesquisadora associada do MAM –, o vasto conjunto de documentos da época, dentre os quais, o pivô da parceria estendida à Pró-Reitoria de Extensão: a correspondência trocada entre Lina Bo Bardi e Edgar Santos, debatendo as negociações institucionais relacionadas à formação concomitante do MAP e das Escolas de Arte da UFBA. Tendo em vista a particular relevância do debate e do acervo para o conhecimento mais abrangente do histórico de coimplicação da UFBA com outras iniciativas institucionais de natureza artística cultural na Cidade do Salvador, o projeto UFBA/MAP foi adotado pela PROEXT como projeto piloto, no âmbito do programa comemorativo UFBA 70 ANOS. Ao longo de 8 meses, a Prof^a Junia Mortimer, convidada pelo Laboratório Urbano a conduzir o projeto, coordenou extenso trabalho de mapeamento documental em diversos acervos públicos da cidade, associado à realização de entrevistas com inúmeras personalidades, protagonistas e/ou testemunhas dos fatos, casos e histórias mencionados ou relacionados à documentação do acervo do MAM. A documentação mapeada e produzida pela equipe de bolsistas da PROEXT foi catalogada e organizada num meta-acervo digital, que se desdobrou na exposição “Fragmentos, documentos, arquivos: relações entre universidade e cidade de 1946 a 1964”, realizada na Biblioteca Central da UFBA, durante o Congresso da UFBA, em julho de 2016, e na exposição “Popular/Moderno, Cidade/Universidade: 70 Anos em Discussão”, realizada no Teatro Castro Alves, em dezembro do mesmo ano, mobilizando instigantes conexões entre temas, fatos, personalidades, instituições e questões que abrem pistas para uma oportuna reflexão crítica sobre a história da UFBA em suas relações com Arte, Museu, Cidade e Cultura Popular.

efetivamente construído. As referências a esse trabalho são feitas por “estudo do EPUCS”, “proposta do EPUCS”, “Cidade Universitária do EPUCS” ou “projeto do EPUCS”, de forma indistinta.

Dessa forma, esta pesquisa se propõe a uma investigação inicial sobre o objeto, com o intuito de apresentá-lo, analisá-lo e compreender melhor o contexto do período de sua elaboração. Traz para a discussão o Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS [1947], por ver, neste objeto, o potencial para alimentar discussões sobre a universidade enquanto grande projeto urbano inserido nas demais propostas desse escritório, de grande importância para o estudo do urbanismo em Salvador. A isso, somam-se as palavras de Marta Devia de Jimenez que afirma, na capa do catálogo da exposição de sua curadoria, de título “Ciudades Universitarias en América Latina”², que pensar a cidade universitária, em meados do século XX, tinha um papel simbólico no “processo de construção da modernidade nas sociedades latino-americanas”.

Na sequência desta **Introdução**, que constitui o Capítulo 1, o Capítulo 2, intitulado **O Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) e sua proposta para a cidade**, busca contribuir com o debate em torno da cidade pensada pelo Epucs. A construção desse debate foi iniciada a partir de uma investigação sobre o contexto da época e alguns fatos que precederam a criação do escritório, com a sequência da criação propriamente dita do EPUCS e o estudo de suas propostas para a Cidade do Salvador. No entanto, o estudo da proposta urbana abarca um universo muito amplo e complexo. Sendo assim, fez-se necessário definir critérios para análise e, uma vez que o objeto deste estudo é esse Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS, e, a partir desse objeto, os elementos para a discussão sobre as propostas do Escritório para Salvador foram elencados.

O primeiro elemento levantado para a análise da proposta do EPUCS para a cidade foi o modelo para o zoneamento da cidade, por se tratar de uma proposta abstrata, que reflete a lógica dos fluxos e de segregação de funções para Salvador; o segundo foi o conjunto de propostas para o Centro da Metrópole, pela sua relevância em um modelo radial concêntrico de um único centro e por ser fator definidor para a

² Exposição realizada no Museo de Arquitectura Leopoldo Rother – Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, em novembro de 2002.

escolha do local de implantação da Cidade Universitária. Nesta dissertação, também está referido como Centro ou Zona Administrativa, que é onde a Praça Municipal – muito utilizada como referência de distância nos estudos sobre a localização do EPUCS – está situada; o terceiro elemento foi a região do Dique do Tororó, por se tratar do vale adjacente ao local escolhido para a implantação da Cidade Universitária proposta pelo EPUCS e que permitia a sua ligação com o Estádio da Fonte Nova e o Dique.

Para a construção do capítulo, foi articulada uma série de obras bibliográficas conjuntamente com artigos de jornais e documentos primários, que forneceram subsídio para o entendimento do contexto histórico e para análises iconográficas, no intuito de localizar o escritório nos debates sobre urbanismo, que ocorriam entre as décadas de 30 e 40 e sua proposição de cidade.

O Capítulo 3 – **A proposta de Cidade Universitária do EPUCS** – aborda o surgimento da Universidade da Bahia e o projeto do EPUCS para o que foi o primeiro estudo de reunião das diversas unidades acadêmicas, até aquele momento faculdades dispersas pela cidade, em uma única gleba, criando um espaço que reuniria, em si, as funções de habitação, trabalho e estudo, formatando o que foi denominado de Cidade Universitária.

Para a construção do capítulo, foi realizada uma série de leituras de modo a identificar elementos que pudessem contribuir para a discussão deste trabalho, bem como foram acessados documentos primários do Acervo EPUCS, além de documentos publicados anteriormente e textos críticos. Enquanto, no segundo capítulo, o foco foi o EPUCS e o plano para a cidade, neste terceiro capítulo, a proposta é refletir sobre a criação de universidade e sobre o estudo do EPUCS para uma cidade universitária.

O Capítulo 4 surge como consequência do que o antecede, e nele se pode constatar que o EPUCS considerou a Universidade do Brasil (UB) como referência para o desenvolvimento de seu estudo. Intitulado **Universidades Brasileiras Contemporâneas à Criação da Universidade da Bahia (UBA) e suas propostas espaciais**, esse capítulo, que parte da busca de possíveis relações entre a Cidade Universitária do EPUCS e as propostas desenvolvidas para a UB, traz a percepção, através de uma série de estudos sobre o momento inicial de formação das universidades brasileiras, de que este foi um período de experimentação, quando surgiram algumas instituições com a intenção de servirem de modelo para o projeto

nacional de construção de universidades por todo o país. Sendo assim, a discussão foi ampliada de modo a agregar questões a partir também do estudo do Projeto da Universidade do Distrito Federal (UDF), na cidade do Rio de Janeiro, e o da Universidade de São Paulo (USP).

Dessa forma, fez-se necessário o entendimento de algumas particularidades do processo de formação dessas universidades, o que foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e, na sequência, de uma discussão sobre uma relação entre as propostas dessas universidades e a da Cidade Universitária do EPUCS.

Portanto, esta pesquisa tem o objetivo de problematizar, a partir do Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS, questões como: com que plano de cidade (Salvador) se relacionava a proposta da Cidade Universitária do EPUCS? Em que contexto histórico essa proposta foi criada? Em que consiste a proposta de Cidade Universitária do EPUCS? É possível traçar paralelos entre essa proposta e outras universidades instituídas no Brasil no mesmo período? Com isso, esta dissertação contribui para ampliar o entendimento sobre o EPUCS e sobre a criação da Universidade da Bahia.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida através do levantamento documental primário e secundário e a partir da análise desses documentos. O material levantado foi agrupado por discussão, conforme descrito a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Documentos base para a construção dos debates dos Capítulos 2, 3 e 4

AGRUPAMENTOS	DOCUMENTOS	NOTA
GRUPO 1	Carta de Diógenes Rebouças para Edgard Santos	Documento transcrito nos anexos da dissertação; Acervo EPUCS
	Carta de Jayme Cunha da Gama e Abreu para Edgard Santos	Documento transcrito nos anexos da dissertação; Acervo EPUCS
	Parecer do EPUCS	Documento transcrito nos anexos da dissertação; Acervo EPUCS
	Peças gráficas do Acervo EPUCS	Acervo EPUCS
	Mapa do Serviço Geográfico do Exército de 1942	Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA.
	Notícias de jornais da Hemeroteca Nacional	(<i>O Imparcial</i> , 1935a-j); (<i>Correio da Manhã</i> , 1941)
GRUPO 2	<i>Epucs – Uma Experiência de Planejamento Urbano</i>	(Salvador/PMS, 1976)
	<i>Caderno de Plantas</i> do Epucs	Disponível em https://bit.ly/2EHU9db
GRUPO 3	<i>O Espaço da Usp: Presente e Futuro</i>	(USP, 1985)
	<i>Arquitetura Italiana no Brasil</i>	(TOGNON, 1999)
	<i>Le Corbusier [et] P. Jeanneret: 1934-1938</i>	(JEANNERET; BILL, 1953)
	<i>Lucio Costa : Registro de uma Vivência</i>	(COSTA, 1997)

Fonte: Elaboração própria (2018).

O levantamento inicial foi realizado a partir da pesquisa sobre o Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS. O acesso inicial a essa documentação se deu pela participação no grupo de extensão UFBA/MAP. O retorno ao acervo foi necessário para a busca de toda documentação relacionada ao assunto. Sendo assim, essa documentação representa todo o material disponível sobre o tema, com exceção de algumas imagens de croquis com estudos de volumetria na região do Jardim Baiano, arquivadas no acervo como integrante do estudo da Cidade Universitária, mas que não apresentam relação com os demais documentos, nem sequer como citação, além de que o estudo volumétrico não apresenta informação que comprove se tratar de um estudo sobre a universidade. Caso seja, sua falta de relação com os demais documentos dá a entender que foi um estudo abandonado.

Ao redor do “Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS”, gravitou toda a pesquisa e foi na busca de melhor compreendê-lo que os demais documentos foram agregados à pesquisa. Ao somá-lo com o “Mapa do Serviço Geográfico do Exército de 1942” e com “Notícias de Jornais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital”³, configura-se o Grupo 1 de documentos, mobilizados na construção da análise a respeito das primeiras movimentações para a criação de uma universidade na Bahia e da proposta de Cidade Universitária do EPUCS, desenvolvida no Capítulo 3 desta dissertação.

Durante o desenvolvimento do estudo, foram traçados, como estratégia de abordagem, outros dois pontos de pesquisa: uma investigação sobre o EPUCS e suas propostas para Salvador a partir dos dados levantados sobre a Cidade Universitária; e um levantamento sobre outras universidades brasileiras e suas relações espaciais com a Cidade Universitária do EPUCS.

Para o estudo das propostas do EPUCS para a Cidade do Salvador, foram levantados os documentos do Grupo 2, que são: a publicação *EPUCS: Uma Experiência de Planejamento Urbano* (SALVADOR/PMS, 1976), do Acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFBA, publicado pela Prefeitura Municipal de Salvador/OCEPLAN⁴, que traz algumas transcrições de documentos do EPUCS e pranchas desenvolvidas durante a elaboração do plano para Salvador; e caderno de plantas do EPUCS disponibilizado *online* pela Fundação Mario Leal Ferreira, com diversos levantamentos e estudos desenvolvidos pelo EPUCS.

Os documentos do Grupo 3 foram utilizados nas análises das propostas espaciais das universidades brasileiras elencadas para uma análise relacional com a Cidade Universitária do EPUCS. Esse grupo é formado exclusivamente por livros, uma vez que essas publicações disponibilizavam peças gráficas suficientes para as análises desenvolvidas, viabilizando o acesso às informações necessárias, sem implicar a dificuldade, caso fosse essencial, de viajar para diversas cidades do País em busca dos documentos primários. No entanto, não está descartado que outras investigações podem ser articuladas futuramente com acesso a novas documentações, ampliando ainda mais o debate. A obra *Arquitetura Italiana no Brasil* (TOGNON, 1999) faz parte do acervo pessoal do pesquisador e as obras *O Espaço*

³ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: mar.2018.

⁴ Órgão Central de Planejamento.

da USP: presente e futuro, Le Corbusier [et] P. Jeanneret: 1934-1938 (JEANNERET.; BILL, 1953) e *Lucio Costa: registro de uma vivência* (COSTA, 1997) fazem parte do acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Os documentos elencados foram utilizados para o desenvolvimento das análises das propostas espaciais, salvo as notícias de jornais, que foram utilizadas para agregar informações na contextualização histórica dos capítulos.

Note-se que o grupo de documentos central dessa pesquisa dá origem ao Capítulo 3. Apesar de sua centralidade na concepção desta dissertação, optou-se por delinear uma trajetória de leitura que permitisse que, inicialmente, questões gerais sobre o EPUCS e sobre a Cidade do Salvador fossem abordadas, para posteriormente aprofundar a discussão sobre a criação da Universidade na Bahia e a Cidade Universitária do EPUCS e, em sequência, problematizar a proposta do EPUCS a partir de relações com outras Cidades Universitárias brasileiras que a antecederam.

2 O ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR (EPUCS) E SUA PROPOSTA PARA A CIDADE

Grandes mudanças no cenário político ocorreram no Brasil nas décadas de 30 e 40 do século passado, como a tomada do poder por Getúlio Vargas (1930), a criação de uma nova constituição brasileira em 1934, a regularização do voto feminino, a luta do governo contra o comunismo e a Segunda Guerra Mundial. Foi um momento de criação ideológica de uma nação moderna, forte e soberana.

Na Bahia, o cenário econômico não era tão favorável ao engajamento dos governos locais na estruturação desse Estado forte. Talvez este tenha sido um fator primordial para a não concretização da universidade proposta em 1935 por Pedro Calmon, deputado federal pelo Estado da Bahia. Como disse Milton Santos⁵ (2008, p. 192), “Salvador é, assim, um fato de economia especulativa pura”. Afirmação essa baseada em seus estudos sobre a economia da Cidade do Salvador, que tinha a função de escoamento de uma produção agrícola de matéria-prima para uma indústria externa ao Estado. Santos (2008, p. 47-48) aborda o ciclo do cultivo do cacau como grande propulsor da economia do Estado da Bahiano início do século XX e a dificuldade de investimentos na expansão industrial:

Entre 1920 e 1940, a produção de cacau aumenta quase 100 mil toneladas. Esse aumento é o equivalente a 160 mil hectares, isto é, ao trabalho de mais ou menos 16 mil famílias. A zona cacauzeira é, assim, um verdadeiro exutório que substitui a capital do Estado no papel de receptáculo da população nordestina excedentária. Salvador é assim aliviada da presença desses excedentes agrícolas, economicamente marginais. É a explicação real de atenuação da curva demográfica da Cidade do Salvador nos primeiros 40 anos do século XX e, especialmente, entre 1920 e 1940. (SANTOS, 2008, p. 48).

À medida que o cacau é o produto primordial para o comércio nesse período, o que alivia o crescimento demográfico da Capital por dar novos destinos ao fluxo de

⁵ A obra *O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana* foi fruto da publicação da tese de Doutorado de Milton Santos, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Strasbourg, França, em 1958.

migração, não conformava uma situação de grandes investimentos para Salvador. Como Santos (2008, p. 47) diz:

Então, o polo da economia estadual e a fonte de recurso para o Tesouro se transferem para a zona cacauzeira. Entretanto, cultura familiar que se afirmava com dificuldade, a cultura do cacau não estava em condições de permitir uma acumulação de capitais em favor da cidade do Salvador, cujo porto, contudo, concentrava toda a exportação de cacau para o estrangeiro.

Assim, exatamente quando o Brasil se encaminhava para a industrialização, Salvador se ressentia da falta de capitais disponíveis para continuar os tímidos esforços feitos no domínio da indústria têxtil no fim do século anterior. A cidade continuava fiel ao seu antigo papel de porto e cidade comercial.

Dessa forma, duas questões aparecem com grande representatividade: o desejo da construção de uma nação forte e moderna; e a limitação de potência econômica do Estado da Bahia e da Cidade do Salvador entre as décadas de 20 e 40. A elas, pode ser somada ainda um grande direcionamento do olhar para o Rio de Janeiro, Capital do Brasil, e para São Paulo, grande potência econômica, tanto na construção dessa imagem de nação forte quanto como o local onde era possível pôr em prática projetos que ganharam grande relevância nacional. Dentro do contexto da época, contribuir para a concretização de grandes projetos nessas duas cidades poderia ser entendido como uma forma de colaborar para a construção de um modelo a ser expandido a outros Estados, a Bahia inclusa.

Nessa busca pela modernização, mudanças significativas foram feitas em Salvador desde o início do século XX, com as reformas realizadas durante o governo de J. J. Seabra, como alargamento de ruas e ampliação da área de aterro do Comércio. Segundo Jacileda Santos (2007, p. 4):

As soluções encontradas para adaptar Salvador aos ditames da “modernidade” – principalmente a sua área portuária – demonstrava uma forte preocupação com sua relação comercial com o exterior, com sua importância como capital do Estado, e por ser considerada a mais importante cidade nordestina.

Segundo Fernandes (2016a, p. 26), a perspectiva econômica, para Salvador, não era promissora desde a Revolução de 1930, sendo associada à perda de prestígio

político do Estado. Em 7 de agosto de 1933⁶, a demolição da Sé, motivada pelo desejo de modernização do serviço de bondes da Cia. Circular de Carris da Bahia⁷ indica essa demanda pela modernização. A Escola Politécnica⁸, nesse momento, é a instituição técnica que se coloca a debater o novo campo de estudo, o urbanismo. Pode-se aferir que esse interesse se deu por acreditar que, conforme Fernandes (2014, p. 32), “o urbanismo [...] aparece como termo comum para designar uma nova forma de atuação sobre a cidade.”

É nesse contexto que, em 1935, é criada a Comissão Central do Plano da Cidade do Salvador pelo prefeito José Americano da Costa. Essa comissão, composta por membros do poder público das esferas municipal e estadual, bem como pela Associação Comercial da Bahia, pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia, pela Associação Baiana de Imprensa, pela Associação de Engenheiros Civis da Bahia e pelo Rotary Club, organiza temas a serem estudados, que seriam retomados, posteriormente, na Semana de Urbanismo (FERNANDES, 2014, p. 36-39).

Diante de diversas dificuldades de atuação que iam desde a ausência de uma planta cadastral da cidade até a falta de apoio institucional, a comissão organiza a Semana de Urbanismo em parceria com a Sociedade de Amigos de Alberto Torres⁹, núcleo Bahia (FERNANDES, 2014). Segundo Sampaio (1988), o eixo central do evento era mostrar ao povo um caminho a seguir, no intuito de tornar Salvador uma cidade modelo. O presidente da Comissão, o engenheiro Milton Oliveira, defende o ponto de vista de que a intenção desse seminário era a de “vender Urbanismo ao público” (COMISSÃO, 1937, apud BATISTA, 2013, p.135).

⁶ Vale salientar que, pouco antes, no ano de 1930, no Rio de Janeiro, foi publicado o plano urbanístico para o Distrito Federal, que virou referência na discussão de urbanismo na época, de autoria do arquiteto francês Donat Alfred Agache (1875–1959) – “Arquiteto francês diplomado pela École des Beaux-Arts de Paris em 1905. É fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas, tendo sido secretário-geral até o período entre guerras. Alguns lhe atribuem a criação do vocábulo urbanismo. Em 1927 é convidado para uma série de conferências sobre urbanismo no Rio de Janeiro, que culminam com sua contratação no ano seguinte para elaboração de um plano urbanístico para a cidade.”(AGACHE, 1930).

⁷ A demolição da Sé, segundo Barbosa (1999, p.17-15), apesar do discurso de modernização pelo transporte, não passou de um “ato gratuito, sem nada resolver, nem mesmo o decantado problema de trânsito”. Tomando por base o estudo de Jaime Cunha da Gama e Abreu, de 1928 para fazer tal aferência, o autor traz, como contraponto, que parte da argumentação, pautada pela ‘ideologia do progresso’, era que “a Sé tinha que desaparecer porque era feia”..

⁸ Em 1928, foi feita uma petição de *Protesto contra a Demolição da Igreja da Sé* e um único professor da Escola Politécnica, o professor Jayme Cunha da Gama e Abreu (FERNANDES, 2014, p. 32), participou de diversos momentos de debate sobre urbanismo a partir da década de 20. Ele também participou da Semana de Urbanismo de 1935.

⁹ Fundada em 1932, no Rio de Janeiro, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha como objetivo discutir os problemas nacionais segundo as reflexões feitas pelo autor.

A Semana de Urbanismo, que se iniciou no dia 20 de outubro de 1935 e foi noticiada em matéria do Jornal *O Imparcial* de 16 de outubro do mesmo ano, teve o intuito de “mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir, a fim de torna-la uma cidade modelo” (NOTAS..., 1935d). A Semana buscava, para “a cidade da Bahia”, um plano que fosse concebido tomando a cidade como um todo, a partir de exemplos de uso do urbanismo em outros locais do mundo e, também, tomando como parâmetro cidades brasileiras como Belém, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e o projeto do Estado de Goiás para construção de uma nova capital na defesa de investimentos em um plano urbanístico para Salvador. “A nossa cidade, a mais velha e tradicional do Brasil, não pode ficar atrás das outras”. (SEMANA..., 1935h).

É nesse contexto profissional, associado às grandes transformações políticas e sociais que estavam em curso no Brasil e na Bahia crise de 1929, Revolução de 30, revoltas greves generalizadas, congelamento de salários - que acontece a Semana de Urbanismo de 1935, cujo objetivo era debater temas de destaque para o desenvolvimento da cidade e dar visibilidade à iniciativa do poder público municipal na elaboração de um plano para enfrentar os inúmeros problemas enfrentados pelos soteropolitanos. O Urbanismo se apresentava então como campo virtuoso a oferecer soluções para a sua superação. (FERNANDES, FIGUEIREDO e REBOUÇAS, 2016, p. 19)

Entre as várias atividades da semana, destaca-se a participação do engenheiro Jayme Cunha da Gama e Abreu, que viria a integrar a “Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia” e viria a escrever uma das cartas que compõem o objeto de estudo desta pesquisa (Documento 2). Ele versou sobre Zoneamento das Cidades, Tráfego Urbano e Model City Charter. Foi uma intensa programação por meio da qual se teve um panorama das discussões levantadas.

Alguns anos depois, outro grande evento sobre o Urbanismo mobilizou novos debates. Apesar de ter sido o Rio de Janeiro, a sede do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, o evento e suas medidas estavam postos como referências para “todos os Estados da Federação”. (A QUESTÃO..., 1941, p.3). O congresso ocorreu entre 20 e 27 de janeiro de 1941. Dentre os temas abordados, pode-se destacar, como forma de ilustrar a visão do urbanista da época, a questão das favelas. Conforme foi reportado em matéria do Jornal *Correio da Manhã*, de 31 de janeiro de 1941, com título “A questão das Favellas – apreciações do sr. José Marianno (filho)”, o debate que ocorreu no congresso em torno das questões relativas à “casa do pobre” sugeria

a criação do “Instituto da Casa Popular”, buscando o barateamento das habitações pelo retorno de técnicas tradicionais, como o uso do adobe e de telha mais leve, de modo a tornar mais acessível o custo do madeiramento necessário para a cobertura da casa. As medidas propostas no congresso visavam a solução para as favelas nos 10 anos após sua implementação. O engenheiro Jayme Cunha da Gama e Abreu, autor de uma carta em defesa da implantação da Cidade Universitária do EPUCS em Brotas, participou do congresso e lá apresentou dois trabalhos: “Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico das Cidades”; e “Deve um Urbanista ser um Arquiteto, um Engenheiro ou um Geômetra?” (DEPARTAMENTO DE URBANISMO DO CENTRO CARIOCA, 1941).

Após o congresso, novas discussões surgiram sobre a demanda de um plano urbanístico para Salvador, mas, apesar da proposta da empresa Coimbra-Bueno, vinculada ao arquiteto Agache, que desenvolveu o plano para a Cidade do Rio de Janeiro (também conhecido como Plano Agache), foi Mário Leal Ferreira¹⁰ quem ficou responsável pela elaboração do plano de urbanismo de Salvador, por meio de contrato firmado com a prefeitura no dia 03/11/1942, o que marca o início do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) (FERNANDES, 2014, p. 53-82). O EPUCS iria elaborar, entre diversos outros projetos para a Cidade do Salvador, um estudo de Cidade Universitária para a Universidade da Bahia, que provavelmente foi o primeiro estudo do espaço físico da Universidade da Bahia (UBA).

2.1 DESDOBRAMENTOS SOBRE O PLANO DO EPUCS

A partir dos textos, plantas e fotos, procuraremos mostrar que o EPUCS foi a manifestação mais acabada do sonho, dos desejos manifestados de uma elite dirigente acompanhada por uma classe média por um tipo de “cidade civilizada”. (BATISTA, 2014, p. 166).

O Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) foi criado em 1942 por Mário Leal Ferreira para o desenvolvimento do primeiro plano global para a Cidade do Salvador. O escritório foi organizado com o Setor de Paisagismo, o Setor

¹⁰ Mário Leal Ferreira foi o engenheiro geógrafo responsável pelo EPUCS. Entre 1930 e 1932, fez curso de Engenharia Sanitária e Sociologia na Harvard University (Massachusetts, E.U.A.), como estudante graduado (*felow*) da Rockefeller Foundation.

de Legislação, o Setor de Pesquisa e o Setor de Engenharia. O escritório também contava com a colaboração de Técnicos da Prefeitura e profissionais colaboradores para a concepção das propostas¹¹.

Vale destacar que, entre julho e agosto de 1933, ocorreu, a bordo do navio S. S. Patris II, de Atenas a Marselha, o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que discutiu a Cidade Funcional e que serviria de base para “A Carta de Atenas”(RABELO et al., 2016). A primeira publicação da carta se deu em novembro do mesmo ano, em versão bilíngue (grego e francês) (SAMPAIO, 2001, p. 89). Segundo Admar Guimarães, integrante do EPUCS, os princípios norteadores dos projetos do escritório eram fundamentados naqueles defendidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs¹².

O ante-projeto de onde foi extraída a Declaração de Princípios (Anexo-I), que se transcreve textualmente para confronto com os mandamentos da Carta, foi concebido como elemento integrante da Enciclopédia Urbanística em que se haveria de consubstanciar, segundo o programa preestabelecido, o plano de reestruturação e expansão da Cidade do Salvador organizado pelo EPUCS. Nesses "princípios" se condensa, por assim dizer, o espírito que presidiu aos trabalhos daquele extinto escritório e orientou a elaboração do referido Código, cujas normas sobre zoneamento e loteamento já se acham incorporadas à legislação municipal vigente, constituindo o decreto-lei do qual se reproduzem, acompanhadas de dois mapas ilustrativos, algumas de suas disposições sobre o zoneamento local (Anexo-II), – a título de facilitar, por sua objetividade, a inteligência do conteúdo doutrinário do Urbanismo dos CIAM, em que elas se inspiram. (GUIMARÃES, 1955, p.XVIII)..

No entanto, o trabalho do EPUCS aponta também para outro lado. A própria demanda remanescente da Semana de Urbanismo de 1935, em que foram levantadas as necessidades iniciais para um pensamento geral sobre a cidade, como o levantamento topográfico atualizado, formatou o início dos trabalhos do escritório. O

¹¹ A descrição completa da equipe do EPUCS está listada na publicação *Plandurb – EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*, de 1976. Nela, contam também profissionais especialistas em elaboração de maquetes, desenhistas, arquivistas, fotógrafos e profissionais com funções administrativas. (SALVADOR/PMS, 1976, p.36-37).

¹² Segundo Sampaio (1999, p. 198), em entrevista com Diógenes Rebouças, este informou que o professor Mário Leal não conhecia Le Corbusier e que o próprio Diógenes e Admar Guimarães se empolgaram com o texto da Carta de Atenas, mas o professor Mário Leal não se interessara como eles, dizendo que o que buscava para o EPUCS não seria exatamente aquilo. Esse dado, no entanto, encontra-se apenas como nota de rodapé de sua publicação *Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal*, sem referência ou data, sendo provavelmente um registro da fala de Diógenes.

plano, que tinha como objetivo maior “corrigir os defeitos da Cidade, ordenar seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população”, (SALVADOR/PMS, 1976, p.39), teve discriminados cinco objetivos específicos¹³. Desses cinco pontos, apenas o quinto e último tem caráter propositivo, ainda que se coloque como fruto de um acúmulo proveniente do cumprimento dos objetivos anteriores. Note-se que levantamentos da geomorfologia da cidade, da história e de investigações científicas serviriam de embasamento e os projetos seriam realizados segundo a "investigação e acomodados às suas conclusões" (SALVADOR/PMS, 1976, p.39). Essa abordagem mediada por uma série de estudos prévios aproxima esse arcabouço científico aos *surveys* de Patrick Geddes¹⁴ e aos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago. Sampaio (1999, p. 198) traz essas referências e a elas acrescenta a aproximação do EPUCS com os ideais do Town Planning e do IFHP (International Federation of Housing and Planning, organização fundada em 1913 por Ebenezer Howard e que promovia congressos internacionais sobre habitação e planejamento urbano) e do *Comprehensive Planning*.

O material do EPUCS é muito vasto e uma grande parcela dele ainda não possui uma análise crítica. Estudar as suas propostas, portanto, demandaria um outro tipo

¹³ Os cinco objetivos específicos foram: “1 – preparação de planta cadastral da Zona Urbana da Cidade, mediante projeto e especificações técnicas detalhadas previamente e aprovadas pelo Prefeito; 2 – realização de trabalhos de investigação histórica e científica dos fatores responsáveis pela atual fisionomia da Cidade e apresentação desses estudos em forma de monografias enfileiradas em volumes que comporiam a "enciclopédia urbanística da Cidade do Salvador"; 3 – interpretação do resultado desses estudos, do ponto de vista da formação estrutural e funcional da Cidade do Salvador; 4 – composição de um corpo de doutrinas e princípios basilares, sobre o qual possam assentar os projetos a serem desenvolvidos agora e no futuro; 5 – realização de projetos sugeridos pela investigação e acomodados às suas conclusões, sobre restaurações e correções da estrutura atual da Cidade e sobre o desdobramento e expansão de novos setores, que serão entregues à Prefeitura para a sua possível execução, à proporção que forem sendo organizados, obrigando-se o contratante a dar prioridade àqueles que, sem prejuízo justificado do plano de conjunto, forem preferidos pelo Prefeito.” (SALVADOR/PMS, 1976, p.39).

¹⁴ “Geddes veio de uma formação em biologia e dedicou-se a estudar a interação da vida com o meio ambiente, o que acabou o levando ao estudo das cidades. Suas concepções sobre a cidade foram inspiradas pela "ciência da vida" e moldadas pela observação empírica e intuição. Em seu livro *Cidades em Evolução*, Geddes expõe a sua ideia de cidade como um instrumento de evolução, e a partir daí começa a formular a sua filosofia quanto a questão de ordenamento do território. Ele propôs que o desenvolvimento da cidade é apenas uma parte de uma rede mais ampla e que o planejamento da cidade, portanto, não era apenas a relação entre as ruas e espaços públicos, mas também entre a cidade e sua paisagem circundante. É deste livro que surge seu *mandra survey before planing*.” (Fonte: *Cronologia do Pensamento Urbanístico* – verbete: Patrick Geddes publica "Cities in Evolution. An introduction to the Town-Planning movement", disponível em < <https://bit.ly/2KCSiJ2> >. Acesso em: 20 nov. 2018). [Geddes] “exerceu uma grande influência quando se realizaram as primeiras Garden-cities. Foi o mestre de Lewis Mumford. Suas duas obras principais, em matéria de urbanismo, são: – *City Development* (1904); – *Cities in Evolution* (1915).” (CHOAY, 2015, p. 274).

de estudo muito mais detido e criterioso pela dimensão do desafio e pela sua relevância. O que se busca neste estudo é o desenvolvimento de uma leitura crítica que nos permita melhor compreender os documentos sobre a Cidade Universitária proposta pelo escritório ou considerados importantes a partir da análise do conteúdo deles. Foram elencados, então, três elementos, que são: a zona administrativa, onde se encontra o centro da cidade – a referência maior de distância para escolha de sítio para a localização da Cidade Universitária; a região do Dique do Tororó; e o trecho da zona residencial de Brotas, onde foi proposta a cidade universitária após as análises. Ainda que, por vezes, o foco nesses elementos não tenha sido tratado como algo tão restrito, mas o que se soma a eles nessa análise sempre procura acrescentar algo que nos ajude a vislumbrar para que Salvador a Cidade Universitária do escritório foi projetada.

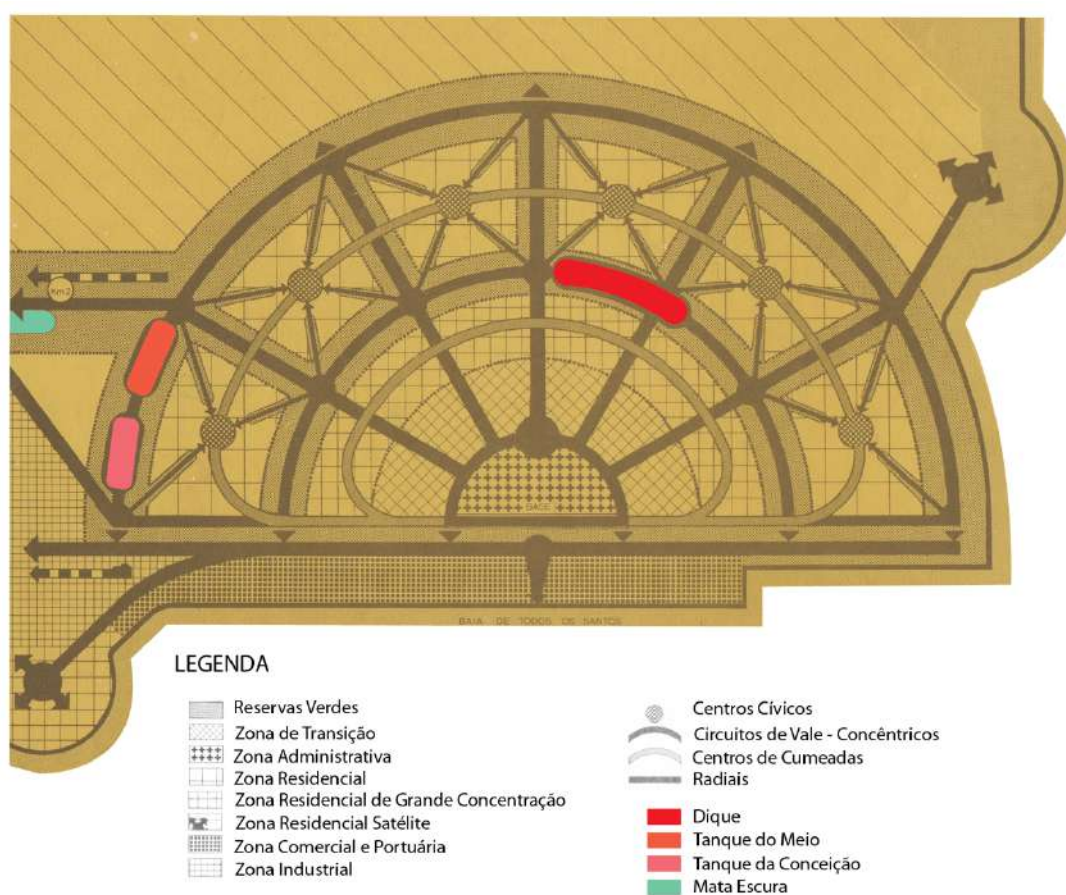
A cidade do EPUCS é pensada a partir de um modelo radial concêntrico com um único centro, que seria o centro histórico de Salvador. O plano incorpora medidas propostas pelo Plano Simas¹⁵, que considerava importante a remodelação do centro de modo a alargar suas vias e criar uma forma de comunicação entre o Porto, o Centro da Cidade e as avenidas de vale, pensadas como Parkways, avenidas cercadas de verde. O modelo traz soluções para as questões mais gerais do plano, como o zoneamento, a solução de fluxos, inclusive considerando situações distintas entre circulações de cumeada e circulações por vale e os eixos de expansão da cidade.

No modelo do EPUCS para Salvador (Figura 1), o centro é a Zona Administrativa, que estava diante do porto da cidade. Nele está incluso o centro histórico de Salvador, tradicional por abrigar as funções administrativas do poder público, e onde a implantação da base do transporte ferroviário da cidade foi estudada nesse período. A delimitação dessa zona se dá por meio de um Circuito de Vale. Essa área sofreria uma grande intervenção urbana segundo o plano do EPUCS de modo a viabilizar a ampliação da rede de ferroviário da cidade e a comunicação entre os diversos meios

¹⁵ Segundo Batista (2014, p. 85), foi na Semana de Urbanismo de 1935 que os estudos com propostas de soluções viárias desenvolvidos pelo engenheiro civil Américo Simas, catedrático da Escola Politécnica da Bahia, foram apresentados para o público como esboço do “plano diretor da Cidade do Salvador. “O sistema de circulação de Simas era repleto da solução técnica de viadutos, pontes, túneis e ascensores urbanos com o fim de vencer a topografia acidentada conectando seguramente os dois andares da cidade. O emprego maciço de técnicas modernas de comunicação vertical (elevadores, vias de encosta e viadutos) por Simas visando a alcançar a fluidez que se esperava de uma ‘cidade moderna’, nos faz lembrar as cidades futuristas de Marinetti e seus discípulos.” (BATISTA, 2014, p. 86-87)

de circulação da cidade. Uma vez que o centro está próximo ao mar, o modelo radial é representado como um semicírculo. A base desse semicírculo forma um circuito localizado na cidade baixa como um segmento de reta que se conecta com os circuitos concêntricos da proposta através de elementos representados como setas. A conexão sugere a adoção de soluções que vençam o desnível entre Cidade Baixa e Cidade Alta, de modo a permitir o fluxo ininterrupto e com amplas possibilidades de conexão.

Figura 1 – Modelo do EPUCS para a Cidade do Salvador

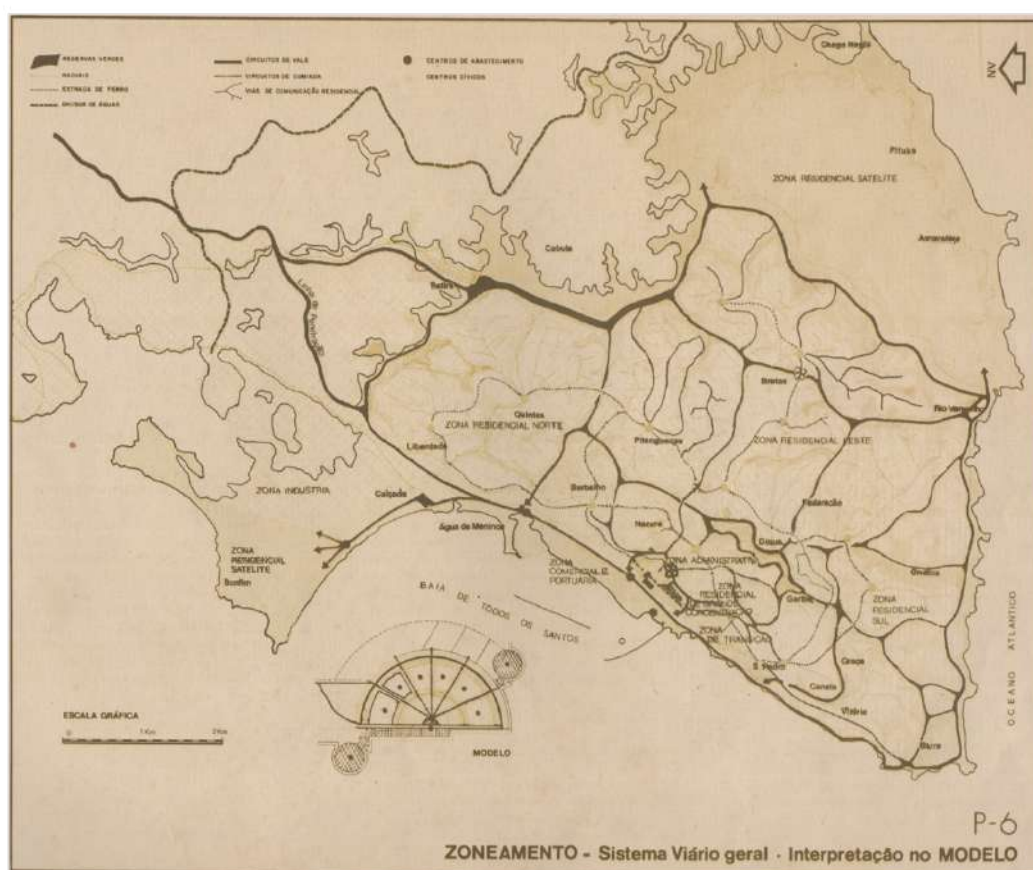


Fonte: Salvador/PMS (1976, p.81).

O mapa de Salvador com a adequação do modelo do EPUCS à geomorfologia real da cidade (Figura 2) traz as adequações dessa proposta à cartografia local e seu relevo. O modelo reflete uma leitura da cidade, uma vez que é construído a partir de seu relevo, com grandes trajetos em altiplanos e grandes trajetos em vale; busca, de forma esquemática, criar uma continuidade dos fluxos, um ordenamento e, principalmente, uma segregação de acordo com a função, utilizando-se do *zoning*. Também foram desenvolvidos estudos para o abastecimento de água e para o

sistema de esgoto, sempre usando o relevo como fator de grande importância para a tomada de decisões. A cidade foi dividida nos seguintes tipos de zonas: zona administrativa; zona comercial e portuária; zona de transição; zona residencial de grande concentração; zona residencial satélite e zona industrial. O mapa interpretativo traz a leitura do modelo para o traçado existente e a geomorfologia local.

Figura 2 – Mapa de Salvador com a adequação do modelo do EPUCS à geomorfologia real da cidade



Fonte: Salvador/PMS (1976, p.75).

Uma cartografia parcial da cidade¹⁶, mas que engloba o centro histórico de Salvador e a área do entorno do Dique do Tororó (área de implantação do estudo de Cidade Universitária do EPUCS), nos permite uma leitura comparativa da configuração de Salvador em 1942 e o plano do EPUCS. Assumindo o traçado como o elemento que define as zonas da proposta do escritório, foi realizada a sobreposição do mapa de Salvador de 1942 com o Sistema Viário proposto pelo EPUCS.

Muitas das vias propostas pelo EPUCS respeitam traçados preexistentes, algo compreensível, uma vez que o plano propõe o traçado a partir do relevo, e essa solução é a mais espontânea em casos de não planejamento. Mas o EPUCS cria novas vias, complementa vias existentes, de modo a dar uma lógica de fluxo contínuo, e altera vias existentes, mudando sua escala. O EPUCS propõe uma divisão de vias que reconfigura o porte das ruas, criando um escalonamento que vai de vias de grande tráfego até vias locais, onde, em zonas residenciais, refletiria a demanda de um fluxo de veículos mais calmo.

As avenidas de vale, característica de Salvador e que configura o traçado das vias da cidade, foram concebidas pelo plano desse escritório, apesar de só após alguns anos terem sido parcialmente construídas.

Em 1949 foi concluída a Av. Centenário, a primeira avenida de vale rigorosamente implantada de acordo com o modelo urbanístico preconizado pelo plano do EPUCS. Durante os anos 1960 e principalmente durante toda a década de 1970 implantaram-se as demais avenidas de vale e outras importantes vias que passaram a constituir o novo sistema viário estrutural da Cidade, transformando-se rapidamente em vetores de expansão urbana e mais tarde em corredores de concentração de usos diversificados. (SALVADOR /PMS, 2009, p.48).

Um olhar mais detido sobre o centro da cidade, a partir do traçado das vias e da rede de ferrocarril proposta, evidencia que ele sofreria grandes intervenções. Naquele momento, a preocupação com o patrimônio protegia monumentos, sem estendê-la ao conjunto de edifícios e com a paisagem. Na publicação sobre o EPUCS, realizada pela Prefeitura Municipal de Salvador (1976, p. 102), ficou registrado que existe mais que uma hipótese sobre o que efetivamente seria a proposta do EPUCS para a Base de Tráfego, de onde sairia a rede de transporte ferrocarril, mas

¹⁶ Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA (conhecida como Biblioteca de Exatas).

Em qualquer das hipóteses, admite-se que a implantação da estrutura da "Base" comprometeria o Centro Histórico da Cidade. Observe-se, a respeito, que a atitude preconizada pelo EPUCS em relação ao Patrimônio Histórico, refletida nas legendas da exposição de 1945, enfatizava a preservação apenas dos que considerava "Monumentos de Real Valor Histórico". (SALVADOR/PMS, 1976, p.102).

A proposta com registro gráfico na documentação do EPUCS apresenta um esquema da base de tráfego (Figura 5). Ao analisar esse esquema lado a lado com o mapa de 1942 (Figura 4), nota-se a dimensão da intervenção no centro, na Zona Administrativa (Figura 6).

Uma grande intervenção viária também foi proposta em detrimento de quadras inteiras do centro histórico de Salvador, inclusive com a previsão de demolição da Igreja da Barroquinha (Figuras 7 e 8).

O centro da cidade do EPUCS traz propostas de modernização dos transportes, o que implicaria grandes reformas, e com edifícios em pavilhões verticalizados. O edifício da Base do Terreiro seria construído no Terreiro de Jesus, onde seria instalada uma estação com três níveis.

O centro tem um papel determinante para o Estudo de Localização da Cidade Universitária do EPUCS, uma vez que um fator relevante para a escolha do sítio foi a distância para o centro (onde está localizada a Praça Municipal), bem como para os bairros¹⁷ da Liberdade, do Rio Vermelho e para o Farol da Barra.

¹⁷ O termo "bairro" foi utilizado neste trabalho por ser essa a forma referida pelo EPUCS na documentação de referência estudada. No entanto, vale salientar que somente em 1960 surge oficialmente a primeira divisão do Município por bairros, de acordo com a Lei Municipal nº 1038/1960, "passando Salvador a contar com 32 bairros" (PESSÔA, 2017, p.25).

Figura 3 - Localização da proposta de Base de Tráfego do EPUCS



Figura 4 - Trecho de implantação da Base de Tráfego



Fonte: Mapa do Serviço Geográfico do Exército (1942). Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA

Figura 6 - Destaque de área de intervenção para criação de Base de Tráfego ocupada por edifícios em 1942.



Fonte: Mapa do Serviço Geográfico do Exército (1942). Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA

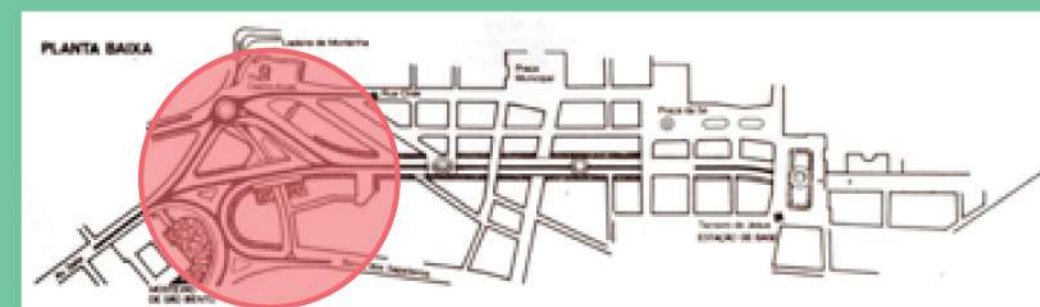


Figura 8 - Perspectiva de entorno da Praça Castro Alves proposto pelo EPUCS.



Fonte: Acervo FGM (Cadernos do EPUCS)

Figura 5 - Estudo de Base de Tráfego do EPUCS



Fonte: Salvador/PMS (1976, 103)



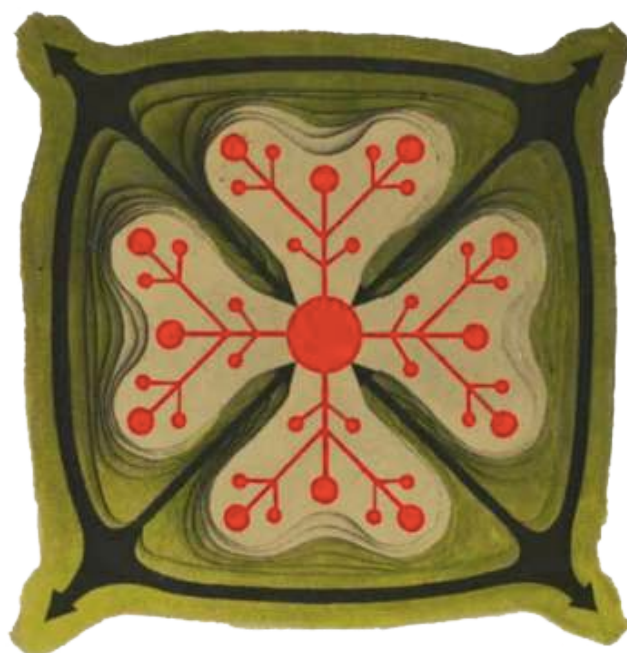
Figura 7 - Sobreposição de Foto Aérea (Google 2018) e releitura de proposta do EPUCS.

Fonte: Google Earth. Praça Castro Alves. Acesso em 01. nov. 2018; Acervo FGM (Cadernos do EPUCS)

A proposta para a região do Dique do Tororó no estudo do escritório não prevê, inicialmente, a cidade universitária. Para a Avenida Parque (*parkway*) do Dique, é proposto um escalonamento dos fluxos, onde são dispostas vias segregadas de acordo com a forma de circulação, mantendo próxima ao dique uma faixa dedicada à recreação e, à medida que o terreno sobe para o Engenho Velho de Brotas, são implantadas as faixas de circulação de Ferrocarril e a Autoestrada, respectivamente.

O bairro de Brotas, acima do dique no modelo, está situado na Zona Residencial e, como tal, foi pensado a partir do modelo Trevo (Figura 9).

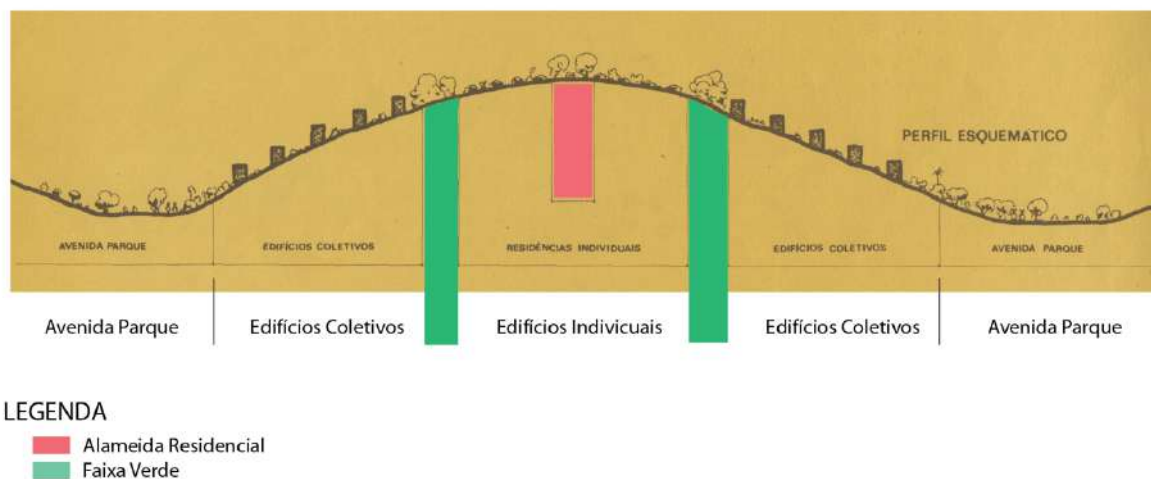
Figura 9 – Modelo Trevo – Zona Residencial do plano do EPUCS



Fonte: Acervo FGM (Cadernos do EPUCS).

Ao analisar o modelo de Trevo junto ao perfil esquemático para as áreas de habitação (Figura 10), vê-se que as áreas de altiplano são propostas para residências individuais, e, ao terreno em declive, é destinada a função de agregar os edifícios coletivos. Cada trecho de transição entre os usos do solo é ocupado por faixas verdes que não são simplesmente vegetações remanescentes da implantação desse esquema, mas uma ocupação importante na segregação dos usos e para a ocupação de parcela do solo com áreas dedicadas a tratamento paisagístico.

Figura 10 – EPUCS – Perfil esquemático para as áreas de habitação.



Fonte: Salvador/PMS (1976, p.61).

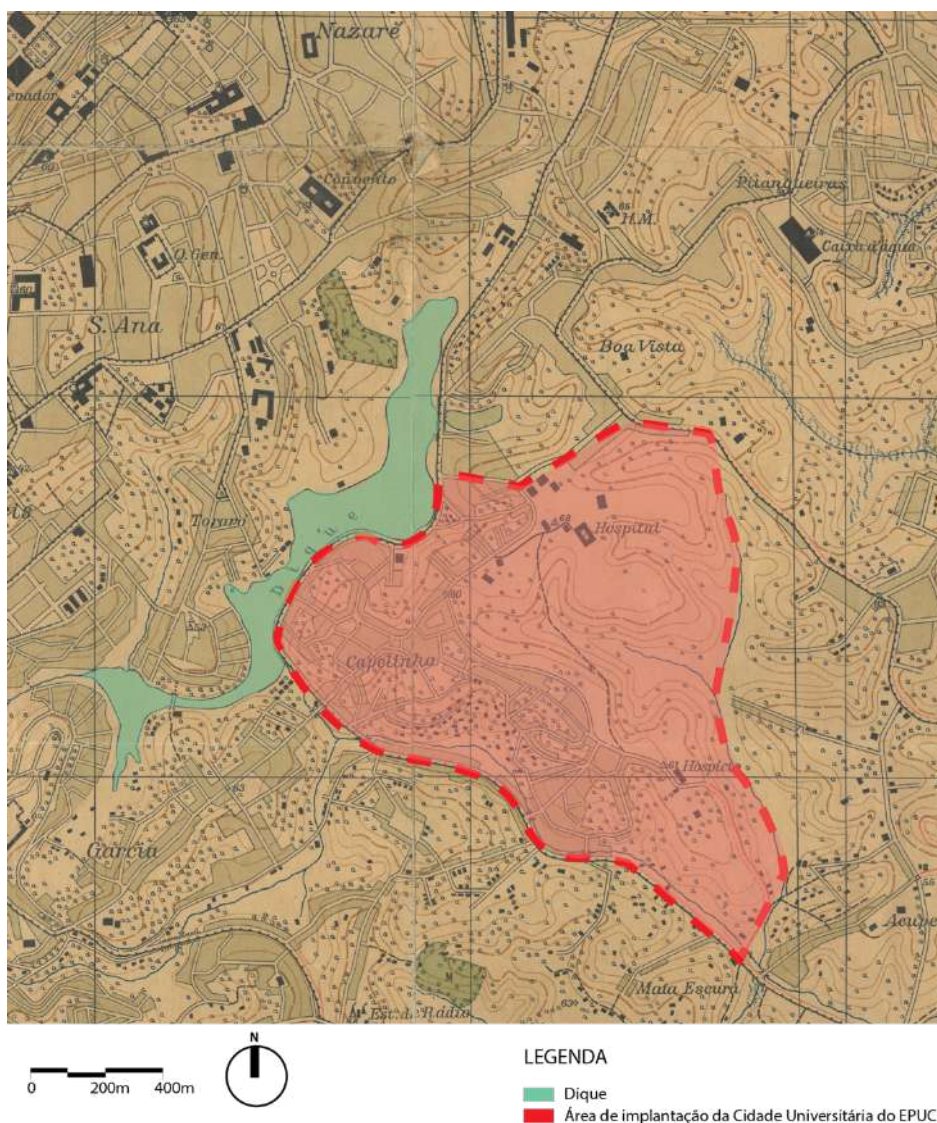
Apesar da explícita relevância de fatores que conformam o sítio de Salvador na década de 40, como sua infraestrutura e seu relevo, é difícil afastar a proposta do EPUCS de uma leitura sanitaria. Apesar de ser um estudo da cidade como um todo, diferente das abordagens sanitarias, de embelezamento e de modernização anteriores, que traziam propostas pontuais, o plano tem o intuito de sanar os problemas de habitações precárias e, certamente, seus elaboradores estavam imbuídos da tarefa de propor soluções que eliminassem as favelas, ideia já presente na Semana de Urbanismo de 1935 e no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo de 1941. Batista (2014, p. 197) assim afirma:

O Urbanismo e o plano de conjunto, tomando emprestado termos médicos, eram a promessa das elites e seus engenheiros de se estabelecer a supressão daquilo que parecia doentio, feio, inseguro, incivilizado e obstruído promovendo a “homeostase” em Salvador dos anos 30 e 40. Assim atuaram os prefeitos-engenheiros Neves da Rocha (1939-42) e Elísio Lisboa (1942-45), enquanto organizavam o plano diretor, empreenderam demolições e modernizaram a polícia urbana com o fim de vigiar e desobstruir o velho tecido urbano da Bahia.

Ao observar a cartografia de 1942 (Figura 11) na região de Brotas onde foi proposta a Cidade Universitária pelo EPUCS, nota-se que uma parte significativa do terreno estava já ocupada, e a carta de Jayme Cunha da Gama e Abreu revela que a

população que ali morava era pobre e vivia na miséria. Ou seja, o tratamento dado para a área de habitação novamente repetia, em escala diferente, a postura dada ao centro da cidade, onde a preocupação de manter as edificações existentes estava condicionada à conveniência diante do plano proposto.

Figura 11 – Recorte de Mapa de 1942, Salvador, com destaque para área de implantação da Cidade Universitária do EPUCS.



Fonte: Mapa do Serviço Geográfico do Exército (1942). Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA.

A Salvador para a qual foi proposta a Cidade Universitária do EPUCS, era uma cidade de uma forte centralidade, mas que previa grandes obras visando à potencialização e a modernização desse centro, sem maiores preocupações de leitura

de patrimônio enquanto um conjunto, mas focado em monumentos isolados apenas. Grande preocupação existia em melhorar a fluidez do tráfego (tanto para transporte de pessoas quanto para produtos, uma vez que o porto desempenhava forte papel na economia da região). Fica marcada a importância do relevo para a definição do modelo espacial e para sua proposta de aplicação, no entanto, resta dúvida sobre o aprofundamento da pesquisa sociológica, que traria para o estudo as relações entre as comunidades de cada localidade e seus espaços. O esforço para desmontar favelas fazia parte das prioridades dos ideais herdados da Semana de Urbanismo de 1935 e do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, e, possivelmente, a implantação de grandes empreendimentos também contribuía para essa tarefa, com a reformulação de áreas residenciais segundo o modelo espacial definido. A ocupação da área proposta para a Cidade Universitária do EPUCS, salvo áreas do Hospital e do Hospício e seus entornos, apresentava uma densidade considerável (Figura 11). Por fim, nota-se uma grande preocupação paisagística nas ideias do escritório, que muito bem relacionavam a proposta de modernização da cidade com seu embelezamento.

3 A PROPOSTA DE CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS

Para o melhor entendimento do *Estudo de Localização da Cidade Universitária* do EPUCS, é importante ressaltar que o debate sobre cidades universitárias no Brasil ainda era muito recente em seu período de elaboração, entre 1942 e 1947. A Universidade do Rio de Janeiro, que representou um marco no processo de planejamento para estruturação de universidades nacionais, foi criada em 1920, mas somente em meados da década de 30 se iniciou o processo de planejamento para a construção de sua cidade universitária, de modo a aglomerar as unidades em um só terreno. Outras universidades surgiram nesse contexto inicial de criação de modelos nacionais para esse tipo de empreendimento.

É importante também identificar movimentações sociais pela formação da Universidade na Bahia¹⁸. É possível verificar articulações pela criação de uma universidade em Salvador desde abril de 1929, quando, em mensagem de Vital Henriques Batista Soares, governador do Estado da Bahia, à Assembleia Geral Legislativa, é feito um posicionamento elogioso à iniciativa da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica pela criação de uma universidade (SOARES, 1929, p. 34). Mas, apenas seis anos depois, uma proposta¹⁹ elaborada por Pedro Calmon, deputado federal pelo Estado da Bahia, foi apresentada à Câmara de Deputados (UM VELHO SONHO..., 1935j). Provavelmente, essa iniciativa de Calmon²⁰ tenha sido inspirada

¹⁸ A pesquisa em jornais foi feita por meio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional *Online*, e a publicação *O Imparcial* foi a que apresentou maior número de ocorrências para a reconstrução dos fatos do período.

¹⁹ A proposta de Universidade de Pedro Calmon foi apresentada no dia 31 de agosto à Câmara de Deputados e foi divulgada pela imprensa. (UM VELHO SONHO..., 1935j). Segundo reportagem do *Jornal O Imparcial* de 18 de julho de 1935, anterior à apresentação da proposta de Pedro Calmon, consta que: “O sr. Dantas Júnior deixou sobre a Mesa uma emenda criando a Universidade da Bahia e dando ao Estado a atribuição de incentivar o intercâmbio cultural, promovendo viagens de estudantes.” (ASSEMBLÉA..., 1935 a). No entanto, essa proposta de Dantas Junior não foi levada a cabo e sabe-se que não seria a Assembleia Constituinte o lugar para efetivar a criação de uma universidade na Bahia. Portanto, essa pesquisa não se deteve diretamente sobre esse fato, mas traz ele para demonstrar como as articulações pela criação da universidade ocorriam por diversos meios. Podemos inferir que a criação de uma universidade era um interesse comum que extrapolava os debates partidários, uma vez que, em matéria do dia 11 de setembro de 1935, é solicitado “inteiro apoio à criação da Universidade do Salvador”, e podemos ler a expressão “sem distinção de partidos”. (ASSEMBLÉA Legislativa, 1935b).

²⁰ A universidade da iniciativa de Calmon é referida com nomes diversos nos recortes de jornais encontrados. Portanto, leia-se universidade do Salvador, Universidade da Bahia e Universidade Federal da Bahia fazendo referência à mesma instituição que se encontrava em debate em 1935.

pelo projeto de universidade do também baiano Anísio Teixeira, que foi autorizado por Getúlio Vargas, no dia 4 de abril de 1935, criando a Universidade do Distrito Federal (UDF), dando início ao projeto do baiano Anísio Teixeira no Rio de Janeiro.

Pedro Calmon iniciou sua graduação na Faculdade de Direito da Bahia, mas transferiu-se para o Rio de Janeiro, concluindo seu curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua proposta de universidade se apresentou mais burocrática que as formulações estruturais e ideológicas defendidas por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo para a UDF e para a USP, respectivamente. Mas a universidade de Calmon causou movimentações além do âmbito institucional político. Esse seu posicionamento pela universidade pode ser notado também quando, em seguida, integrou o corpo docente da Universidade do Distrito Federal (UDF) como professor de História da Civilização Brasileira, a convite de Anísio Teixeira (CALMON, 1995, p. 213), lecionando também na Universidade do Brasil (UB) na qual tomou posse como reitor no dia 5 de outubro de 1948 (CALMON, 1995, p. 352).

Aquele era o momento de debate nacional sobre universidade, e desde aí a Bahia se inseria nele. Pode-se ainda constatar que o desejo de criação de uma universidade tinha representatividade fora das Câmaras e reuniões políticas, ao mobilizar manifestações em praça pública e carta para representantes políticos. Isso porque, no dia 27 de setembro de 1935, no Largo do Cruzeiro do São Francisco (largo em frente à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, no Pelourinho), ocorreu um comício²¹ pela criação da universidade (PELA UNIVERSIDADE Bahiana, 1935f). Esse comício foi organizado pelos estudantes da Faculdade de Direito, com a cooperação de sociedades acadêmicas e universitárias de todas as escolas superiores locais, e se posicionava em apoio ao projeto do deputado Pedro Calmon.(UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO..., 1935i).

Pode-se inferir que, além do desejo de criação de uma universidade, também existia uma crença na efetividade de sua realização à medida que se nota que houve diversas manifestações institucionais. Na sua maioria, as escolas queriam fazer parte desse processo, como foi o caso da Escola de Bellas Artes, da qual o grêmio estudantil se manifestou, reivindicando a inclusão dessa escola na Universidade de Pedro

²¹ No comício, discursaram Julival Rebouças, Francisco Vieira Filho, Nonato Marques, Renato Bião e Jorge Calmon, identificados em matéria como “oradores acadêmicos” muito aplaudidos (PELA UNIVERSIDADE Bahiana, 1935f).

Calmon por meio de carta ao deputado. (A UNIVERSIDADE..., 1935c). A Associação de Cirurgiões Dentistas da Bahia também, por meio de telegrama, manifestou-se para representantes da Câmara e do Senado a favor da criação da Universidade Federal da Bahia, bem como pela incorporação da Escola de Odontologia à universidade, conseguindo uma resposta em apoio do senador João Pacheco de Oliveira, colocando-se empenhado por esse projeto que, segundo o próprio senador, “afinal se há de realizar”. (PARA A DEFESA..., 1935e).

A Faculdade de Medicina da Bahia, por sua vez, já integrante de qualquer planejamento de criação de universidade, exercia outro papel no debate. Enquanto os cursos da capital solicitavam fazer parte desse projeto, o lugar garantido da Faculdade de Medicina colocava-a num lugar de maior ressalva.

Segundo artigo de jornal de 12 de setembro, a Associação de Livre Docentes da Faculdade de Medicina da Bahia escreveu uma carta ao senador João Pacheco de Oliveira, solicitando que o custeio da universidade a ser criada venha da União, diferente da proposta de Pedro Calmon que previa o custeio da universidade pelo Fundo Universitário estadual (PELA UNIVERSIDADE na Bahia, 1935g). Em seguida, uma nova crítica é feita à proposta de Pedro Calmon, anunciado como de oposição²², por propor uma universidade mantida pelo Estado. Um ponto citado contra a proposta foi a perda de prerrogativas de escola federal que sofreria a Faculdade de Medicina da Bahia, além de levantar suposições, como o aumento de imposto, caso a proposta fosse aprovada sem alterações, o que tornaria o projeto um “presente de grego”. (NOTAS..., 1935d).

Esses fragmentos mostram como a proposta de Calmon reverberou e estabeleceu uma expectativa local de criação de uma universidade na Bahia. O projeto, no entanto, não foi concretizado. Segundo o próprio Calmon, “o projeto foi à comissão; deram-lhe relator, Homero Pires; e lá dormiu, sem que nunca uma palavra fosse dita sobre a minha pobre utopia” (CALMON, 1995, p. 239). Não foram encontrados dados que esclarecessem o que motivou a interrupção da tramitação do projeto.

²² Pedro Calmon se elegeu deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista da Bahia, partido de oposição ao governo Vargas e ao governador Juraci Magalhães. (PEDRO CALMON... [verbete], [1918]); CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA da Bahia [verbete], [2018]).

Vale salientar que a Faculdade de Medicina da Bahia teve papel relevante nas discussões sobre higiene pública, medicina legal e eugenia, que viriam a fazer parte de valores sociais com impacto nas propostas de cidades durante a primeira metade do século XX. Segundo Schwarcz (1993, p. 209), “na *Gazeta*²³, a associação entre doença e mestiçagem era demonstrada não só por meio de relatos médicos e estatísticos, como também por imagens e fotos”, e o impacto dessa abordagem é exemplificado ao tratar que: ao ser questionada a igualdade entre os seres humanos, justificando as diferenças como próprias da evolução das raças, também se questiona a igualdade diante do Código Penal. (SCHWARCZ, 1993, p.2012). A medicina legal tem como foco o criminoso, e não o crime, misturando questões físicas com questões morais. Esse tipo de abordagem, no entanto, numa Bahia tão miscigenada carregava uma perspectiva fatalista para o futuro do Estado. Nas décadas de 20 e 30, no entanto, na Bahia, os ideais de eugenia criaram novas perspectivas, menos fatalistas (SCHWARCZ, 1993, p.236). A eugenia engendrava a criação de uma raça pura e forte pela busca da perfectibilidade física e intelectual. Ao lado disso, verifica-se a presença de grandes estruturas esportivas nas cidades universitárias propostas no Brasil e na América Latina no período, o que nos permite traçar um paralelo entre os ideais de eugenia e as primeiras propostas de cidade universitária do Brasil.

O golpe de 1937 logo instauraria a fase que ficou conhecida na história do Brasil como Estado Novo. A discussão sobre uma universidade na Bahia perdeu força diante do esforço centralizador de criação de uma universidade referência nacional, a Universidade do Brasil, e a Universidade do Distrito Federal foi dissolvida. Novas universidades só seriam criadas após o término do Estado Novo, em 1945.

A UBA foi criada por meio do Decreto-Lei nº 9.155, de 08/04/1946 (BRASIL, 1946). Sua criação se deu durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Pedro Calmon (1995, p. 333) afirma que, no discurso de posse do ministro Ernesto de Souza Campos, a intenção de romper com a política de universidade única (UB) foi anunciada com a fundação de duas novas universidades federais: uma em Recife e outra na Bahia²⁴. Ernesto de Souza Campos era, então, o ministro da educação em exercício e, anteriormente, tinha integrado a equipe que estudara a localização da

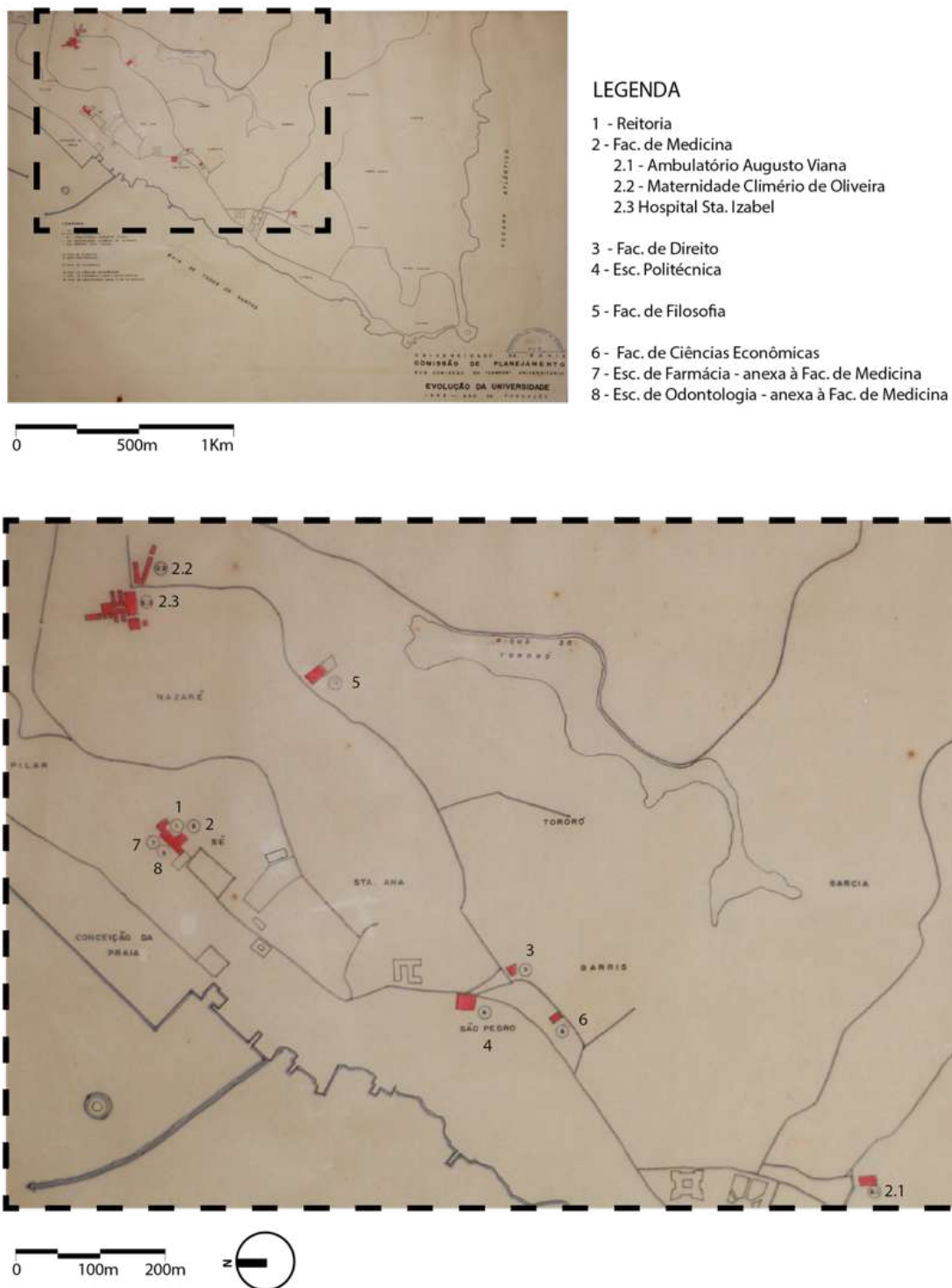
²³ A *Gazeta Médica da Bahia* foi uma revista médica criada em 1865 que, no início do século XX, publicou diversos artigos sobre “medicina legal”, entre outros temas.

²⁴ Pedro Calmon contribuiu para a criação das universidades da Bahia e de Recife e propôs a criação da Universidade do Paraná.

cidade universitária da Universidade do Brasil (CALMON, 1995, p. 333). Contribuiu com Edgard Santos para a construção do Complexo Médico do Canela. Ambos, o presidente e o ministro, chegaram a Salvador no dia 8 de abril para assinatura do Decreto-lei. A UBA era formada inicialmente pela Faculdade de Medicina e Escolas Anexas de Odontologia e de Farmácia, pela Faculdade de Direito, pela Escola Politécnica, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pela Faculdade de Ciências Econômicas. O ministro incumbiu Pedro Calmon da tarefa de presidir a Comissão de Planejamento e Organização que, em 1º de julho de 1946, por unanimidade, elegeu Edgard Santos como primeiro reitor da Universidade da Bahia (BARBOSA, 2011, p. 27).

A UBA foi formada por unidades isoladas de algumas instituições de Ensino Superior e outras escolas profissionalizantes já existentes na capital baiana (Figura 12), somada ao projeto de criação de novos cursos.

Figura 12 – Mapeamento de unidades dispersas que integraram a UBA no ano de 1946



Fonte: Mapoteca da SUMAI (UFBA, 1965).

A universidade ainda era bastante recente quando, no ano de 1947, o Ministro da Educação, Clemente Mariani, por meio da Portaria n.º 234, de 29/04/1947, designa uma “Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia”²⁵ para elaborar planos de localização e construção da Cidade Universitária da Bahia (INEP, 1947). Essa comissão ratificou, menos de 3 meses após sua data de formação, o estudo do EPUCS para uma universidade “nos moldes da Universidade do Brasil”²⁶, no Rio de Janeiro.

O Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária do EPUCS faz parte do Acervo EPUCS, mantido na Fundação Gregório de Matos. Quanto a seu conteúdo, existe uma extrapolação de um simples estudo de localização, apresentando já ideias especializadas. Neste trabalho, o material coletado foi organizado em 4 documentos²⁷, sendo eles: 1 – carta de Diógenes Rebouças para Edgard Santos; 2 – carta de Jayme Cunha da Gama e Abreu para Edgard Santos; 3 – parecer do EPUCS; 4 – imagens produzidas pelo EPUCS;

Os autores das cartas eram dois nomes proeminentes na época que integraram a “Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia”. Jayme Cunha da Gama e Abreu, engenheiro civil graduado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Professor da Escola Politécnica da Bahia, não integrava a equipe do EPUCS. Lecionou na Politécnica a cadeira de Arquitetura Civil, Higiene dos Edifícios e Saneamento das Cidades, e, na Universidade da Bahia, lecionou Higiene da Habitações e Saneamento das Cidades (BATISTA, 2013). E Diógenes Rebouças (1914-1994), arquiteto e urbanista de renome na Bahia, chefiou a partir de 1943 o setor paisagístico e de planejamento físico do EPUCS (onde o estudo para a Cidade Universitária proposto pelo EPUCS foi desenvolvido). Entre seus projetos, podem-se elencar a Escola-Parque (inaugurada em 1950), a Penitenciárias do Estado (inaugurada em 1951), o Estádio Otávio Mangabeira conhecido como Fonte Nova (inaugurado em 1951), o Hotel da Bahia (inaugurado em 1952). Foi professor da

²⁵ Comissão formada por meio da Portaria n.º 234, em 29/04/1947, pelo Ministério da Educação e Saúde, dirigido pelo ministro Clemente Mariani (BRASIL, 1947).

²⁶ Em 7 de setembro de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), que viria a ser nomeada Universidade do Brasil (UB) em 1937. O trecho entre aspas foi utilizado no Parecer do EPUCS (ANEXO C. Documento 3).

²⁷ Além dos documentos elencados para esse estudo, constam do Acervo EPUCS ainda outros documentos que, por não apresentarem timbre ou assinatura, admitindo-se que são cópias do parecer (com pequenas alterações de versão), cópia do programa (com variação na itemização, definida por letras) e um estudo de concepções para a universidade. Em suma, considerou-se que os demais documentos foram a base para a construção dos que aqui estudaremos.

Faculdade de Arquitetura de 1952 a 1984, e, nos anos 50, foi o primeiro arquiteto a abrir um escritório privado de arquitetura da Bahia.

Edgard Santos, por sua vez, era o presidente da “Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia” e foi o primeiro reitor da Universidade da Bahia (1946-1961). Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1917, é reconhecido pela sua articulação política com figuras como o governador Otávio Mangabeira (1947-1951), o Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, Anísio Teixeira, entre outros. Essa articulação viabilizou grandes obras de infraestrutura e prediais na universidade. Em um esforço de articulação institucional, criou organismos extensionistas, para criar uma comunicação com a sociedade, como o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), dirigido inicialmente por Agostinho da Silva, a Casa da França (ou Instituto Franco-Brasileiro), o Instituto de Cultura Hispânica, o Instituto de Estudos Norte-Americanos, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais e o Museu de Arte Sacra (BARBOSA, 2011).

Os Documentos 1 a 3 trazem uma complexidade de informações que possibilita tornar mais palpável a leitura da universidade (e das imagens do Documento 4) para o EPUCS. Portanto, será analisado de forma mais pontual cada documento.

3.1 SOBRE A CARTA DE DIÓGENES REBOUÇAS PARA EDGARD SANTOS (DOCUMENTO 1)

A carta de Diógenes Rebouças, datada de 1º de julho de 1947, destinada a Edgard Santos, Reitor da UBA e presidente da comissão, é um documento de uma página. Ela está identificada por um cabeçalho institucional, que esclarece que se trata de um documento oficial do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, e está assinada por Diógenes Rebouças. A ela está anexada uma segunda folha, sem carimbo, onde estão resumidos dados referentes à área que o estudo necessitava de terreno para sua implantação e sua subdivisão, identificada por letras.

Essa carta não chega a apresentar nenhuma defesa de forma direta, mas, de forma breve, recomenda a solução adotada pelo EPUCS e reitera o parecer do escritório em defesa da localização em terrenos da “Boa Vista”, à margem do Dique do Tororó.

3.2 SOBRE A CARTA DE JAYME CUNHA DA GAMA E ABREU PARA EDGARD SANTOS (DOCUMENTO 2)

Como a carta de Diógenes Rebouças, a carta de Jayme Cunha da Gama e Abreu também está datada de 1º de julho de 1947, mas sem assinatura. A identificação do autor da carta é feita pelo seu nome abaixo do local de assinatura em branco. Infere-se, com isso, que essa se trata de uma versão ou cópia da carta. O documento analisado tem 9 páginas.

Nelas, o autor tem como propósito defender a localização da Cidade Universitária no bairro de Brotas. Considerando o planejamento para 50 anos, a previsão da população da cidade universitária estudada era entre dez e doze mil pessoas. Dessa forma, compara a proporção do projeto à de um bairro, justificando a tomada de decisão enquanto um “PROBLEMA DE URBANISMO”.

Para análise desse documento, foram elencados sete critérios que correspondem ao conteúdo original da carta, mas, por vezes, não correspondem à divisão do texto feita na carta original. Esses critérios foram elencados de forma a facilitar os assuntos abordados na carta.

O primeiro critério da defesa é um comparativo das distâncias até o centro da metrópole na época, a Praça Municipal²⁸. Nesse estudo, ele traz dados comparativos em relação a grandes áreas planas. Para isso, ele pontua as áreas de Itapagipe, Federação²⁹ (Pedra da Marca), Pau Miúdo (Marques de Maricá) e Brotas. No entanto, não consta em outro local do documento qualquer referência a Itapagipe. Como esse ponto foi o primeiro abordado e único que citou a península em questão, entende-se que o parâmetro da distância para o centro foi suficiente para descartar a localização pelos critérios analisados na sequência. A área em Pau Miúdo é descartada pelo fator distância, restando como boas opções para esse critério, as áreas de Pedra da Marca e de Brotas. A área de Brotas é defendida em detrimento do terreno da Pedra da

²⁸ Para ilustrar a defesa do local da zona universitária, o autor se utiliza de prancha técnica. Essa peça gráfica e as demais que são citadas no decorrer dessa carta não foram localizadas no acervo estudado.

²⁹ Na sequência do estudo será utilizada a identificação de Pedra da Marca, de forma a não criar a leitura equivocada de que o terreno na Federação estudado pelo EPUCS se trata de onde a Universidade de fato se implantou. Apesar de não ter sido localizado mapa com identificação dos terrenos estudados pelo EPUCS no acervo estudado, pela denominação enquanto Pedra da Marca podemos inferir que não é o mesmo terreno que foi ocupado posteriormente pela UFBA.

Marca por se encontrar na curva de distância entre 3 e 4 quilômetros, onde também estava o terreno de Pau Miúdo. Dessa forma, o terreno de Brotas é o que apresenta melhor condição para a implantação da Cidade Universitária pelo fator distância, com a Praça Municipal como referência.

O segundo critério foi o de concentração. A análise é feita a partir da premissa de que os institutos devem ter a mínima distância entre si, e que os edifícios referentes a reitoria, construções anexas (para funções administrativas) e espaços de uso comum entre os institutos deveriam funcionar “como um centro de gravidade do sistema”. As críticas feitas para o terreno da Pedra da Marca são embasadas em um esboço feito pela equipe do EPUCS durante os estudos, que demonstra a dificuldade dessa área de solução das circulações, tanto por serem maiores que as de Brotas quanto por ser pior a articulação das edificações em função do relevo do terreno. Dessa forma, mais uma vez, a área de Brotas surge como preferência por dispor de uma “grande área mais ou menos circular” que permite desenvolver um “V” como forma ideal. Essa solução é facilmente identificada na peça gráfica do estudo de localização.

O terceiro critério são os acessos. Estes são analisados sob duas perspectivas: os acessos “atuais”, que seriam os existentes na época; e os acessos “novos”, ou seja, propostos pelo EPUCS.

Na análise dos acessos “atuais”³⁰, são analisadas as condições das vias de acesso de acordo com alguns referenciais. Note-se que, salvo o caso da Praça Municipal, justificada anteriormente por ser o centro da metrópole, não está explicitado o critério de seleção das demais localidades referenciais, e são elas: Farol (da Barra), Rio Vermelho e Liberdade. Infere-se que o critério de escolha tenha-se dado por esses bairros serem extremidades estratégicas de ocupação da cidade em sua configuração na década de 40³¹ (Quadro 2).

³⁰ Vale salientar que o critério parte de uma abstração da distância dos terrenos em relação a referenciais elencados. Abstração por terem sido utilizadas distâncias em linha reta entre as localidades, e não as rotas urbanas existentes. É importante situar esse estudo dentro do contexto do EPUCS, onde a cidade, como um todo, estava sendo pensada, o que justifica o enfrentamento da necessidade de criação de novas vias urbanas no estudo, caso fosse verificada sua necessidade.

³¹ A inferência feita se baseia na “Planta 16 – Habitação – Concentrações Operárias” do EPUCS (SALVADOR/PMS, 1976, p.119) e pelo Mapa 10 – Ocupação de Salvador na Década de 1940, da obra *Limites do Habitar* (GORDILHO SOUZA, 2008, p.178).

Quadro 2 – Distância em km entre terreno (y) e pontos de referência (x)

TERRENOS	REFERENCIAIS			
	Farol	Rio Vermelho	Liberdade	Praça-Municipal
Pau-Miúdo	7,600	7,700	6,400	3,100
Federação	3,500	2,000	5,500	3,500
Brotas	4,400	3,400	3,400	1,600

Fonte: Reformulado a partir do Documento 2: FGM. Acervo EPUCS (1947).

Como se pode notar, a tabela aponta menores distâncias da Pedra da Marca para o Farol e o Rio Vermelho, porém isso não é encarado como maior benefício em relação a Brotas. São destacadas sobre a área de Pedra da Marca as características de “acesso longo por linha de bond”, “intransitável normalmente para ônibus” e ainda que “oferece condições perigosas de passagem por cima dos dois ‘arcos’ (passagens-superiores) existentes no trajeto”. Dessa forma, mais uma vez é indicado o terreno de Brotas como a melhor opção conforme tabela abaixo, se considerada a prioridade da proximidade com a Praça da Sé e com a Liberdade e “com a vantagem ainda de atingir o planalto sem ter que deixar os passageiros no vale, como se dá para os dois outros casos anteriores (Pau Miúdo e Pedra da Marca)”.

Na análise dos acessos “novos”, é relatado que, “quase desde a primeira reunião”, a comissão descartou a opção de estudo para a zona do Pau Miúdo. Dessa forma, a análise a partir desse ponto continua apenas com as zonas de Brotas e Pedra da Marca. A proposta que viabiliza os dados apresentados relativos ao terreno de Brotas prevê uma “PONTE sobre o braço sul do DIQUE (no ponto de maior proximidade entre as margens opostas)”, tornando-o mais indicado quanto à distância. O terreno da Federação apresentava distâncias maiores, além de, como observado na carta, a linha do bonde deixar os passageiros no vale. A solução prevista para o terreno da Pedra da Marca seria o melhoramento das vias de acesso. Esse melhoramento criaria um fluxo urbano “dentro do recinto da universidade”, considerado prejudicial, enquanto a criação da ponte no Dique do Tororó, apesar de mais custosa, resolveria não só o acesso da Cidade Universitária, como também “um problema da cidade de Salvador”.

O quarto critério é o de Tráfego. Em sua análise, é levantada a questão da inviabilidade de “mesmo dentro de dez anos” a população universitária se instalar

dentro da cidade universitária enquanto residentes. Sendo assim, o estudo de tráfego é fundamental para a circulação da comunidade acadêmica de suas casas até a cidade universitária. Na defesa desse ponto, não chega a ser abordada diretamente a implantação de Brotas e sua defesa, mas a construção do discurso é feita por meio dos pontos negativos para o terreno da Federação. Dessa forma, é alertado que a localização da Federação tem trajeto “curto, rápido e barato” somente para bairros da zona rica (Barra, Vitória, Campo Grande e Canela, Graça e princípios da Avenida Oceânica). A população proveniente da zona rica prevista seria de 5%. O resto da população universitária seria proveniente de outros bairros, ou, como o autor se refere na carta, de “bairros de residência barata” e teriam de fazer transbordo de bonde no ápice da Ladeira da Praça, o que tornaria o trajeto “longo, demoradíssimo e caríssimo”, além do risco de congestionar a Avenida Sete de Setembro, que seria o único acesso de cerca de 90 a 95% da população universitária. Por exclusão, seria o terreno de Brotas o mais favorável, portanto, segundo esse critério também.

O quinto critério é a análise de necessidade de desapropriação. É estabelecido, para isso, um valor igual para o metro quadrado dos dois terrenos, de modo que a valorização do local não é um critério na análise feita pelo EPUCS. A sua estratégia de cálculo é baseada na área de implantação. Apesar da área do estudo de Brotas ser superior à área de Pedra da Marca, parte do terreno de Brotas pertence ao Estado da Bahia. Dessa forma, o valor necessário a ser desembolsado para desapropriação seria menor para Brotas e o fato de parte do terreno ser do Estado é visto como favorável, uma vez que garantiria a viabilidade de implantação do estudo em um tempo menor, sendo necessário somente fazer uma negociação política pelo terreno. Ainda é sugerido que o dinheiro economizado com a desapropriação poderia ser utilizado para viabilizar construções de interesse do Estado da Bahia, de forma a tornar a troca favorável para ambos, Estado e União.

O sexto critério é a viabilidade de construção imediata. Para isso, recomenda-se que os institutos, localizados em zonas residenciais altamente valorizadas, transformem seus edifícios em meios de renda, financiados a longo prazo de modo a contribuir para a construção de seus novos edifícios. Ou seja, que o instituto financie sua nova sede dentro da Cidade Universitária por meio de financiamento com seus edifícios atuais dados como garantia. Para viabilizar essa proposta, é destacado que o poder público deve garantir que todos os institutos tenham seus terrenos dentro da Cidade Universitária e que isso não seja feito sem planejamento, de modo que o

terreno seja cedido aos que primeiro o requisitarem, sem garantir a viabilidade de instalação de todos os institutos. O orçamento federal disponível seria suficiente somente para a instalação de um primeiro instituto. Esse instituto foi indicado como a Escola Politécnica da Bahia. É sugerido que seja feita a sua construção nos terrenos baldios do Hospício Juliano Moreira, de propriedade do Estado, dispensando a necessidade de desapropriação para essa primeira ação. Dessa forma, seria possível que a verba que seria destinada a desapropriação desse primeiro empreendimento fosse utilizada para desapropriar outro terreno, viabilizando assim uma aceleração do processo de implantação dos institutos, que poderia construir com as verbas provenientes das negociações feitas a partir de suas propriedades, como dito anteriormente. Sobre o terreno da Federação, além do alto valor de aquisição necessário para a aquisição dos terrenos, também seria necessário um investimento em vias de acesso com distância superior a seis vezes o tamanho da via necessária para a instalação em Brotas.

O sétimo critério diz respeito a particularidades de cada sítio, como: a maior incidência de salitre na Pedra da Marca, o que prejudicaria equipamentos caros adquiridos para pesquisa; a presença do Estádio da Fonte Nova e do Dique do Tororó, neutralizando a necessidade de investimento para novos equipamentos esportivos, uma vez que poderia ser estimulado o uso conjunto aos propósitos educativos; maior proximidade do terreno de Brotas para o Hospital das Clínicas.

Jayme Cunha, portanto, conclui sobre os pontos abordados que “não há um só (bem que o vimos) que apresente maior vantagem para a Federação”.

3.3 SOBRE O PARECER DO EPUCS (DOCUMENTO 3)

O “Parecer” se subdivide em uma proposta de programa para a Cidade Universitária da Universidade da Bahia e uma análise sobre sua localização.

Sobre o programa³², é inicialmente levantado como institutos existentes:

³² O número de lotes identificados na planta baixa coincide com a soma dos institutos existentes levantados, dos institutos que se agregariam posteriormente, além do setor administrativo, onde seria a reitoria. Sendo assim, infere-se que essa lista nortearia a divisão das áreas da planta baixa. Ainda assim, não foram localizados dados suficientes para prever a localização de cada faculdade, somente sendo conhecido que a área F seria para a Escola Politécnica, conforme Caricchio (1948), e que a área A seria para o conjunto composto pelo pórtico, reitoria e auditório, biblioteca geral e museu geral pelo critério de centralidade da Reitoria.

- Faculdade de Medicina e Escolas Anexas, de Farmácia e Odontologia;
- Faculdade de Direito;
- Escola Politécnica;
- Faculdade de Ciências Econômicas;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras .

Os institutos que se agregariam posteriormente seriam:

- Escola de Belas-Artes;
- Escola de Música;
- Unidades outras, de ensino e de investigação e pesquisa científica.

Os institutos gozariam de “autonomia compatível com a finalidade” que tivessem, e seriam unificados pela Reitoria em conjunto com a Assembleia e com Conselhos Universitários.

O programa se subdividiria em duas grandes categorias:

Categoria 1: Atividades Administrativas, de ensino e de investigação científica

Categoria 2: Residências e atividades sociais e esportivas

A organização da estrutura, por sua vez, seria feita por agrupamentos segundo características comuns, objetivos afins e correlação funcional, e formaria o que é denominado como grupos ou centros.

Quanto à localização, além da capacidade de área para abrigar a universidade, foi também analisada a relação desta com a “comunidade urbana a que se vai integrar”, sendo demandas da universidade: condições de relativo isolamento; estar a salvo da interferência do tráfego geral da cidade, bem como da influência de outras atividades citadinas perturbadoras da calma e tranquilidade.

É dada relevância para a forma e disposição topográfica do terreno para a escolha de um partido racional e conveniente de composição arquitetônica.

O parecer já trata como escolhido o terreno de Brotas. Destaca a importância de este estar situado numa Zona Residencial Centro e propõe que o seu altiplano seja ocupado pelo uso administrativo, educacional e cultural, enquanto as residências e as atividades sociais e esportivas seriam instaladas nas encostas de aclives suaves.

A defesa pela localização escolhida é feita pela enumeração das oito razões, expostas a seguir:

1 – Situação da gleba na Zona Residencial Centro, tão próxima quanto possível do centro de gravidade da Cidade, na colina histórica da Sé – o que facilita e encurta as intercomunicações da Universidade com os demais setores da comunidade urbana em que ela se integra;

2 – Isolamento, assegurado pelo fato de se achar a gleba encravada em zona residencial – o que exclui, por si mesmo, além de influências prejudiciais de várias sortes, a interferência, no *campus* universitário, das grandes vias de tráfego do sistema urbano, atual e futuro: sejam as de vale, que apenas perlogam a envolvente cinta de parques que protegerá a futura Cidade Universitária, sejam as de cumeada, das quais somente uma, prevista no Plano de Urbanização, depois de acompanhar, ao longo das encostas que vertem para o Dique, a orla ocidental do altiplano, o atravessa em nível inferior, quase no vértice do ângulo que ele configura, para, a seguir, transpor, em viaduto, o vale do Lucaia;

3 – Disposição e orientação do altiplano que favorecem, não só a adoção de um partido racional de composição arquitetônica, como as melhores condições da insolação e ventilação para as estruturas previstas;

4 – Riqueza de revestimento florístico, aproveitável em grande parte em seu estado atual, sem prejuízo de um reflorestamento adequado com essências cuja floração multicolor dê à paisagem ambiente a nota de colorido vivaz, que lhe falta, para realce e valorização da luxuriante gama dos verdes que, em geral, a dominam;

5 – Integração do lago do Dique *ao Campus* da Universidade, o que bastaria, por si só, para justificar sua preferência, de vez que só um empreendimento do porte da Cidade Universitária permitiria dar, sem mais demora, à encantadora paisagem do Dique, o tratamento condigno que ela estava a exigir, de há muito, da civilização baiana (o estudo dos vários problemas da Cidade, especialmente no que respeita à valorização de suas belezas naturais, entre as quais avulta o lago do Dique, levou o EPUCS à convicção de que a modéstia de recurso de que a Bahia, dispõe, não permite empreender, sem êxito, e tratamento devido a esse precioso patrimônio artístico, senão associando os esforços nesse sentido a obras ou empreendimentos de outra finalidade, mas de igual vulto e importância);

6 – A vizinhança imediata do projetado Centro de Educação e Cultura Física, localizado à margem do Dique, que compreende o Estádio, já em construção, a Escola

de Educação Física, Ginásio, Piscina Olímpica, etc... – conjunto de unidades que proporcionará à Universidade, em condições sobre-excelentes e sem o ônus de instalações próprias, os inestimáveis serviços de que não pode prescindir a mocidade universitária, como elemento orientador e unificador de formação eugênica e instrumento indispensável para os estudos de biotipologia, aos quais oferece um material abundante e sempre renovado – tudo com o alto objetivo de plasmar uma massa humana homogênea, típica, sobre a qual o Estado possa raciocinar quando tenha de considerar seu potencial cívico, mas grandes emergências da vida nacional;

7 – A circunstância de pertencer ao Estado perto de 40% da área do altiplano, representado pela esplanada da Chácara da Boa Vista, apenas ocupada, em pequena parte, pelos pavilhões do Hospital Juliano Moreira, e que permite a imediata utilização dessa grande área, de mais de 187.000m², sem despesas de desapropriação e sem os inconvenientes do desalojamento precipitado de ocupantes, oferecendo, por um lado, oportunidade única para a solução, um prazo razoável, do sério e presente problema da assistência aos psicopatas, pela localização, um ponto adrede escolhido e com as instalações médico-sociais preconizadas pela técnica moderna, da “colônia”, ali atualmente alojada nas piores condições, e, por outro lado feliz ensejo para a desejável reabilitação do solar da Boa Vista – patrimônio histórico e artístico da Nação – onde viveu Castro Alves, símbolo das aspirações da Liberdade e Justiça Social que, hoje mais do que nunca, devem inspirar a mocidade universitária;

8 – Oportunidade, finalmente, para uma corajosa e honesta experiência de revalorização da camada mais pobre da população da Cidade, de cujo total constitui cerca de 75%, mediante a concentração em local conveniente e para o tratamento preconizado em trabalho desse Escritório sobre a habitação proletária, da miserável massa humana ora esparsa na gleba indicada, verdadeira amostra representativa daquele preponderante estrato social urbano, que, ali, por assim dizer, vegeta mais do que vive, tão impressionante é seu estado de miséria econômica e desamparo social, constituindo, além do mais, um entrave à preservação da paisagem ambiente, cuja beleza põe continuamente em perigo, com a destruição de revestimento florístico da região e a alteração do modelado natural do solo.

3.4 PEÇAS GRÁFICAS DO ACERVO EPUCS (DOCUMENTO 4)

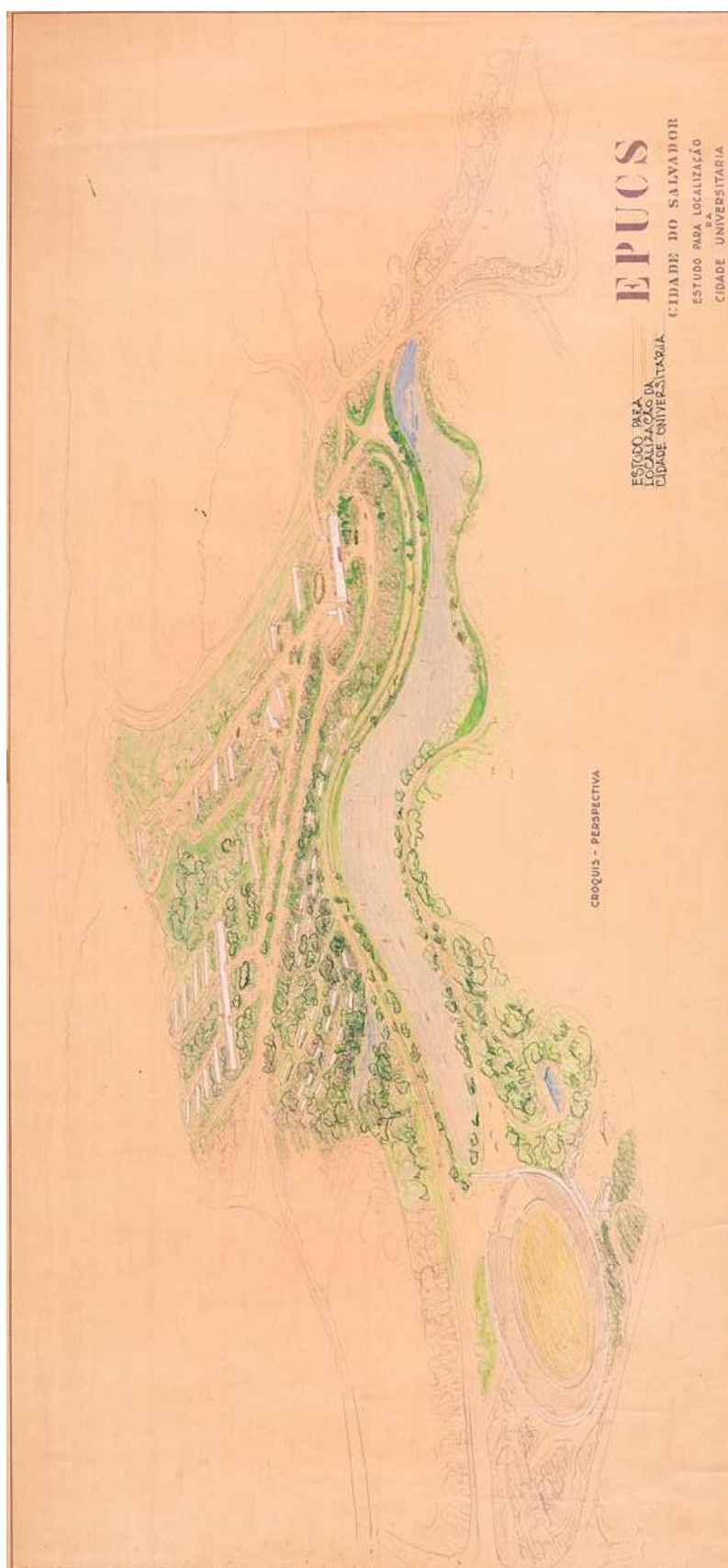
O Documento 4 é o conjunto de imagens. Composta por plantas e croquis, é uma documentação que nos ajuda a entender formalmente a cidade universitária proposta pelo Escritório. Inicia-se a aproximação dessas imagens pela perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS (Figura 13)

A leitura da cidade universitária se confunde com equipamentos urbanos, como a arena Fonte Nova e o próprio Dique do Tororó, que seriam incorporados às atividades universitárias. Diferente de outras propostas de cidades universitárias, essa área de grandes equipamentos de esporte não está contabilizada na área proposta para a cidade universitária³³, mas como equipamentos públicos a serem utilizados pela instituição.

Fica perceptível também a escolha das áreas de altiplano para a implantação das unidades acadêmicas e a solução viária em forma de “V”, como reflexo da topografia local (Figura 14). Em seu vértice, foi locado o pórtico da universidade.

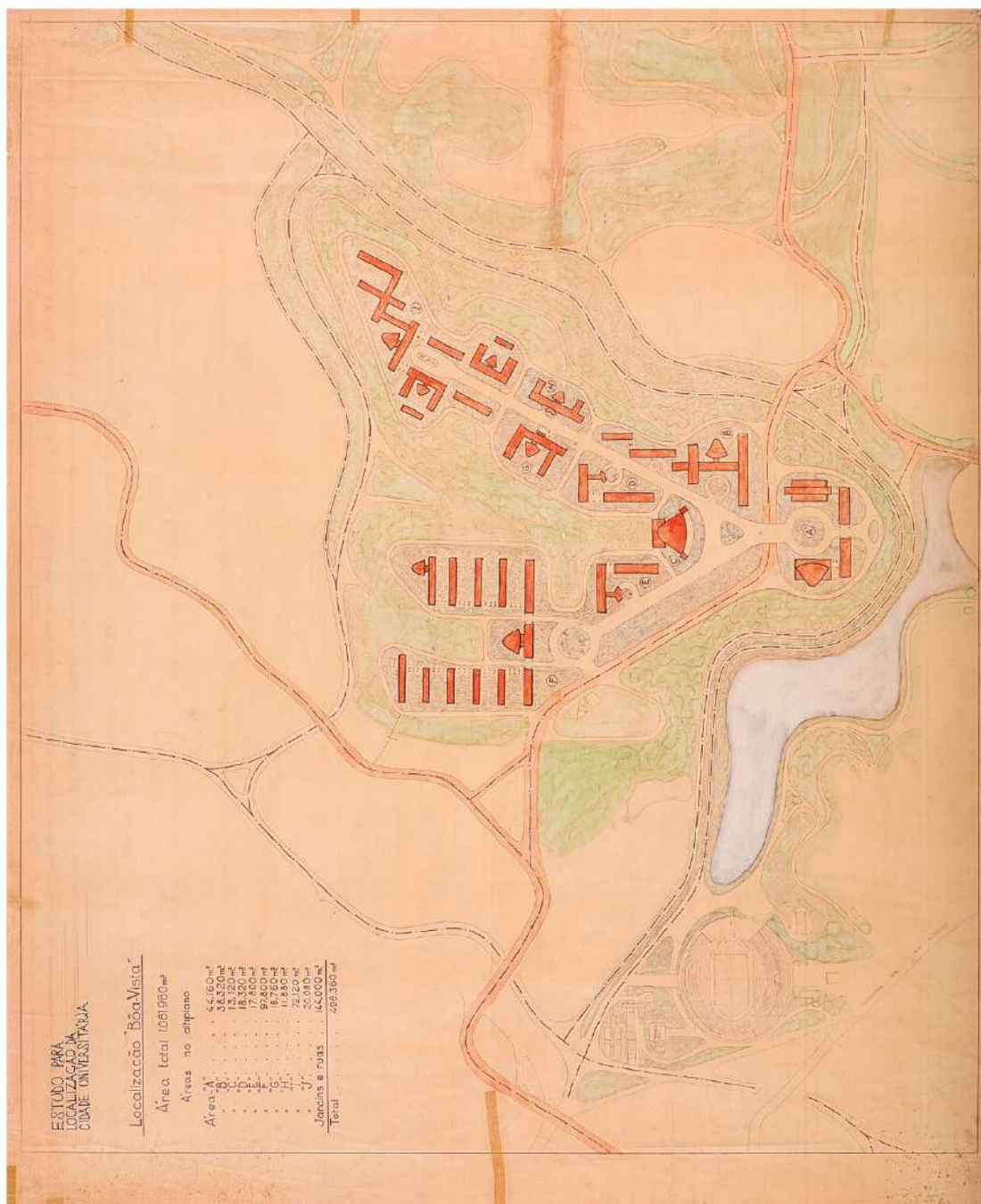
³³ Como está apresentado no Capítulo 4 desta dissertação, as propostas para a UFRJ na Quinta da Boa Vista e para a USP em Butantã contemplam os equipamentos esportivos como parte do projeto da universidade.

Figura 13 – Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS



Fonte: FGM. Acervo EPUCS.

Figura 14 – Vista Superior da Cidade Universitária do EPUCS



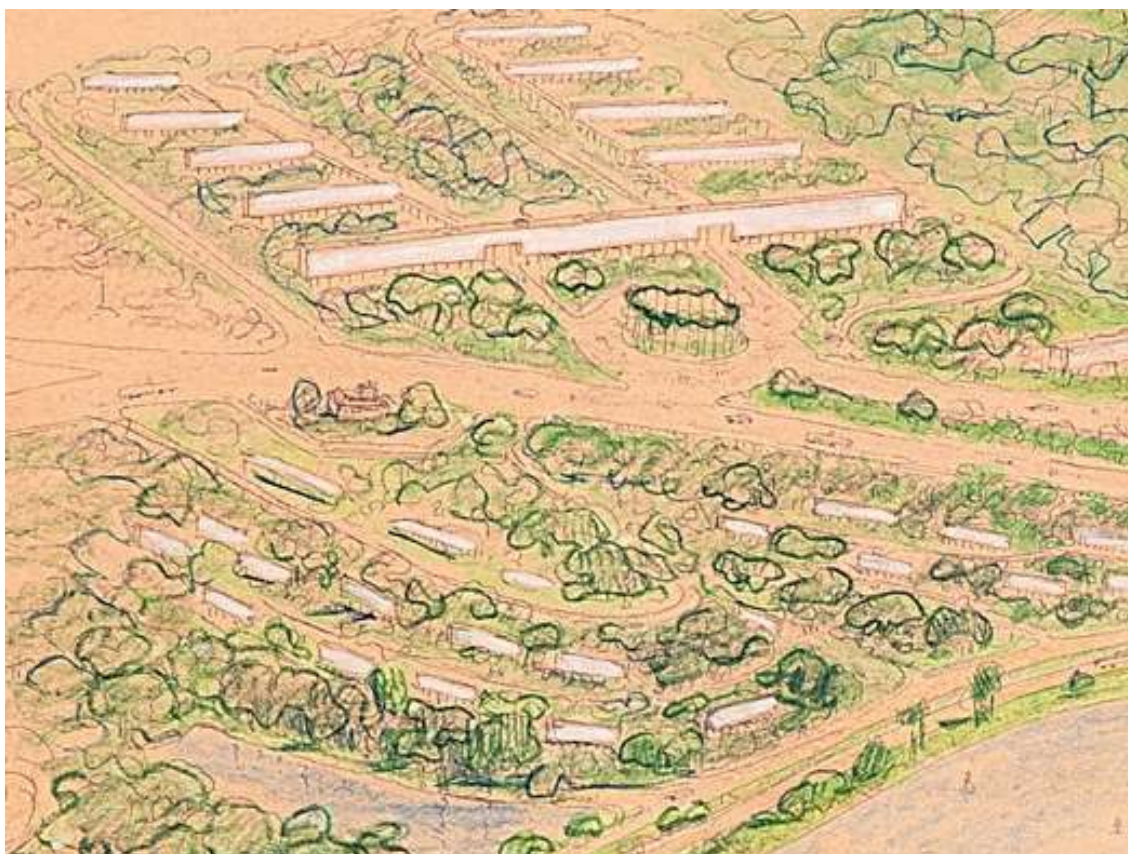
0 100m 200m



Fonte: FGM. Acervo EPUCS.

Mesmo se tratando de um estudo de localização, nota-se que existem definições arquitetônicas, como a definição de edifícios em barra elevados por pilotis (Figura 15). Também fica evidente a conservação do Solar Boa Vista, tombado pelo IPHAN em 1943³⁴ e a instalação das residências, integrantes da cidade universitária, nos terrenos em declive.

Figura 15 – Detalhe das edificações na Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS



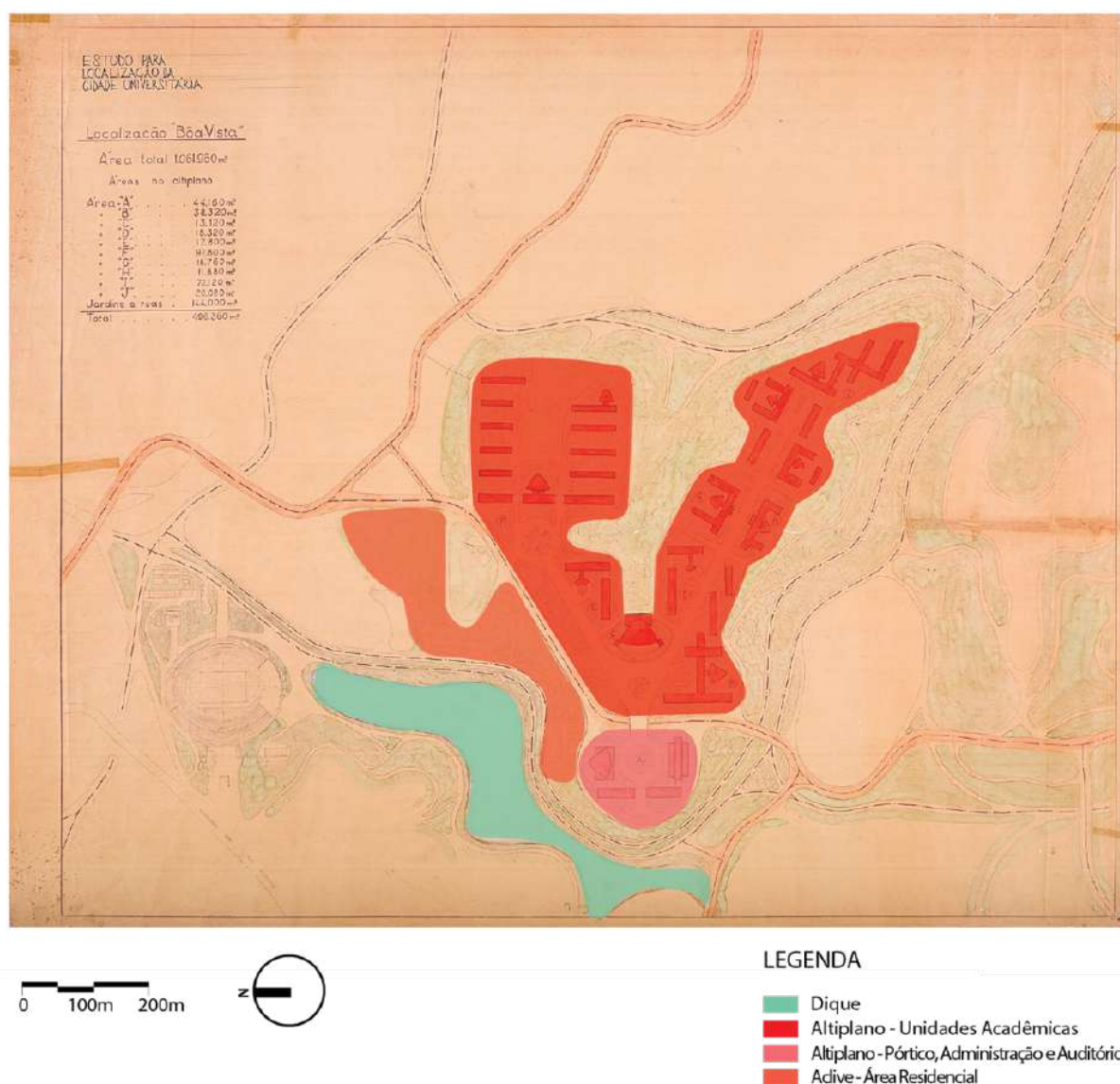
Fonte: FGM. Acervo EPUCS

Apesar do tratamento estético na elaboração do estudo, o único registro de proposta desenvolvido para a Cidade Universitária do EPUCS foi da Escola Politécnica da Universidade da Bahia (EPUB) e, segundo imagens presentes no artigo de Caricchio (1948), a proposta arquitetônica do EPUCS, de blocos elevados por pilotis, se perdeu no projeto apresentado pela própria escola.

³⁴ O Solar Boa Vista, que já tinha sido residência da família de Castro Alves, abrigava um asilo e hospital, sob responsabilidade do governo da Bahia. Disponível em: <<https://bit.ly/2SurhdE>>. Acesso em: 1º dez. 2018.

A análise da implantação proposta, em conjunto com a perspectiva e o Parecer do EPUCS (Documento 3), nos permite compreender o projeto a partir de um zoneamento em quatro categorias (Figura 16): unidades acadêmicas; edifícios administrativos e uma grande praça; edifícios residenciais e atividades sociais e esportivas; e os grandes equipamentos esportivos, que não integram de fato a cidade universitária representada pelo EPUCS, mas que são integrados às atividades universitárias. As demais áreas são de efeito paisagístico, com forração vegetal.

Figura 16 – Zoneamento da Cidade Universitária do EPUCS

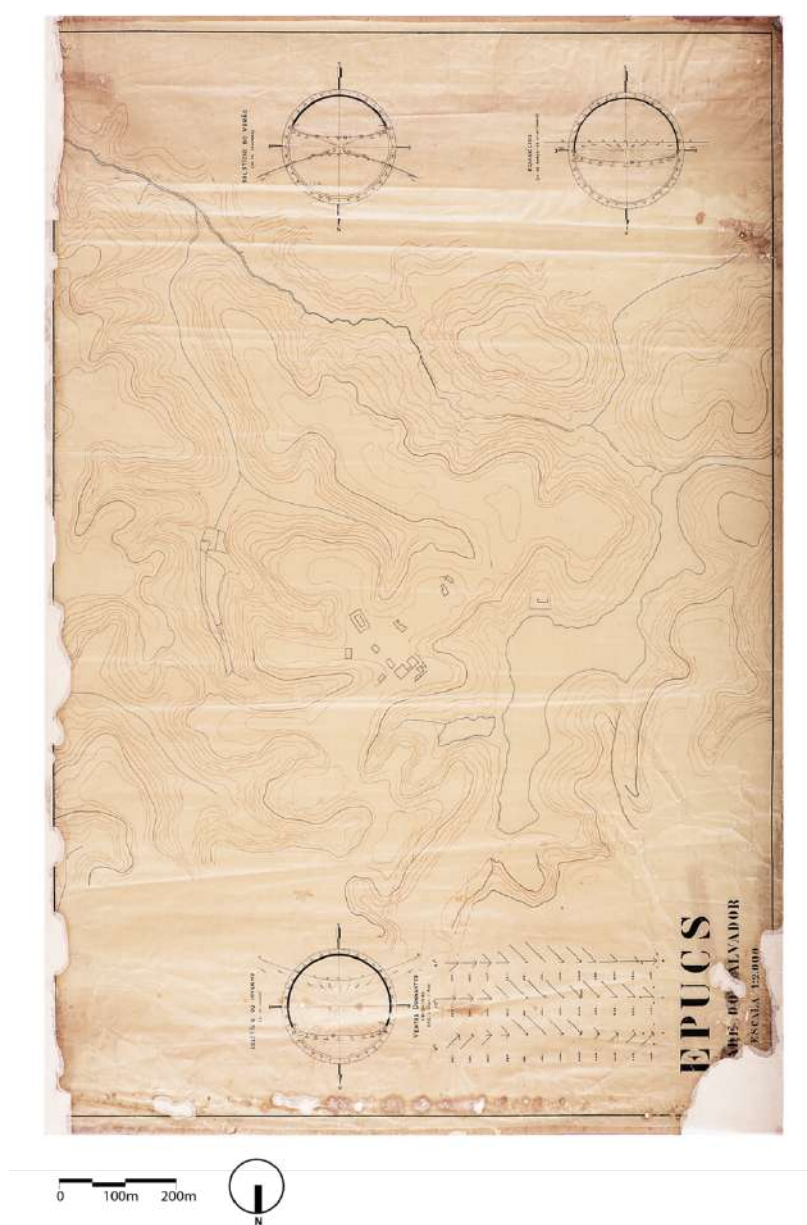


Fonte: FGM. Acervo EPUCS (grifo nosso).

Também consta como peça gráfica um estudo sobre incidência solar e principais ventos atuantes (Figura 17). Ao contrapor esses dados referentes a conforto ambiental

com a implantação proposta, nota-se que as soluções passivas para conforto térmico e lumínico nos edifícios teriam que ser diversas, uma vez que foram previstos pavilhões com orientação norte-sul, leste-oeste e outros em diagonal, seguindo o traçado da via. Ou seja, fica evidente que fatores como incidência solar e ventos predominantes foram estudados, mas não foram prioridade na distribuição dos edifícios pelo espaço, que seguem orientações diversas, demandando do projeto executivo soluções mais específicas para cada caso.

Figura 17 – Estudo de Ventilação e Iluminação Natural do EPUCS



Fonte: FGM. Acervo EPUCS.

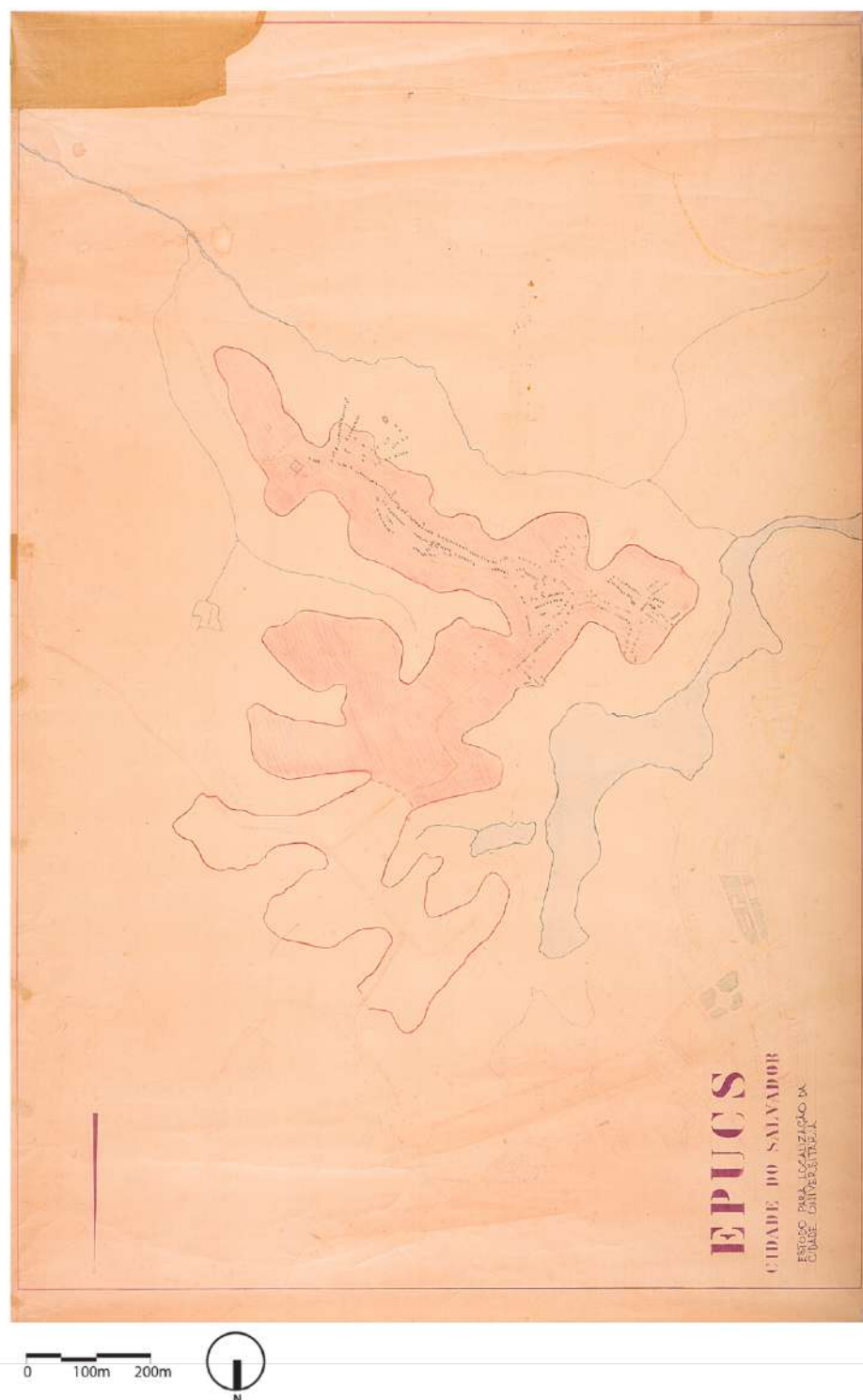
O terreno de interesse para a implantação da universidade já era previamente ocupado. Como consta na carta de Jayme Cunha, apresentada anteriormente, parte do terreno era pertencente ao Estado, o que possibilitaria uma primeira etapa de implantação com maior brevidade e sendo o custo de desapropriação com isso reduzido.

Sobre a área prevista para desapropriação, algumas considerações podem ser feitas. *A priori*, como consta no próprio parecer, essa área teria uma parcela ocupada pelo que o EPUCS considerava uma “miserável massa humana ora esparsa na gleba indicada, verdadeira amostra representativa daquele preponderante estrato social urbano, que, ali, por assim dizer, vegeta mais do que vive, tão impressionante é seu estado de miséria econômica e desamparo social”. Isso mostra que essa área carregava características do que era tratado como a “cidade errada”³⁵, ou aquela onde habitações de baixa renda ocupam, de forma desordenada, a cidade.

Outra consideração possível pode ser feita pelo comparativo entre o estudo de desapropriação feito pelo EPUCS (Figura 18) e um recorte da região a partir de mapa do Serviço Geológico do Exército de 1942. A partir desse comparativo (Figura 19), identifica-se que a maior parcela do altiplano, definido para a instalação das unidades, já se encontrava ocupado. Nota-se também que a numeração feita pelo EPUCS, que se trata provavelmente de uma identificação das unidades a serem desapropriadas, não considera toda a área levantada pelo SGE como ocupada. Tampouco estão enumeradas unidades fora do altiplano, nos locais previstos para residência universitária e como área verde. Apesar de não terem sido identificados, na documentação do EPUCS para a Cidade Universitária, que critérios foram utilizados para a definição das unidades a serem desapropriadas, essas incongruências sugerem que esse levantamento não abrange a totalidade do empreendimento.

³⁵ Fez parte da programação da Semana de Urbanismo de 1935 a palestra “Uma cidade errada e uma cidade certa”, ministrada pelo Engº José Lourenço Costa. **[Inserir nas Referências]**

Figura 18 – Estudo de desapropriação para implantação da Cidade Universitária elaborado pelo EPUCS



Fonte: FGM. Acervo EPUCS.

Figura 19 – Montagem de Estudo de Desapropriação do EPUCS/Mapa de Salvador do SGE de 1942



Fonte: FGM. Acervo EPUCS; Mapa do Serviço Geográfico do Exército (1942). Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA.

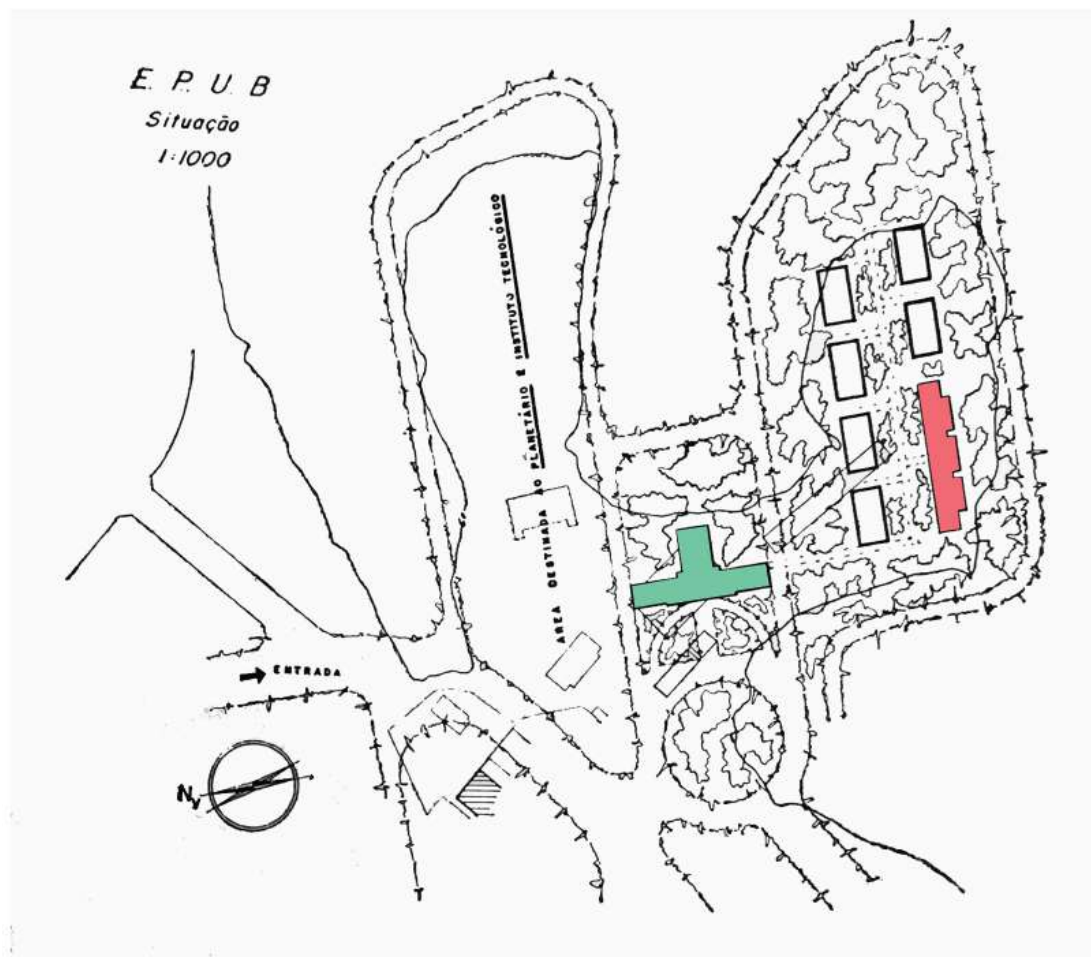
Figura 20 – Fotografia do Dique do Tororó da Ladeira do Pepino em Brotas (Fotógrafo desconhecido/Data desconhecida – anterior à construção da Arena Fonte Nova na década de 50)



Fonte: AHMS/FGM. Disponível em: <<https://bit.ly/2UvgFNh>>. Acesso em: 1º dez. 2018.

Segundo Caricchio (1948), a área “F” (Figura 21) foi destinada para a implantação da Escola Politécnica, que, conforme previsto no Parecer do EPUCS, seria o primeiro curso a se instalar na Cidade Universitária e correspondia ao terreno do Estado, onde funcionava o Hospital. Segundo a solução de implantação apresentada por Caricchio, a porção do terreno mais ao Norte seria destinada a um planetário e ao Instituto Tecnológico. A parcela mais central do terreno, diante da rotunda, foi prevista para a instalação do Pavilhão Principal, que concentraria usos administrativos, auditório, espaço para os professores e biblioteca. Na parcela sul da área “F”, seriam instalados o Pavilhão das Aulas Teóricas e seis blocos de uso não especificado.

Figura 21 – Trecho de ilustração da proposta da EPUB com identificação de pavilhões



LEGENDA

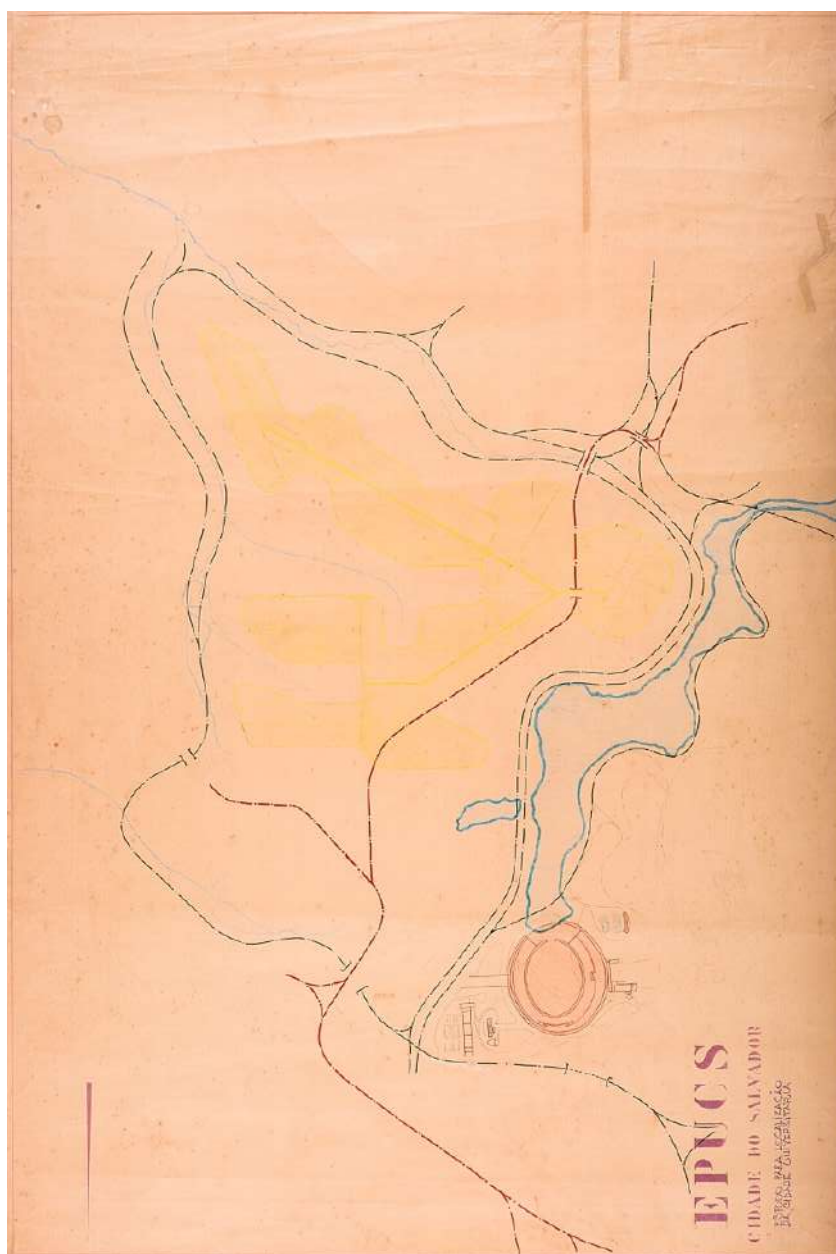
- Pavilhão das Aulas Teóricas
- Pavilhão Principal

Fonte: Caricchio (1948) (Marcas acrescentadas).

O traçado das vias proposto (Figuras 22 e 23) prevê um circuito interno em forma de “V”, que conecta as unidades, e uma via que atravessa a Cidade Universitária, ligando-a às ruas externas. O circuito em “V” se define pela forma do altiplano. Já a via que cruza a Cidade Universitária cria dois acessos: o primeiro logo em frente à área F e o segundo pelo pórtico. A partir desses dois acessos, a circulação para as derivações internas é distribuída por duas grandes rotatórias, uma para cada acesso. A partir da rotatória do pórtico, é possível ter acesso aos edifícios da grande praça ou seguir para a rua interna do *Campus*. A rotatória em frente à área F, dedicada às engenharias, segundo Caricchio (1948), deriva para a rua principal do *Campus* e para mais duas ruas internas à área F; a intervenção viária proposta também prevê a

criação de uma ponte, a “ponte Tororó-Brotas”. Essa estrutura seria a continuação da via urbana de acesso ao *Campus*, permitindo o trajeto urbano sem necessidade de entrar no território da universidade pela previsão de um mergulho subterrâneo da via. Logo após o mergulho, inicia-se a ponte que viabilizaria vencer o desnível entre o altiplano de Brotas e a região do Dique em um curto trajeto.

Figura 22 – Estudo de Vias para Cidade Universitária do EPUCS



Fonte: FGM. Acervo EPUCS

Figura 23 – Montagem de Estudo de Vias do EPUCS/Mapa de Salvador do SGE de 1942.



Fontes: Mapa do Serviço Geográfico do Exército (1942). Acervo: Biblioteca Universitária Omar Catunda da UFBA com sobreposição de prancha do EPUCS. FGM. Acervo EPUCS.

Considerando-se que a Cidade Universitária proposta pelo EPUCS tinha previsão de diversos usos, inclusive residencial, a demanda da via seria intensificada, e isso parece uma motivação coerente enquanto justificativa para tal proposta de intervenção viária que extrapola os limites da universidade e seu simples acesso.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO EPUCS

Na carta de Jayme Cunha da Gama e Abreu, fica destacado que a escolha da localização da cidade universitária é um “problema de urbanismo”. Após uma leitura sobre as propostas do EPUCS para a Cidade do Salvador, entende-se o engajamento com questões referentes a um campo profissional ainda recente e que, portanto, considera-se que estava ainda em formação. Carregava-se, com isso, um esforço de criação de uma narrativa pautada em critérios objetivos, científicos, ainda que, por vezes, as relações sociais apenas surjam ao se tratar da “miserável massa humana” e a própria argumentação mais se aproxime de uma defesa de uma escolha prévia, a partir do momento em que o terreno escolhido é indicado como o mais adequado em todos os critérios.

Esses critérios foram adotados pelo escritório para a escolha da localização da cidade universitária e têm relação forte com a própria concepção modelar de cidade proposta pelo EPUCS. Somado a isso, considera-se que a documentação estudada se trata de uma proposta não executada, o que nos leva a problematizar a relação Cidade Universitária x Plano Urbanístico (e, por vezes, Urbanismo, caso seja considerada uma série de questões levantadas pela Semana de Urbanismo de 1935 e pelo 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo que formam as discussões da época).

A priori, a própria lógica de isolamento defendida para a cidade universitária e a escolha feita a partir do critério de distância da Praça Municipal, sendo considerada a proximidade um fator favorável, podem parecer contraditórias ao ser considerado que o Centro seria onde se concentrariam as funções administrativas, empresariais e de comércio. No entanto, entende-se que a contradição, nesse caso, não existe pela dimensão da cidade que, no início da década de 40, tinha aproximadamente 350 mil habitantes e que vislumbrava, com a proposta pelo EPUCS, uma cidade de até aproximadamente um milhão de habitantes. Com base nessa leitura, a distância para o Centro, que propiciava uma facilidade de acesso e circulação, não era impeditivo para a localização mais reservada em um trecho de zona residencial, como proposto.

Por fim, no caso específico da Cidade Universitária do EPUCS, a proximidade com o Dique do Tororó e o Estádio da Fonte Nova também foi fator marcante. O primeiro poderia ter sua reestruturação favorecida pelos investimentos na região, e o segundo já estava com sua localização definida previamente (e foi durante o desenvolvimento do projeto do estádio que Mário Leal e Diógenes Rebouças se conheceram). O apelo paisagístico seria potencializado com a implantação da Cidade Universitária no terreno de Brotas e criaria uma formatação que já se encontrava nas

propostas de outras universidades brasileiras (como exposto no próximo capítulo) em que o centro de esporte estava munido de um grande estádio e, no caso da Universidade de São Paulo (USP), com área de esportes aquáticos integrando o espaço universitário.

4 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA (UBA) E SUAS PROPOSTAS ESPACIAIS

A criação de universidades no Brasil somente passou a ser um projeto nacional a partir da primeira metade do século XX³⁶. Quando esse projeto entrou na agenda nacional, diversas outras instituições semelhantes já estavam consolidadas, tanto na América do Norte quanto na América Latina. Vale, portanto, trazer para a contextualização algumas questões que contribuem para o entendimento das universidades brasileiras e de heranças de processos anteriores desse tipo de instituição.

A origem das universidades é um campo de disputa. Com o peso que essa instituição tem no desenvolvimento científico moderno, o olhar para o passado, buscando definir o que pode ser considerado ensino superior, gera impasses. Segundo Uetela (2017, p. 44, tradução nossa):

[...] entender a origem do ensino superior pode exigir escavar para trás além da Idade Média e o estabelecimento da Universidade de Bolonha para o período do antigo Egito e Timbuktu no moderno Mali. A posição de Teferra e Altbach (2004) de que Al-Azhar no Egito é a universidade mais antiga ainda existente no mundo, pode conter esta tese. Esta instituição pós-secundária foi fundada entre 970 e 972, durante o período de rico aprendizado islâmico africano, muito antes do surgimento das universidades ocidentais.

O autor ressalta ainda que, na África, essas instituições estavam fortemente vinculadas a um aprofundamento de um saber religioso dentro do islamismo.

Segundo o Guinness World Records³⁷, instituição que publica o popular *Livro dos Recordes*, a mais antiga universidade seria a de Al Quaraouiyine, fundada em 859, na cidade de Fez, no Marrocos.

Em matéria publicada no Jornal *Independent Buncombe* (2010) traz a notícia de que, na Índia, o projeto de uma nova universidade será implantada ao lado das ruínas e adotará o mesmo nome daquela que aclamam como a universidade mais antiga –

³⁶ Vale esclarecer que, no Brasil, já existiam Faculdades e instituições de ensino superior. Localizadas principalmente em grandes cidades, essas instituições tardaram a ser oficialmente reconhecidas e, por vezes, habilitava o profissional para uma atuação restrita.

³⁷ Disponível em <<https://bit.ly/2ayuvMo>> . Acesso em 10 out. 2017.

Nalanda, destruída por uma guerra em 1193. A matéria diz ainda que a universidade teria funcionado por 6 séculos antes de sua destruição, e que não se restringia a ensino religioso e de línguas.

Apesar da disputa sobre a origem das universidades, entende-se que é a história das universidades europeias e americanas que mais se relaciona com a trajetória das universidades brasileiras e, portanto, a que se busca entender de forma sucinta.

Na Europa, na baixa Idade Média, as cidades atraíam novos habitantes. Na busca de sustento, os letrados puderam oferecer seus serviços como professores particulares, que ensinavam em domicílio. Com a crescente demanda de alunos, o local de ensino deixou de ser a casa para serem espaços alugados que abrigavam mais alunos, e o aumento na oferta de vagas passou a demandar que os estudantes se hospedassem em áreas específicas, próximas às salas de ensino.

Como uma forma de controlar e disciplinar o número crescente de estudantes em algumas cidades, bem como de resolver um grave problema, o da moradia, as administrações locais, ao longo do século XV, passaram a obrigar os alunos, exceto os nobres, a inscreverem-se ou nas hospítia ou nas pedagogia, conforme suas condições financeiras, e a morar nessas casas até o final de seu período de aprendizado. Algumas cidades como Bolonha e Paris eram particularmente prósperas e ofereciam, além de produtos agrícolas (alimentação), segurança física e liberdade acadêmica, bens preciosos para estudantes e mestres aí se estabelecerem.

[...] Começavam aí grandes transformações na pedagogia e na configuração dos espaços e tempos de ensino. A reunião de muitos estudantes e mestres num mesmo local passou a exigir, necessariamente, novas regras de disciplina, de conduta e de aprendizagem. Os espaços de ensino tiveram de ser reorganizados de forma a atender, mais eficientemente, a essa nova realidade; porém, eram espaços adaptados por meio de reformas ou de pequenas ampliações que, geralmente, resultavam em construções de uma certa precariedade. Os prédios onde funcionavam os colégios no século XIII compreendiam alguns quartos e uma capela. Assim, por exemplo, a dotação inicial de Robert para o Colégio de Sorbon consistia em três casas e um celeiro. (VERGER, 1990, apud PINTO; BUFFA, 2009, p.27).

Apesar dessa organização inicial mais espontânea das universidades, interesses da nobreza e das universidades por estruturas próprias elitizaram o ensino superior. Com isso, o próprio método pedagógico foi alterado e os estudantes menos favorecidos passaram a ser direcionados para cursos mais curtos.

Nesse contexto histórico, surgiram novas estruturas de ensino superior na Inglaterra: os *Colleges*. Estes eram caracterizados como benfeitorias, com estudantes e mestres vivendo e estudando juntos. A proposta espacial adotada e largamente reproduzida por outros *colleges* foi inspirada nos claustros medievais, conforme explanam Pinto e Buffa (2009, p.31-32):

[...] O primeiro desses colleges foi provavelmente o Merton College de Oxford, fundado em 1264, destinado a estudantes que já eram graduados (masters). Em 1379, foi fundado o New College de Oxford que oferecia alojamento e educação a estudantes ainda não graduados (undergraduates). No século XVI, este sistema universitário de educação formado pelos colleges atingiu seu pleno desenvolvimento. Por sua vez, as universidades de Oxford e Cambridge, no início do século XVII, atingiram o ponto alto de desenvolvimento. Em decorrência da Reforma política e religiosa, elas romperam com suas tradições medievais, reformando o currículo – suprimindo a escolástica e introduzindo as ciências - e recebendo um número de estudantes jamais visto. É importante lembrar tudo isso porque Oxford e Cambridge bem como algumas universidades escocesas foram significativas na criação dos colleges na América colonial, inclusive em termos de arquitetura (TURNER, 1995, p. 9).

Inspirados nos claustros medievais, a planta dos colleges adotou o quadrângulo (quadrangle ou quad) como espaço articulador de todo edifício. Nos claustros medievais, tratava-se de um retângulo ou quadrado cercado por arcadas sob as quais a circulação era livre, abertas nas laterais e cobertas. Nos colleges, – o quadrângulo é um espaço cercado de edifícios, usualmente de dois andares, com um gramado simples no centro e circulação aberta ao seu redor. Na maioria das escolas, esse espaço de circulação e de lazer era destinado aos alunos mais adiantados (seniors) e permitia acesso interno a todos os edifícios.

Dentro desse módulo quadrangular replicável, era possível a formação de universidades pela reunião de diversos *Colleges*, mantendo, por meio de seus claustros, um espaço reservado, ainda que inserido no núcleo urbano.

No entanto, no século XVII, começa a expansão das estruturas de ensino superior nos Estados Unidos. Nesse processo, os termos *college* e universidade deixam de ter uma diferenciação formal tão clara nas Américas, e a forma do claustro é quebrada. O *college* americano é proposto nos limites das cidades e a partir do

modelo espacial denominado de *campus*³⁸, que buscava a implantação numa área de fazenda, distante das “interferências ‘nocivas’ das cidades”.

Um eixo no sentido norte sul traçado na planta de uma antiga fazenda foi a base do projeto do campus da universidade. [...]. Estava definido mais um novo e inédito espaço para o ensino e o aprendizado: o campus universitário. Uma iniciativa inédita tanto no que se refere aos planos pedagógicos como no que se refere ao espaço destinado à formação universitária e que, posteriormente, foi repetido por todos os EUA e, em proporções mais modestas, em outros países do mundo. Thomas Jefferson escolheu Charlottesville (sua terra natal), no centro do Estado da Virginia, para implantar esta universidade.

O projeto, propositadamente, distanciava-se de forma radical das iniciativas europeias, sobretudo das inglesas. Propunha um território extenso e fechado, longe das cidades e projetado detalhadamente com o objetivo de oferecer uma formação integral ao estudante. O campus deveria ser, como, de fato, foi, uma pequena cidade: possuir equipamentos, serviços e todas as facilidades possíveis que uma cidade pode oferecer. O aluno poderia viver e dedicar-se integralmente aos estudos sem preocupações nem interferências “nocivas” das cidades. O território para o ensino e o aprendizado ampliava-se do prédio para o campus, uma grande área projetada, fechada e com regras, costumes e leis próprias. (PINTO; BUFFA, 2009, p.37-38).

Um ponto interessante a ser tratado nesse contexto é o termo “cidade universitária”, como foi utilizado no Brasil.

[...] sob o nome de cidade universitária, não se adotava o conceito francês, isto é, do lugar de onde habitam os estudantes [...]. [Nesse critério, cidade universitária é o conjunto de todos os edifícios universitários: reitoria, faculdades e zonas residenciais. Este conceito está bem representado no tipo das universidades dos Estados Unidos da América do Norte e da Europa (Espanha e parcialmente nas novas instalações de Roma). (CAMPOS, 1940, apud OLIVEIRA, 2011, p.193).

³⁸ Rudolph Atcon atualizaria, na década de 70, o conceito de *campus* da seguinte forma: Trata-se de um manual sobre o planejamento sistemático de um "**campus**" universitário, i. e, de **um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra da maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico coordenado e da maior envergadura possível, respeitadas as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiros**. A "**Cidade Universitária**" – correspondente à universidade tradicional – dá numa só área geográfica, expressão física ao desejo de união das unidades isoladas e dispersas que a compõem. Porém, não ultrapassa uma mera aproximação dos edifícios que abrigam autarquias independentes entre si. (ATCON, 1970).

A primeira proposta de Cidade Universitária para o Brasil identificada nesta pesquisa foi a do Plano Agache, de 1930, e, apesar de não constar maiores detalhes sobre a proposta, pode-se inferir que já era composta por um conjunto que reuniria residência, espaços acadêmicos e espaços administrativos no mesmo projeto. “O conceito francês” de Cidade Universitária, tratado no excerto acima, faz referência ao projeto da Cité Internationale Universitaire de Paris, que criou um espaço restrito para uso residencial, onde posteriormente foi edificada a *Maison du Brésil* projetada por Lúcio Costa, configurando uma área residencial independente do terreno e da gestão da universidade. Outras experiências vinham ocorrendo, na Europa, nos projetos de universidades, como as instalações da *Città Universitaria di Roma*, de 1932, do arquiteto Marcello Piacentini, que reunia as unidades de ensino, administração e residência em um mesmo local. Ou seja, é natural certa instabilidade do termo Cidade Universitária devido a essa variação de seus usos.

A própria tradução do Plano Agache traz usos diversos para o mesmo local: o mesmo item indicado no índice como “Bairro Universitário” está intitulado no corpo da publicação como “Centro Universitário”; e a planta representada na página 195, referente ao mesmo “Centro Universitário”, traz em sua legenda a identificação como “Cidade Universitária”. O Parecer do EPUCS (Documento 3 – ver Volume II) usa os termos “Cidade Universitária”, “Campus Universitário” e “Campus” para se referir ao mesmo local. Sendo assim, conclui-se que os termos no Brasil, nesse período, são aplicados de forma indistinta, ainda que historicamente, em sua origem, possam representar modelos distintos e, por isso, para este estudo, foram considerados os diversos termos acima citados como sinônimos.

4.1 UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (URJ)/UNIVERSIDADE DO BRASIL (UB)

A URJ foi criada pelo Decreto 14.343 do dia 7 de setembro de 1920, mas manteve-se como um conjunto de unidades isoladas. Segundo Alberto (2003)³⁹, o início dos trabalhos de uma comissão de professores para a concepção de uma cidade universitária no Brasil se deu por uma visita, no inverno de 1934 para 1935 (que, no Brasil, seria o verão), ao *campus* da recém-inaugurada Universidade de

³⁹ Alberto (2003) transcreve trecho de carta de Marcello Piacentini a Eugênio Bornadelli de 19/06/1945, citada no livro *Arquitetura Italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini* (TOGNON, 1999, p.251).

Roma, projetado por Marcello Piacentini, arquiteto italiano que trabalhava em grandes obras para o governo fascista de Mussolini. Durante essa viagem, foi estabelecido o primeiro contato dessa comissão com o arquiteto que, em seguida, seria convidado pelo governo brasileiro para desenvolver o projeto da URJ (ALBERTO, 2003, p.95). Segundo Oliveira (2011), foi no dia 19 de julho de 1935 que o então ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, designou oficialmente uma comissão de professores com a finalidade de elaborar um plano de organização da “Universidade padrão dos institutos universitários brasileiros.”. Esse propósito atribuído à Universidade do Rio de Janeiro, que, em 1937, viria a se tornar a Universidade do Brasil (UB), fez parte da criação de um modelo de universidade nacional.

A comissão foi instalada em 22 de julho e se posicionou inicialmente pela localização da cidade universitária na Urca ou nas proximidades da Quinta da Boa Vista (OLIVEIRA, 2011, p. 195). Em consequência de negociação entre o governo brasileiro e o governo de Mussolini, Marcello Piacentini veio ao Brasil. Em sua primeira visita, de 13 a 24 de agosto de 1935, Piacentini se reuniu com a comissão de professores e com o Escritório Técnico e, como fruto dessa visita, foi gerado o relatório *Relazione sulle Proposte di Località per la Nuova Città Universitaria Nazionale in Rio de Janeiro*. Nesse relatório, não estava ainda definido o terreno onde seria desenvolvida a proposta (ALBERTO, 2003).

A vinda de Piacentini gerou uma reação negativa do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (CREA-RJ), do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e do Sindicato Nacional de Engenheiros. Eles argumentavam que tal postura do governo contribuía para o descrédito dos profissionais brasileiros, que julgavam aptos para o empreendimento, bem como feria a recém-estabelecida Constituição de 1934, que vetava aos estrangeiros o exercício de profissões liberais no País. Como contraproposta, o Sindicato Nacional de Engenheiros sugeriu que fosse estabelecida uma comissão de engenheiros e arquitetos brasileiros para desenvolver os projetos propostos por Piacentini. A partir desse debate, a contratação de Piacentini ganha outra versão oficial e passa a ser tratada como uma contribuição internacional para o desenvolvimento do projeto da Cidade Universitária. O ministro Capanema forma a comissão com os seguintes nomes: Afonso Eduardo Reydi, Ângelo Bruhns, Lúcio Costa, Firmino Saldanha, Paulo Fragoso e Washington Azevedo, sendo que este último recusou o convite (ALBERTO, 2003, p. 100).

Quanto à escolha do sítio, Oliveira (2011, p.198) faz a seguinte análise:

Aqui fica bastante evidenciada a relação existente entre a apropriação do espaço como elemento de demarcação entre classes. Nesse sentido, a universidade para a elite deveria ter sua cidade universitária construída nas proximidades dos bairros ocupados pela elite. Registre-se a intenção inicial de constituir-se em centro para uma elite, já que se propõe a ser modelo às demais, fato, aliás, recorrente na história da Educação no Brasil, que, até então, sempre havia privilegiado o ensino superior (ainda que sob a forma das faculdades isoladas criadas no século XIX). Sobre os privilégios dados, historicamente, à Educação Superior no Brasil, defendia o Prof. Ernesto de Souza Campos que:

“[...] há quem pense que pela alfabetização tudo se resolve. Sem descurar este lado do problema, o nosso maior empenho deve ser o da formação das elites. Sem elas não poderemos, com eficiência, explorar, dirigir e fomentar nossas riquezas. Considerem que os Estados Unidos, com 130 milhões de habitantes, têm quase 400 mil universitários. Com os nossos 40 milhões, estamos muito longe de alcançar os 30% que deveríamos ter para ficarmos no mesmo nível. A França, com quase a mesma população (42 milhões), tem 82 mil universitários. O Canadá, com 9 milhões, quase 35 mil e assim por diante. Que poderá fazer o Brasil se tiver toda a sua população alfabetizada, mas uma elite insuficiente?” (CAMPOS, 1940, p.389).

Note-se que a formação da elite intelectual pelas universidades nacionais era o grande estímulo para a estruturação das universidades, pesando isso, até mesmo, no debate sobre sua localização. No que diz respeito à vinda de Marcello Piacentini para o Brasil, a escolha do terreno da Urca foi reforçada. Por se tratar de um terreno exíguo e com altos custos de desapropriação, foi mantida a área próxima à Quinta da Boa Vista como segunda opção.

O Sindicato Nacional de Engenharia não estava ainda satisfeito com a criação da comissão de desenvolvimento do projeto de Piacentini e permaneceu questionando a decisão de Capanema e em defesa dos profissionais brasileiros. Após uma série de correspondências trocadas sobre o assunto, o ministro decidiu criar também uma Comissão de Arquitetos e Engenheiros e, com isso, é solicitada a visita do arquiteto franco-suíço, Le Corbusier⁴⁰, para um novo estudo sobre a questão. Cria-

⁴⁰ A vinda de Le Corbusier também o colocou em contato com o projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde (atualmente conhecido como Palácio Gustavo Capanema), quando também foi estabelecida parceria entre este e a equipe de arquitetos brasileiros liderada por Lúcio Costa para a elaboração desse projeto.

se uma situação que leva a uma polarização entre a Comissão de Estudos do Plano da Universidade do Brasil – CEPU (nome definido por Portaria de 1935 para a comissão de professores) e a Comissão de Arquitetos e Engenheiros (OLIVEIRA, 2011, p. 207-210), em que a segunda tinha proximidade com Le Corbusier e influência direta dos seus trabalhos e defendia suas propostas, em divergência com a primeira comissão.

Le Corbusier emite parecer em defesa da localização da Cidade Universitária na proximidade da Quinta da Boa Vista. O estudo, porém, apresenta grandes dificuldades de viabilização por interferir na malha ferroviária responsável pela circulação de passageiros e mercadorias de modo a limitar a expansão de linhas.

Lúcio Costa fez uma nova proposta, tendo o estudo de Le Corbusier como base, mas esta também foi rechaçada pela CEPU pela demanda de um sistema de viadutos, climatização dos edifícios, solução de pilotis e por prever institutos que não constavam no programa da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (CUB). Ainda em 1936, Lúcio Costa apresentou uma proposta que retomava os debates da localização da Cidade Universitária, locando-a sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas, sem interrupção de sua superfície, de forma suspensa – proposta que não foi adiante (OLIVEIRA, 2011, p. 213-214). Em 1937, Le Corbusier vem novamente ao Brasil e apresenta, com Lúcio Costa e uma equipe de arquitetos, nova proposta para o mesmo terreno, mas nem assim obteve a aprovação necessária.

A CUB não viria a se concretizar até a formação do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, em 1944, e a viabilização de seus estudos. O projeto da Ilha do Fundão, onde efetivamente foi construída a Cidade Universitária, foi desenvolvido entre 1949 e 1965 pelo arquiteto Jorge Machado Moreira, mas foram os projetos de Marcello Piacentini, Le Corbusier e de Lúcio Costa que geraram discussões até a concepção de Cidade Universitária do EPUCS, que referencia a Universidade do Brasil como modelo.

4.2 UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UDF)

Por mais limitado que seja o âmbito de vida de qualquer povo, lá iremos encontrar, em gérmen – por vezes, obscuras e indiscriminadas –, quatro grandes instituições fundamentais, que lhe constroem e condicionam a vida em comum: a Família, o Estado, a Igreja e a Escola. Desde que haja vida em comum, e vida em comum de homens, essas instituições, sob alguma forma, hão de aparecer, e

aparecem para manter, nutrir, ordenar e iluminar a vida em comum. [...] Todas essas funções se confundem e se misturam, em cada uma dessas instituições, de tal modo que a história de qualquer delas é, de algum modo, a história da humanidade. (TEIXEIRA, apud OLIVEIRA, 2011, p.162-163).

Ao passo que se iniciam os debates da Cidade Universitária da UB, uma outra universidade também se inicia. A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi instituída no ano de 1935, no Rio de Janeiro, e dissolvida em 1939. Ela trazia, em sua concepção, características distintas do modelo de universidade em construção pelo governo federal. Fávero (2006, p.39) ressalta a importância dessa iniciativa no debate sobre os primeiros esforços para a criação de universidades brasileiras ao dizer que se pode “compreender o papel renovador da UDF, ao lado da USP, nos anos 1930”.

Anísio Teixeira, baiano, formado em direito pela UFRJ em 1922, foi idealizador e fundador da UDF e foi muito importante na elaboração do que Fávero chamou de ‘papel inovador’ dessa instituição. Vale destacar que, antes da fundação da UDF, ele já tinha, em 1924, desempenhado a função de Inspetor Geral da Instrução do Estado da Bahia e, em 1925, o cargo de Diretor de Educação e Saúde (CARLETTO, 2014). Durante sua gestão, foi triplicada a quantidade de vagas em escolas públicas do Estado, aumentando a quantidade de alunos para 20,5% do total da população em idade escolar (CURY, 2000).

A trajetória de Anísio Teixeira também foi marcada por experiências internacionais, como sua viagem à Europa em 1925, com o arcebispo da Bahia Dom Augusto Álvaro da Silva, quando, por quatro meses, assistiu às aulas na Sorbonne como parte de seu estudo sobre a reforma educacional da França e da Bélgica. Em 1928, Anísio Teixeira viajou para os Estados Unidos, onde conquistou seu *Master of Arts degree*, pela Teacher’s College da Columbia University. E foi nessa experiência na Columbia University que teve contato com William H. Kilpatrick e estudou o filósofo e educador americano John Dewey (CURY, 2000).

Em 1929, Anísio Teixeira escreveu o programa denominado “Sugestões para a Reorganização Progressiva do Sistema Educacional Baiano”, que foi rechaçado pelo governo, o que motivou seu pedido de demissão. Viria também a ser um dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, juntamente com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Cecília Meireles e mais de vinte intelectuais em defesa de uma educação pública, obrigatória, gratuita e laica (CARLETTO, 2014).

A convite do prefeito do Distrito Federal (RJ), Pedro Ernesto Batista, ele assume o cargo de Diretor Geral de Instrução do Rio de Janeiro e se aproxima de um contexto que viria a colocá-lo diante do debate sobre o ensino superior nesse período.

Ao propor, inicialmente, a criação da Universidade do Distrito Federal, seu projeto sofreu ataques da Igreja Católica, uma vez que Anísio Teixeira defendia uma educação laica, e do ministro Gustavo Capanema, que alegava que a proposta ia de encontro aos padrões estabelecidos pela Reforma Francisco Campos (VINCENZI, 1986). A cena política também não estava favorável. Segundo Fávero (2006, p. 38):

Com a promulgação da segunda Constituição Republicana (1934), tudo levava a crer que a democracia liberal seria instituída no país. Entretanto, logo a seguir, as tendências centralizadoras e autoritárias acabam se reforçando, enquanto os chefes políticos regionais se submetem ainda mais ao poder central.

Para melhor compreender essa afirmativa, vale lembrar que, desde 1932, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) como o primeiro partido de massas do Brasil, as forças do nazismo ficaram evidentes. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.367). Vargas via no integralismo pontos que reforçavam seu autoritarismo, como a “exacerbação dos valores da nacionalidade, exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.368).

Pragmático, ele pretendia usar a máquina fascista de acordo com suas próprias conveniências e fazer do integralismo um aliado tático contra as novas forças que se organizavam na oposição – em especial, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e os comunistas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.368).

A dissolução da Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁴¹ com a invasão de sua sede, apreensão de documentos e prisão de vários de seus líderes, veio como resposta ao discurso de Luís Carlos Prestes⁴², do dia 5 de julho de 1935, por ocasião

⁴¹ Segundo Schwarcz e Sterling, (2015, p.370; 369), a ANL foi “uma frente de massas atuando dentro da ordem constitucional, com quatrocentos núcleos espalhados por todo o país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania e comícios que reuniam milhares de pessoas.” [(p. 370)] e tinha como principais pontos a “suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos, reforma agrária, aumento dos salários, garantia dos direitos e das liberdades individuais – incluindo a liberdade religiosa – e combate ao racismo.”]

⁴² Prestes era um herói popular e teve sua indicação para presidente de honra da ANL feita pelo estudante, membro da Juventude Comunista, Carlos Lacerda, que subiu ao palco do Teatro João

do aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. O discurso em forma de manifesto apelava para a tomada do poder pelas armas e, com isso, no dia seguinte um decreto colocou a aliança na ilegalidade. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.370).

Esse cenário político é o pano de fundo para a criação da UDF. Segundo Fávero (1980, apud VINCENZI, 1986, p. 27), foi na busca pelo apoio do prefeito Pedro Ernesto Batista, nesse momento de conflitos nacionais, que o presidente Getúlio Vargas assinou, em 4 de abril de 1935⁴³, o Decreto nº 5.513 que cria a Universidade do Distrito Federal, ainda que sem anuência do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Diferente da UFRJ, a UDF era uma universidade de administração municipal e foi inaugurada tendo como seu único prédio preexistente o Instituto de Educação, onde funcionava também a reitoria. Os demais institutos ocupavam salas emprestadas em outros prédios. Em um modelo diferente das universidades federais, a UDF tinha sua estrutura básica formada pelo Instituto de Educação, a Escola de Ciências, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e Letras e o Instituto de Artes, e trabalhava com uma proposta de complementação com outros institutos, como o Jardim de Infância e as Escolas Elementar e Secundária do Instituto de Educação, além das escolas experimentais (VINCENZI, 1986, p. 27). Essa articulação entre instituições de diversos níveis de formação educacional, apesar de não ter tido grande fôlego, foi uma experiência de integração, distinta da segregação tradicional do modelo federal. Segundo Fávero (2006, p. 41), eram inovadoras as ideias de Anísio Teixeira sobre educação:

Em sua concepção, a Universidade seria o coroamento de um projeto integrado de educação a ser desenvolvido na capital da República, em que a educação superior estivesse em harmonia com os outros níveis de ensino.

Dessa forma, o pensar a universidade é proposto como uma fração dependente do pensar a educação como um todo, mantendo como uma prioridade da UDF ser um local de investigação e de produção de conhecimento.

Caetano, na área central do Rio de Janeiro, ao fim do evento solene de instalação da Aliança (no início de 1935), e lançou o nome de Prestes com aclamação “uníssona e barulhenta” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.369).

⁴³ Esse era um período em que “o Brasil vivia um momento altamente suscetível a manifestações políticas, com greve mobilizando operários na capital da República e em São Paulo”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.370).

Em seu estudo, Vincenzi (1986, p.36) transcreve trechos do decreto de criação da UDF, das Instruções nºs 1, 2 e 3 e lista os primeiros convidados para a docência; a partir desse levantamento, destacando “a forte influência norte-americana na importância conferida às artes industriais e aplicadas” e que “vários dos professores contratados para a Escola de Ciência da UDF eram alemães que se encontravam no Brasil trabalhando em outras instituições” (VINCENZI, 1986, p.39) e franceses (VINCENZI, 1986, p.41), apesar de os mestres estrangeiros não serem maioria e não terem prestígio diferente dos mestres brasileiros.

Apesar da curta experiência da UDF, este foi um capítulo relevante na trajetória de Anísio Teixeira e levanta uma variável diante do processo de criação de novas universidades no Brasil durante o período estudado, que é a recusa à pluralidade de meios de estabelecimento das instituições de ensino superior. Segundo Ribeiro (1978, p. 54-55):

A instituição desta super-universidade, à sombra do Ministério da Educação e dentro de um regime centralista, matou as iniciativas locais fecundas, como a paulista e a carioca, para colocar em lugar delas um regime uniformemente medíocre.

Ao passo que o governo se posicionava pela criação de uma universidade modelo, ele não assimilava positivamente experiências distintas, em um momento tão inicial da implantação das universidades no País, quando ainda se experimentava como fazê-lo. Esta simples defesa por um consenso de universidade modelo evidencia também o quanto essa nova instituição ocupava um espaço político de grande importância para o governo.

A UDF sofreu um forte golpe quando, ainda no ano de 1935, Anísio Teixeira teve seu nome associado à Intentona Comunista, o que motivou o abandono do cargo junto à universidade para se afastar da vida pública temporariamente (CARLETTO, 2014, p. 62). O cenário político do País naquele momento não criou um ambiente favorável à liberdade de atuação que uma construção experimental de universidade requeria e, aos poucos, as dificuldades se foram apresentando para o desenvolvimento prático das ideias propostas para a UDF.

Em 1939, por meio do Decreto nº 1.063 (BRASIL, 1939), a UDF foi desfeita e seus estabelecimentos foram transferidos para a Universidade do Brasil. Por apresentar um modelo educacional distinto da UB e do estabelecido enquanto modelo

pelo governo federal (a exemplo da formação mínima de uma universidade que, segundo o Decreto nº 19.851⁴⁴ de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), deveria congrega ao menos três das seguintes instituições: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras), o Ministério da Educação exigiu condições para o reconhecimento do diploma de seus graduados, como a complementação do currículo com disciplinas da UB (VINCENZI, 1986).

4.3 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Como já foi visto nas palavras de Fávero (2006, p. 39), a Universidade de São Paulo (USP), assim como a UDF, teve, em sua origem, uma proposta inovadora em sua organização. Observe-se que é a concepção inicial da USP que traz contribuições para este estudo. Essa concepção já não faz parte da ideologia da universidade, uma vez que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que tivera um papel muito importante, acabou desmembrada em virtude do estatuto da USP, aprovado pelo Decreto-Lei 52.326/69, em resposta à Lei de Reforma Universitária (Lei 5.540/68) (HE; CATANI, 2006, p.238-239).

No texto “A universidade de São Paulo (USP) e a formação de quadros dirigentes”, He e Catani (2006) trazem a problemática da formação da elite paulistana e iniciam seu texto com uma epígrafe de uma publicação de Fernando de Azevedo⁴⁵ com a frase “ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo”. As ideias de Fernando de Azevedo são importantes para uma compreensão da proposta de universidade na formação da USP e, a partir delas, Alfredo Bosi (1982, p. 13) assim analisa:

A correspondência do espaço sociopolítico com o nível de escolaridade seria, portanto, esta:

Massas – curso primário

Classe média – curso primário e secundário

Elites – curso primário, secundário e superior.

⁴⁴ Esse decreto é conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras ou Reforma Francisco Campos, por ser este o Ministro da Educação e da Saúde Pública que o promulgou.

⁴⁵ A obra de Fernando de Azevedo acima citada tem como título *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões: Inquérito para O Estado de S. Paulo de 1926*. Vale salientar que, na epígrafe, não fica claro que a frase “ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo” consta no livro entre aspas por se tratar de uma frase de Francisco Venâncio Filho, professor e fundador da Associação Brasileira de Educação.

Segundo o próprio Azevedo (1937), que traz, em diversos momentos, a importância da formação das elites pelas universidades, o ensino secundário, que também era percebido como falho, deveria ser revisto, como verificamos no trecho a seguir transcrito:

As conclusões a que chegamos são, por este lado, animadoras e denunciam esse movimento de opinião francamente favorável a um curso sólido de cultura geral (não no sentido enciclopédico), integral e seriado, comum para todos, sem preocupações profissionais ulteriores. Todos exigem que, extirpado dos ginásios esse caráter acentuadamente utilitário, sejam eles reintegrados dentro de sua finalidade de aparelho eficaz de formação e preparo das classes médias do país.

Isso por entender que os ginásios não deveriam ser tratados como preparatórios para o ingresso nas universidades, mas ter um propósito em si mesmos de formar as classes médias.

A origem da USP passa por uma movimentação em torno da empresa jornalística *O Estado de S. Paulo*, cujo diretor era Júlio de Mesquita Filho, e que “elege a reforma educacional como tarefa política prioritária e indispensável para a ‘regeneração política’ do país” em um engajamento com as causas da Liga Nacionalista (HE; CATANI, 2006, p.232). Foi a convite de Júlio de Mesquita Filho que Fernando de Azevedo escreveu *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões: Inquérito para O Estado de S. Paulo de 1926*, obra que já demonstra o interesse do grupo de *O Estado de S. Paulo* na criação de uma universidade.

Fernando de Azevedo, enquanto estudioso da educação, é considerado o pioneiro da Sociologia da Educação no Brasil (SALLES, 2001). Antes de Anísio Teixeira, já tinha exercido a função de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930) e, durante o exercício, “projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no país” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017). É creditada à sua visão de educação a influência principalmente de Émile Durkheim e John Dewey. “De Durkheim aproveitou a ideia da educação como transmissora de cultura e tradição, enquanto de Dewey apreendeu a ideia da educação como processo contínuo de construção e reconstrução da experiência social” (SALLES, 2001, p. 89).

O contato de Júlio de Mesquita Filho com Georges Dumas, professor de Sociologia da Sorbonne, acompanha diversos processos na formação da USP, e, antes mesmo da formação da universidade, é por conselho de Dumas que é fundado o Liceu Franco-Brasileiro. Esse passo anterior à fundação da universidade teve como propósito formar estudantes e professores, e sua articulação com o grupo de *O Estado de S. Paulo* se deu também por uma campanha jornalística sobre a formação das elites dirigentes a partir de 1925 (CARDOSO, 1982, p. 61).

O golpe militar de Getúlio Vargas, no início dos anos 30, representou uma perda de poder político da oligarquia tradicional de São Paulo. Armando de Salles Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho, é nomeado interventor em agosto de 1933 por Vargas. Ele reunifica os interesses das forças políticas oligárquicas através de propostas e, dentre elas, o propósito de formação da elite dirigente, com a fundação, em 1933, da Escola Livre de Sociologia e Política, uma instituição privada, e, em 25 de janeiro de 1934, da USP, por meio do Decreto Estadual 6283/34 (SÃO PAULO, 1934). Apesar de já existirem 7 (sete) unidades das 10 (dez) que fizeram parte da composição inicial da universidade, foi a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que desempenhou papel central. Ela “representava a concepção dos fundadores” sendo entendida como “o local adequado onde seriam formados os novos quadros dirigentes” e “deveria realizar a integração dos cursos e das atividades acadêmicas de toda a USP” (SALLES, 2001, p. 235). Para formar o corpo docente da FFCL, Teodoro Ramos, o primeiro diretor da faculdade, foi responsável por escolher e contratar profissionais a partir de missões estrangeiras, e, por conta desse processo, passaram a integrar o corpo docente da instituição professores da França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. Foi a partir de junho de 1935 que Armando de Salles Oliveira nomeou a comissão⁴⁶ que teria como tarefa estudar a localização da cidade universitária. A proposta resultante dos estudos foi de ocupação da área entre a Faculdade de Medicina e o Butantã, o que gerou complicações jurídicas com a empresa Cia. City que reclamou a utilização de terrenos de sua propriedade na proposta. Por conta disso, a proposta ficou paralisada e não foi mais revisada com o início do Estado Novo, quando o processo de planejamento foi interrompido (USP, 1985, p. 38).

⁴⁶ Vale ressaltar nomes como Fernando de Azevedo, Ernesto de Souza Campos e Mário de Andrade que integraram essa comissão (USP, 1985, p. 38).

Em 1941, durante a inauguração do Instituto de Eletrotécnica, seu diretor, Antônio Carlos Cardoso, intercedeu junto ao interventor Joaquim Cardoso de Melo, pela retomada do estudo do espaço físico da universidade. Foi no final do ano, em 16 de dezembro, já no governo do interventor Fernando Costa, que o Decreto estadual nº 12.401/41 entrou em vigor, definindo o terreno a ser ocupado pela Universidade como a área da antiga Fazenda Butantã. O processo de planejamento do *Campus* da USP então é retomado, mas pouco se concretiza das propostas. No ano de 1945, um Concurso de Ideias e Sugestões sobre a Cidade Universitária é realizado e em primeiro lugar ficou a proposta dos engenheiros arquitetos Hipólito Gustavo Pujol Junior e Oscar Defilippi (USP, 1985, p. 38-47). O reitor Jorge Americano, por sua vez, criou o Escritório de Obras sob chefia do engenheiro Freitas Valle, que desenvolveu um estudo de urbanização, ganhando a preferência da reitoria (MIGUEL, 2007). Ainda assim, pouco se executou desse estudo.

No ano de 1948, o governador Adhemar de Barros instituiu a Comissão da Cidade Universitária, que teve rearranjo de seus componentes e, com a incorporação posterior do Escritório Técnico, consegue aprovação do Conselho Universitário de seu projeto básico de zoneamento e sistema viário. A partir desse projeto foi criado o *Plano de Zoneamento e Urbanização da Cidade Universitária* de 1952, que viabilizaria que, durante o quarto centenário da Cidade de São Paulo, a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira fosse a primeira cidade universitária brasileira construída (USP, 1985, p. 47-48). Tem destaque nesse processo o nome do professor Ernesto de Souza Campos, que integrou a comissão responsável pela construção da Cidade Universitária desde a comissão de 1935 até a responsável pelo plano de 1952.

A proposta da USP em torno da FFCL nunca logrou sucesso efetivo. Não se pode definir uma razão principal e clara para isso, mas existiu resistência às missões internacionais, principalmente em relação aos professores franceses por questões ideológicas, num momento em que a simples ideia de comunismo se tornara algo a ser combatido, e os limites do comunismo eram ferramentas políticas efetivas. O *Jornal A Gazeta* foi ativo nessa campanha de embate contra a universidade. Outro fator importante, que só foi levantado com o passar dos anos, foi que as elites permaneceram se direcionando em volume para os cursos tradicionais de medicina, engenharia e direito, tornando-se raro o aluno proveniente dos melhores colégios secundários na FFCL. Mas foi em 1968, com o Ato institucional nº 5 (AI-5), quando diversos professores foram cassados e foi promulgada a lei de Reforma Universitária

5540/68 e, conseqüentemente, com o novo Estatuto, que o desmembramento da FFCL se deu e a configuração da USP foi significativamente alterada (SALLES, 2001).

4.4 RELACIONANDO PROPOSTAS ESPACIAIS DE CIDADES UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: UB – UDF – USP – UBA

No entendimento dessas dinâmicas e relações que existiram no processo de concepção dessas universidades, ainda se soma outra camada composta por suas propostas projetuais. Essa camada abre outra complexidade e, portanto, deter-se sobre ela se faz necessário.

Antes de tratar, de forma relacional, as propostas espaciais para as universidades anteriormente estudadas, vale ressaltar que não é possível fazê-lo no caso da UDF. O fato de não ter uma proposta de Cidade Universitária, no entanto, nos traz outro olhar sobre a relação entre a implantação das universidades e o centralização do governo na década de 30. O Instituto de Educação foi o único edifício preexistente integralmente ocupado por funções dessa universidade e localizava-se próximo ao terreno da Quinta da Boa Vista, na Rua Mariz e Barros, 273, no Maracanã. As demandas de espaço que extrapolavam sua possibilidade eram supridas a partir do uso de salas dispersas por outros edifícios pela cidade, sem conformar uma unidade espacial, tampouco uma cidade universitária. Pode-se levantar, a partir desse dado, um questionamento se seria propositiva a utilização fragmentada de espaços pela cidade, ou apenas o reflexo de uma experiência que foi interrompida antes de sua estruturação? A segunda opção se apresenta como a mais provável. A experiência de Anísio Teixeira na Columbia University e o esforço nacional de segregação do *campus* universitário dos centros urbanos, com grande influência da experiência norte-americana, são pontos que nos permitem fazer essa inferência.

Mas o caso da UDF contribui para a compreensão da importância do apoio do governo central para o estabelecimento das universidades no início do século XX. Na Bahia, desde 1929, podem ser verificadas movimentações pela criação da universidade e, em 1935, a proposta de Pedro Calmon ganhou força em Salvador. No entanto, não se verificou o interesse direto do Governo Federal em criar a universidade na Bahia nesse momento, e a cena mudou somente em 1946. No caso da UDF, a criação foi homologada como parte de um jogo político, mas isso não foi suficiente para a longevidade da instituição.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, é importante ressaltar que o movimento pela criação de cidades universitárias ocorreu em outros países da América Latina no mesmo período, não se tratando de uma particularidade do Brasil. Entre as décadas de 20 e 40, diversos planos para cidades universitárias foram desenvolvidos na América Latina, a exemplo de projetos para: a Universidad de Concepción, em Concepción, no Chile; a Universidad Nacional de Colombia, em Bogotá; a Universidad de Puerto Rico, em San Juan; a Universidad Central de Venezuela, em Caracas; a Universidad Nacional Autónoma de México, na Cidade do México. Ao serem observados os projetos desenvolvidos para essas universidades, notam-se tendências também seguidas nos projetos para o Brasil, como a construção de grandes estádios⁴⁷ de escala urbana como parte desse grande conjunto. No caso do Rio de Janeiro, o local onde seria implantado o Estádio do Maracanã⁴⁸ já constava da proposta de Le Corbusier, de Piacentini e de Lúcio Costa para a Quinta da Boa Vista, com pequenas variações. Em Salvador, o projeto do Estádio da Fonte Nova teve seu desenvolvimento antes mesmo da criação do EPUCS.

Dito isso, faz-se necessário voltar à análise dos projetos estudados e que possuem propostas efetivas de cidades universitárias em circulação até 1947.

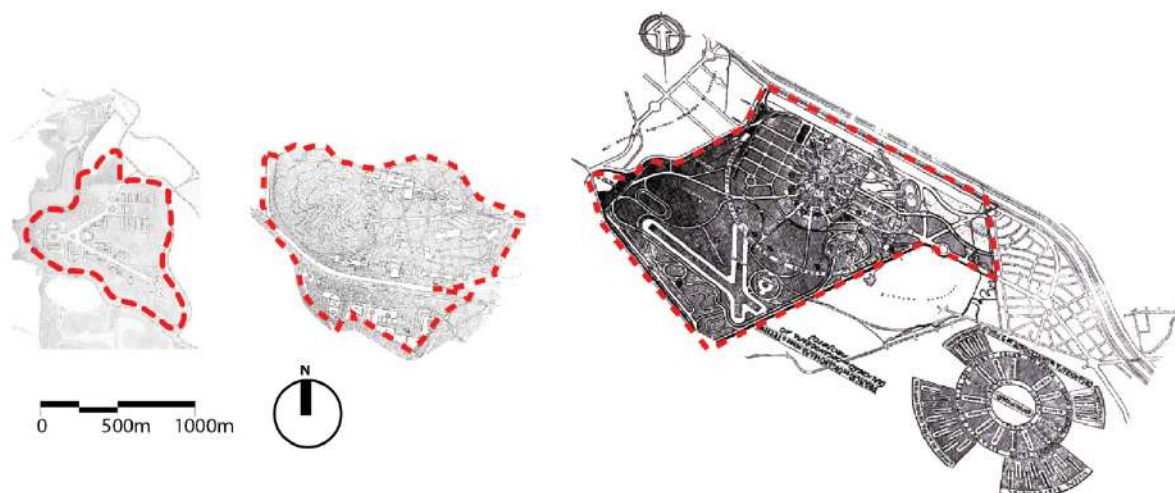
Após esse breve estudo, pode-se notar que o professor Ernesto de Souza Campos esteve presente no processo das diversas universidades que aqui foram analisadas. Seu trabalho na concepção de universidades e suas publicações, como *Estudo sobre o Problema Universitário*, de 1938, e *Educação Superior no Brasil*, de 1940, embasaram alguns ideais buscados para a criação das cidades universitárias brasileiras. Um deles diz respeito à dimensão da cidade universitária. Segundo Alberto (2008, p. 117), Ernesto de Souza Campos era de opinião que, para o Brasil, o modelo americano deveria ser adotado e chegou a uma definição do que considerou uma dimensão mínima de um milhão de metros quadrados para o terreno da cidade universitária e de cem mil metros quadrados de área útil para a projeção horizontal de seus edifícios, um décimo da área do terreno.

⁴⁷ Conforme tratado no ou terceiro capítulo deste estudo, os ideais de eugenia visavam à purificação da raça pela busca da perfeição física e intelectual. Diante disso, a cidade universitária foi pensada como o ambiente favorável a esses ideais.

⁴⁸ O projeto do Estádio do Maracanã, efetivamente construído posteriormente foi fruto de um concurso nacional, estimulado pelo interesse do Brasil de sediar a Copa do Mundo de 1946 (CERETO, 2003, p. 114-128).

Sem maior aprofundamento, ao serem analisadas as propostas lado a lado, já se evidencia uma diferença significativa de escala⁴⁹ (Figura 24). O sítio proposto para a implantação da Cidade Universitária do EPUCS, em Salvador-Bahia, tinha área de 1.061.960 m². Ou seja, aproximadamente a metade da área do sítio previsto para a implantação da UB, na Quinta da Boa Vista, com aproximadamente 2.300.000 m² (ALBERO, 2008, p.118). Ao ser feita a análise do terreno de Salvador em relação ao terreno proposto para a USP, em Butantã, com aproximadamente 4.335.000 m² (ALBERO, 2008, p.118), verifica-se que este é aproximadamente quatro vezes maior que o terreno estudado pelo EPUCS. O sítio escolhido para a Cidade Universitária do EPUCS respeitava o limite definido por Ernesto de Souza Campos como área mínima para uma universidade de porte razoável. Ainda assim, a proposta era ambiciosa para sua época e ainda o é, como se nota ao levantar que os dois *Campi* da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Cidade do Salvador⁵⁰ não somam essa área no ano de 2018.

Figura 24 – Comparação de área de projeto: UBA – UB – USP



Fontes: a) Fundação Gregório de Matos. Acervo EPUCS; b) Jeanneret e Bill (1953, p.44); c) USP (1985, p.41).

⁴⁹ O dimensionamento de áreas das propostas foi levantado com base em sobreposição dos projetos com fotos aéreas do Google Earth 2018, exceto para a proposta do EPUCS, uma vez que o dado está descrito na vista aérea da proposta.

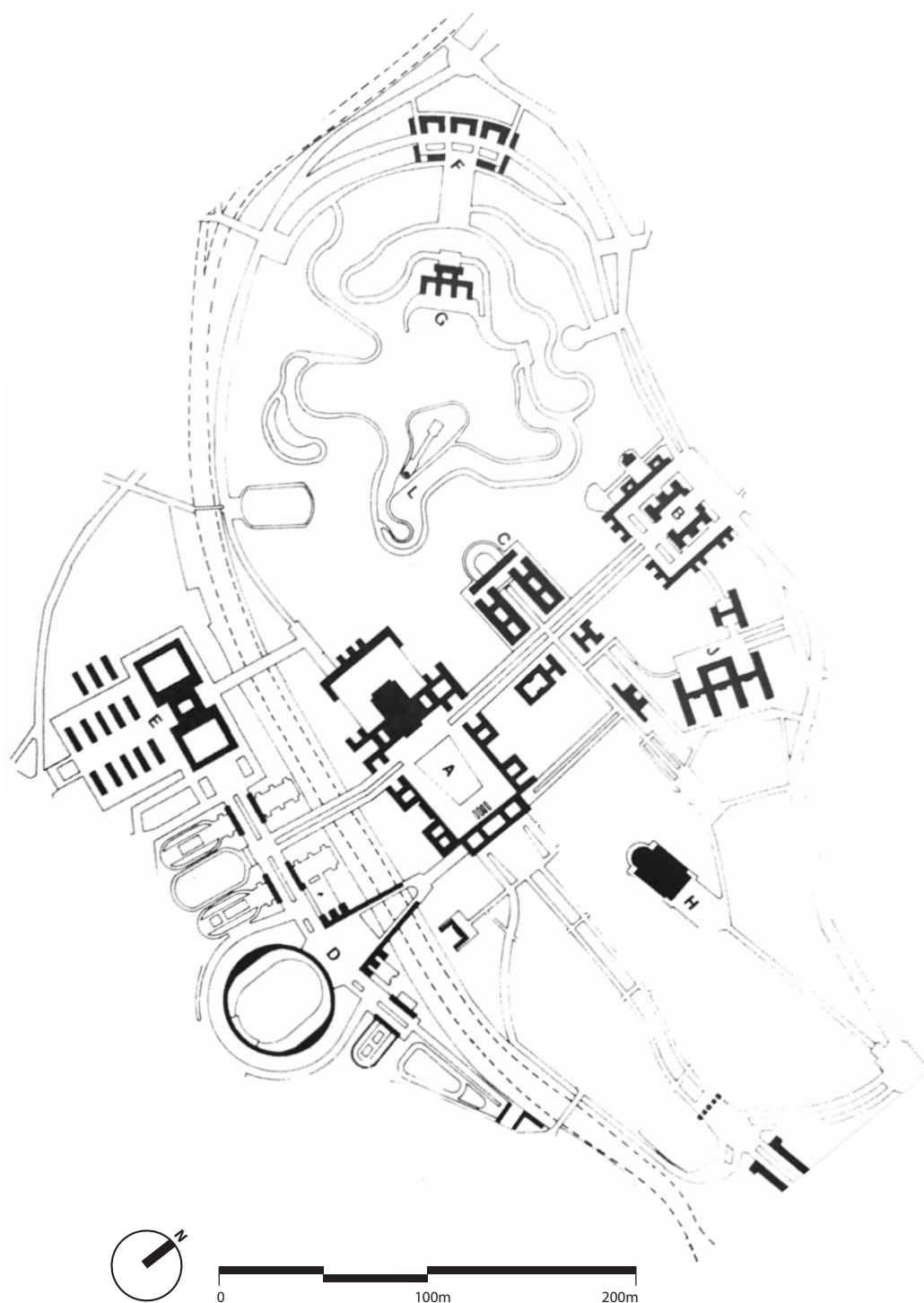
⁵⁰ Em Salvador, a UFBA tem dois *Campi*, sendo eles: *Campus Canela*, com 184.432,00 m²; e *Campus Federação* (também conhecido como *Campus Federação-Ondina*), com 548.543,64 m². A soma das áreas dos dois *Campi* totaliza 732.975,64 m². O levantamento foi feito a partir de arquivo digital em extensão .dwg com poligonais dos terrenos dos *Campi* de Salvador.

Ao buscar outras categorias de análise, o ponto de partida foi o projeto do EPUCS. Admitindo que este apresenta suas limitações e que as propostas da UB e da USP estudadas não se referem aos projetos que foram edificados e, por isso, também apresentam material restrito para uma análise mais detalhada, as análises se detiveram sobre elementos em comum que podem ser estudados de forma comparativa, como: traçado viário; ocupação do terreno; implantação dos edifícios; a relação de monumentalidade na proposta.

Os projetos que foram analisados em comparação à proposta do EPUCS são:

- da UB: a proposta de Marcelo Piacentini (Figura 25); a proposta de Le Corbusier (Figura 26); e a proposta de Lúcio Costa (Figura 27);
- da USP: dentro do recorte temporal, a proposta que se apresentou com maior significância para a discussão do projeto do EPUCS foi a do Escritório Técnico da Cidade Universitária de 1945 (Figura 28).

Figura 25 – Proposta de Marcello Piacentini para a Cidade Universitária da UB – 1935-1938



Fonte: Tognon (1999, p.102).

Figura 26 – Proposta de Le Corbusier para a Cidade Universitária da UB – 1936



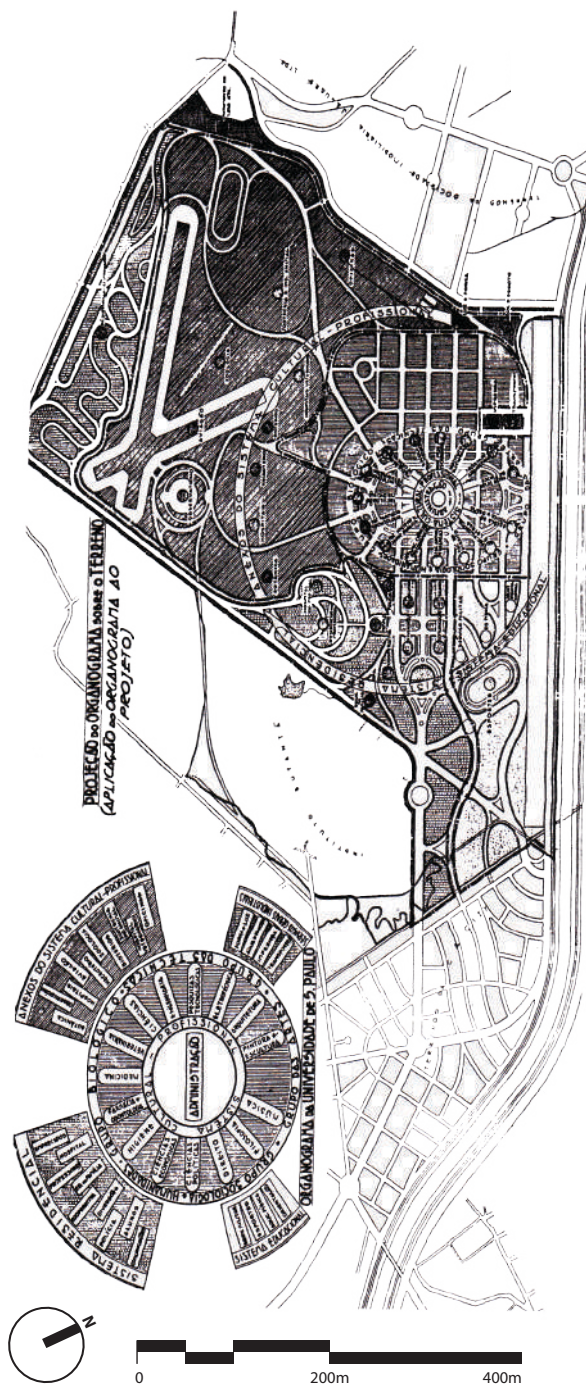
:Fonte: Jeanneret e Bill (1953, p.45).

Figura 27 – Proposta de Lúcio Costa e equipe para a Cidade Universitária da UB – 1936



Fonte: Costa (1997, p.188).

Figura 28 – Proposta do Escritório Técnico da Cidade Universitária para a Cidade Universitária da USP - 1945



Fonte: USP (1985, p.41).

Nas propostas para a UB, é bastante notório que o tratamento dado ao traçado das vias não é o mesmo entre os três projetos: o de Marcelo Piacentini; o de Le Corbusier e o de Lúcio Costa. Ao passo que Marcello Piacentini se utiliza das vias como grandes eixos para reforçar o caráter monumental de alguns edifícios ou agrupamento deles (Figuras 29 e 30), utilizando-se também de largos ou praças de forma estratégica, Le Corbusier propõe uma grelha de vias quase dissociada da disposição dos edifícios (Figura 31). Caminhos são criados de forma a quebrar essa estrutura rígida da grelha com eixos de conexão entre os edifícios, mas que não se prestam a gerar o vislumbre proposto pelo arquiteto italiano. A proposta de Lúcio Costa, apesar de muito mais próxima da linguagem corbusiana, apresenta um grande eixo principal, reforçando a monumentalidade da maior edificação do conjunto, que é o hospital universitário, e tem seu início a partir do pórtico de entrada.

O traçado das vias na proposta para a USP evidencia que os edifícios mais próximos do rio Pinheiros configuram quarteirões, enquanto os mais afastados são dispostos de forma dispersa no terreno. A leitura espacial disso não nos permite supor uma monumentalidade dos edifícios, mas de edifícios que se apropriam de seus lotes e são cercados de vegetação de modo a configurar uma implantação de baixa densidade do conjunto.

A proposta do EPUCS, por sua vez, traz a solução viária em forma de “V”, como reflexo da topografia local. É um traçado que não é utilizado para dar destaque para nenhum edifício especificamente, somente para a praça cercada pelos edifícios administrativos do *Campus*, localizada no vértice. A praça, enquanto elemento de acesso, também é utilizada na proposta de Cidade Universitária da UB de Lúcio Costa.

Sobre os acessos, podemos notar que as propostas para a UB partiram de uma concepção de setorização que estabelecia o que deveria ser periférico e acessível pela malha urbana de forma direta e o que deveria ser central, mais reservado (ALBERTO, 2003, p. 77-80). Ou seja, apesar de existir o pórtico para a entrada principal, outros acessos são viabilizados para algumas unidades com atendimento externo ou com intenso fluxo de equipamentos pesados. O acesso principal, por sua vez, é articulado sempre por uma grande praça, onde estão os edifícios administrativos.

O projeto da USP estudado, por seu baixo grau de detalhamento, não viabiliza uma análise em função da implantação dos edifícios e de seus acessos, mas o

organograma, que faz parte do projeto, explicita a lógica de unidades centralizadas e unidades periféricas.

Na proposta de Cidade Universitária do EPUCS, a conformação do terreno valoriza o acesso pelo pórtico, mas, como descreve Alberto (2003, p. 79), também existe o acesso para o setor de engenharia, localizado na “periferia por causa de sua forte ligação com a indústria e com a necessidade de receber desta material de grande volume, sendo inconveniente este tráfego no interior do campus”. Outro acesso ainda pode ser feito pela malha urbana pela área “B” na proposta do EPUCS. Se considerarmos a setorização proposta para a Universidade do Brasil pela comissão de professores, segundo a “estrutura” da universidade, como foi chamada por Ernesto de Souza Campos (ALBERTO, 2003, p. 77-78), podemos considerar que a área “B” provavelmente seria destinada à implantação da “escola de Farmácia, de Odontologia, de Enfermagem, de Saúde Pública e os blocos de laboratórios” (ALBERTO, 2003, p. 79) pela necessidade de atendimento do público externo.

A monumentalidade das edificações, no caso de Lúcio Costa, é trabalhada através de um eixo monumental (Figuras 32 e 33), que será posteriormente usado no projeto de Brasília, mais se dá por questões estéticas (destaque para o maior edifício) do que por valorização de uma proposta pedagógica. Na proposta de Piacentini, a escolha de destaque é minuciosa de acordo com a função exercida, sendo a grande praça onde equipamentos gerais como reitoria e biblioteca são implantados de forma mais imponente, mas também sendo os espaços de esporte e teatro destacados. Isso não tira de Le Corbusier a monumentalidade, pois trabalha essa característica a partir da escala dos edifícios, mas não a partir da relação com as vias.

A relação dos edifícios com o solo, na proposta do arquiteto italiano, fixa-os como massas quase tectônicas. Também difere das outras duas propostas, que buscam liberar o solo por meio de pilotis.

Apesar de a proposta da USP não apresentar desenvolvimento das volumetrias dos edifícios, verifica-se que a centralidade da administração é evidente, sendo seguida pelo grupo da Sociologia e Humanidades (onde a FCC se situava), mas também pelos grupos das artes, das técnicas e o biológico. Ou seja, a centralidade da FCC, na concepção da universidade, não era interpretada literalmente em sua proposta espacial.

No caso do EPUCS, os edifícios em barra elevados por pilotis seguem orientações diversas, mas sempre mantêm uma relação direta com o traçado viário.

A monumentalidade da implantação se dá pela escolha do altiplano imediatamente vizinho ao vale do Dique do Tororó. Dessa forma, a Cidade Universitária do EPUCS está situada em grande destaque e tem na praça, cercada por prédios administrativos e pelo pórtico, seu ponto de maior impacto por sua disposição no vértice, diante do vale.

Ainda sobre as vias, cabe ressaltar que algo bastante significativo a ser analisado é a segregação entre carros e pedestres. A única proposta evidentemente segregadora no que se refere aos fluxos de pedestres e veículos é a de Le Corbusier para a Universidade do Brasil (UB), que prevê a passagem de automóveis em viadutos e a circulação de pedestres em alamedas no nível do solo. Apesar de a proposta do EPUCS, na Bahia, indicar mudança de nível na via de automóveis, ela segrega a circulação urbana da circulação interna da Cidade Universitária. No entanto, apesar de não ser explicitamente indicado, a Cidade Universitária do EPUCS tem a circulação de automóveis e de pedestres sem divisões mais abruptas.

Na proposta de Piacentini, a implantação é trabalhada de forma que todo o espaço seria utilizado, e a elevação existente no terreno contribuiria para usos específicos, como o uso residencial. Nas propostas de Le Corbusier e Lúcio Costa, somente a parte plana é ocupada.

A implantação da proposta da USP não aparece no terreno como grande desafio projetual, mas trabalha os relevos respeitando a topografia. As áreas de relevo mais acidentado recebem um tratamento viário mais orgânico.

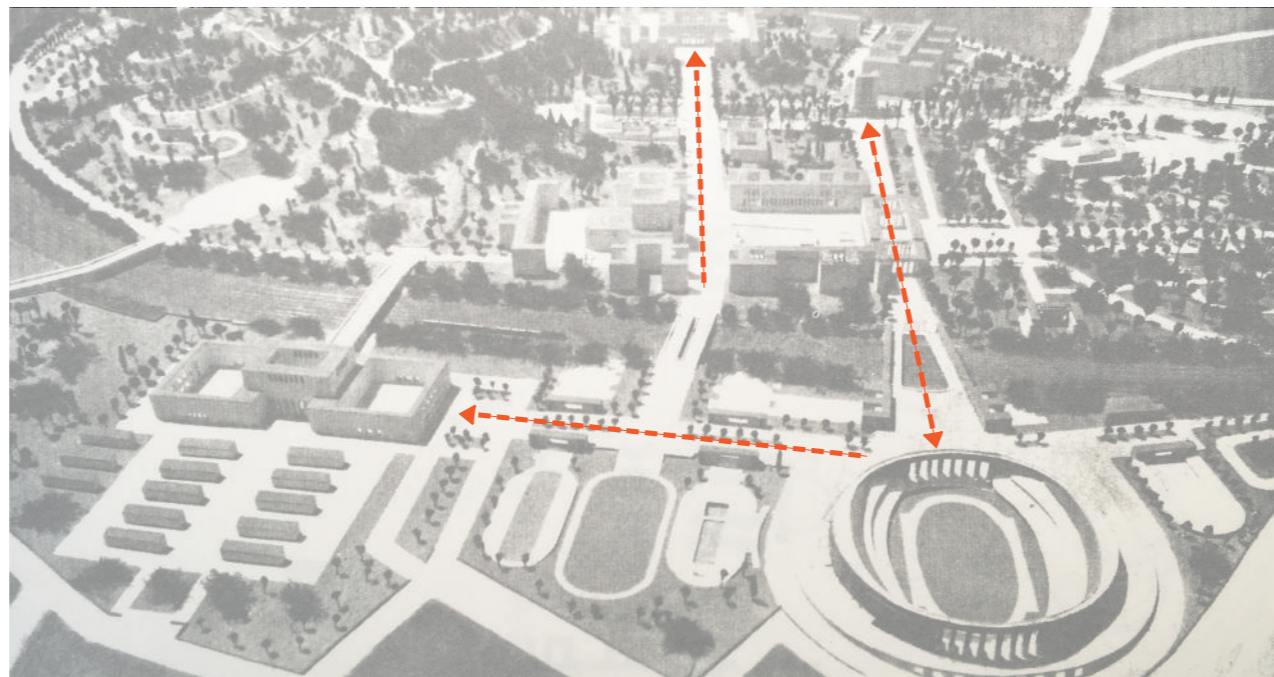
A implantação da proposta do EPUCS tem clara a escolha das áreas de altiplano para a implantação das unidades acadêmicas, edifícios administrativos e uma grande praça. É a partir do relevo que a proposta para a Universidade da Bahia traz sua monumentalidade (Figura 34), implantada no topo, com grande destaque visual. Na área de declive do terreno, em direção ao Dique do Tororó, estavam previstos os edifícios residenciais e áreas para atividades sociais e esportivas. Em seu entorno estão grandes equipamentos esportivos, que não integram de fato a Cidade Universitária representada pelo EPUCS, mas que são integrados às atividades universitárias. As demais áreas são de efeito paisagístico, com forração vegetal.

Figura 29 - Planta Baixa da Proposta de Piacentini (UB - 1936) sem escala - relação entre vias (eixos visuais) e edifícios



Fonte: Tognon (1999, p.102)

Figura 30 - Perspectiva da Proposta de Piacentini (UB - 1936) - relação entre vias (eixos visuais) e edifícios



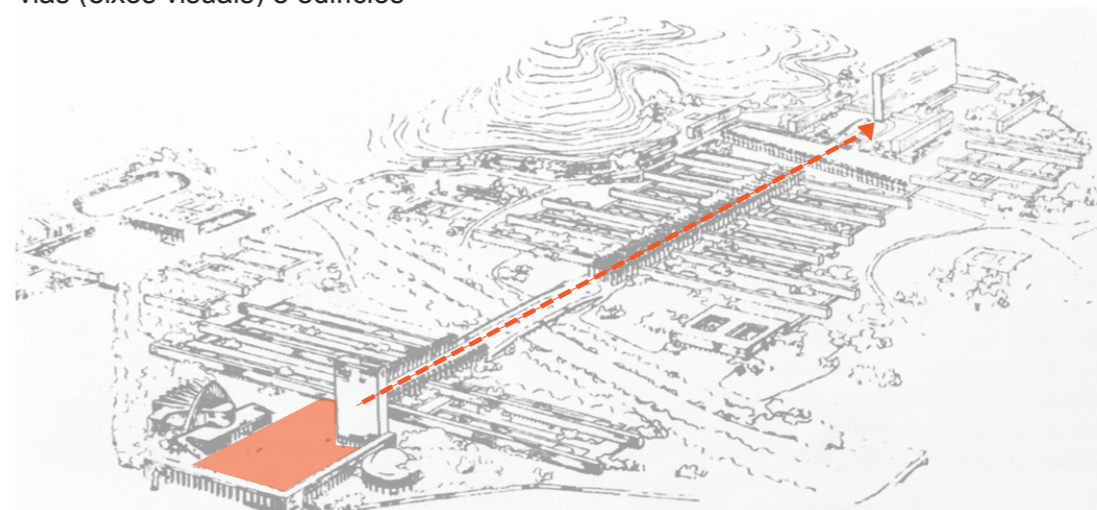
Fonte: Tognon (1999, p. 101)

Figura 32 - Trecho de planta baixa da proposta de Lúcio Costa (UB - 1936) sem escala - relação entre vias (eixos visuais) e edifícios



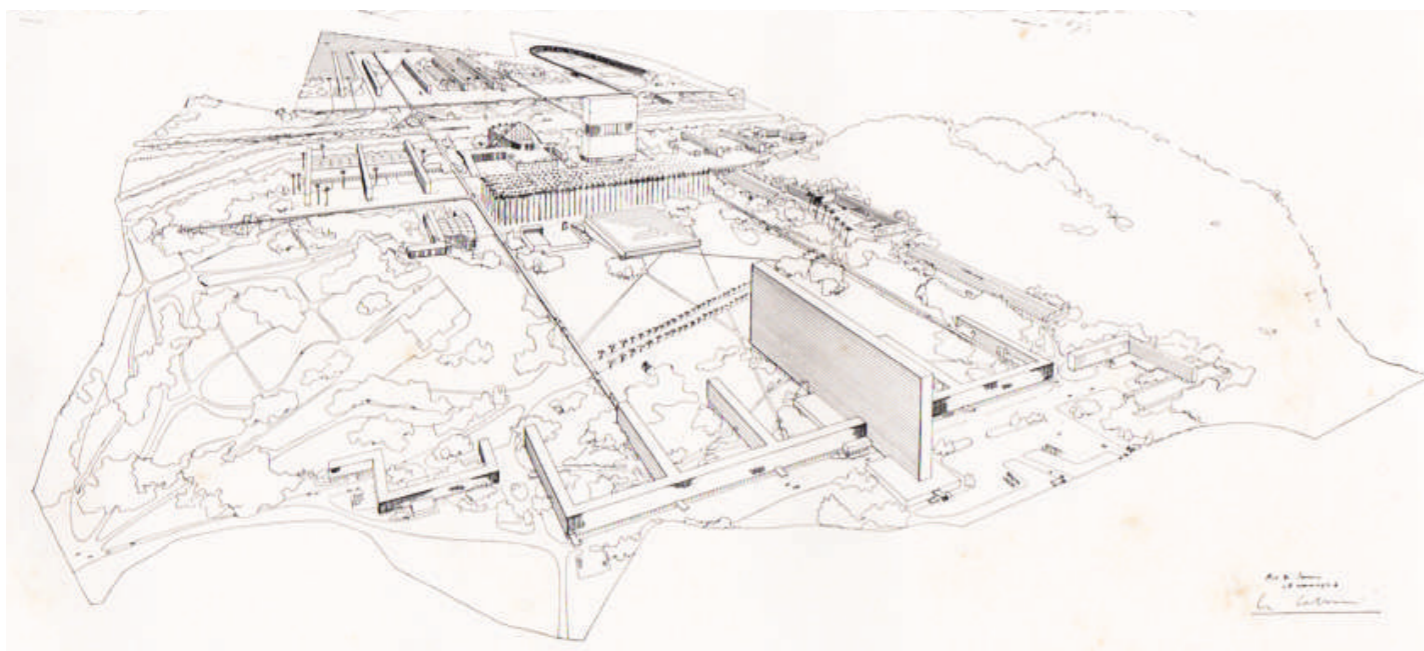
Fonte: Costa (1997, p.188)

Figura 33 - Perspectiva da Proposta de Lúcio Costa (UB - 1936) - relação entre vias (eixos visuais) e edifícios



Fonte: Costa (1997, p.103)

Figura 31 - Perspectiva da Proposta de Le Corbusier (UB - 1936) - Monumentalidade pela escala do edifício



Fonte: Jeanneret e Bill (1953, p.43)

Figura 34 - Perspectiva da Cidade Universitária do EPUCS (UBA - 1942-47) - monumentalidade pela implantação no altiplano e destaque para praça com edifícios administrativos e pórtico.



Fonte: FGM. Acervo: Acervo EPUCS

LEGENDA

 Praças  Vias formando eixo monumental

A proposta do EPUCS incorpora o Solar da Boa Vista, edifício tombado, mas não deixa claro em seu estudo que intenção tinha para sua ocupação. Nesse ponto, mais uma vez se aproxima da abordagem de Le Corbusier e Lúcio Costa, que representam, em planta, o Palácio de São Cristóvão, mas não lhe atribuem uso claro em seus estudos. Na proposta de Piacentini para a Universidade do Brasil (UB), é perceptível a abordagem do monumento de forma integrada, quando dedica sua ocupação para a Escola de Música da UB

Uma característica importante de destacar no estudo do Escritório Técnico da Cidade Universitária da USP foi a de pensar o espaço a partir da abstração de um organograma. Apesar de não ser uma característica evidente no estudo da Cidade Universitária do EPUCS, a forma de pensar a cidade a partir de uma abstração formal de um modelo nos permite criar uma ponte entre a forma do EPUCS de ordenar os espaços e a do Escritório Técnico da Cidade Universitária da USP. Uma proximidade temporal entre os dois projetos e a divisão do terreno do estudo do EPUCS em “áreas” segregadas de acordo com afinidades entre os cursos reforçam essa aproximação, ainda que o EPUCS não tenha registrado, de forma clara, a sua setorização, sendo possível aferir apenas que a “área F” estava destinada para a Escola Politécnica.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS ESPACIAIS

A partir da referência feita no Parecer do EPUCS à Universidade do Brasil (ou URJ), foi iniciado o estudo de outras universidades que surgiram na pesquisa enquanto instituições com papel inovador, tais como a UDF e a USP, de modo a buscar possíveis relações com a proposta do EPUCS. O resgate das movimentações durante o processo de concepção das cidades universitárias demonstra a importância que as universidades tinham na agenda política entre as décadas de 20 e 40. Essa problematização não se restringe ao Brasil, mas ocorre também em diversos países da América Latina, e geralmente reforçando o papel das Cidades Universitárias enquanto locais simbólicos do aperfeiçoamento intelectual e físico. Não que a prática de esportes não fosse já um hábito nas universidades, mas a escala dos projetos traz uma monumentalidade enquanto casa da ciência e também com equipamentos como estádios de dimensões que se relacionavam antes com a cidade do que com o público e uso da universidade.

A partir da experiência da UDF, fica evidente a demanda de alinhamento das universidades com as diretrizes de governos centralizadores no início do século XX no Brasil. É de se supor que, se na Capital do País, existiu dificuldade de criação de outras formas de pensar a universidade, provavelmente outras propostas devem ter sido desencorajadas ou abortadas em outros Estados. Na Bahia, somente quando a agenda federal determinou a criação de uma universidade, foi possível realizar esse projeto já latente há anos.

Com a criação da Universidade da Bahia (UBA), a partir de unidades dispersas, também se iniciou o processo de concepção de cidade universitária. O projeto do EPUCS foi o primeiro a desenvolver uma proposta espacial para essa gleba.

Ao analisar a proposta do EPUCS lado a lado com as propostas da UB e da USP existentes até então, nota-se uma aproximação maior realmente com as propostas para a Universidade do Rio de Janeiro. Vale salientar que as propostas de Le Corbusier e de Lúcio Costa não tratam o centro de esportes com a magnitude proposta pelo projeto de Piacentini, arquiteto do governo fascista italiano. É essa relação monumental dos estádios em relação à cidade a que mais se aproxima da proposta do EPUCS para a Universidade da Bahia, apesar de, nas escalas dos edifícios e da relação deles com as vias, a relação mais próxima seja com as duas propostas coordenadas por Lúcio Costa e por Le Corbusier.

5 CONCLUSÕES

Foram realizados esforços investigativos diante do objeto de estudo, iniciando pela tentativa de identificar questões pertinentes à forma de projetar do EPUCS que pudesse enriquecer a análise da Cidade Universitária que o escritório propôs. À luz de um primeiro esforço, podemos concluir que a ideia de uma universidade em Salvador já existia antes da criação efetiva da UBA. Isso somado a uma dificuldade de verificação das datas de criação dos estudos sobre a Cidade Universitária do EPUCS e à forma como Diógenes Rebouças afirma em carta de que não teve senão que buscar, nos trabalhos realizados pelo escritório, “a solução que o EPUCS já havia encontrado”⁵¹, leva à dedução de uma existência prévia de elaboração dos estudos dentro do escritório.

A Cidade do Salvador, por sua vez, buscava na década de 40 meios de potencializar sua importância econômica. Impulsionados pela lógica progressista, alguns pensadores locais iniciaram esforços para a formação de uma universidade conforme moldes exteriores ao Brasil. Essa movimentação foi muito estimulada por figuras que viveram a experiência universitária no exterior, além de que crescia um sentimento nacionalista que começava a viabilizar projetos de novas estruturas para o país. Portanto, somente quando a criação de universidades virou um projeto do governo brasileiro, foi possível a concretização da Universidade da Bahia (UBA) e, com isso, além dos papéis já frequentes da cidade, como o de porto para escoamento de produtos, a universidade seria uma instituição transformadora no sentido de estimular as áreas de serviços e indústrias já existentes e quiçá criar novas.

Quando, finalmente, a UBA foi criada, ao tempo em que se lidava com a realidade do momento de sua instalação – em que a centralização da gestão se consolidava, buscando integrar administrativamente as unidades dispersas pela cidade –, também se iniciou o processo de concepção de um espaço que concentrasse os diversos cursos. O estudo da Cidade Universitária feito pelo EPUCS, que foi recomendado pela “Comissão para Estudos da Localização e Construção da

⁵¹ Texto transcrito do “DOCUMENTO 1 – CARTA DE DIÓGENES REBOUÇAS A EDGARD SANTOS”. A transcrição completa do documento pode ser verificada no Anexo A desta dissertação.

Cidade Universitária da Bahia”, trazia uma concepção modernizadora que demolia quase toda a preexistência para abrir lugar para construções modernistas, cuidando apenas da manutenção do Solar da Boa-Vista. Quando observamos o tratamento dado ao centro da cidade pelo EPUCS diante das demandas de modernização, identificamos semelhanças de abordagem com a escolha de edifícios a serem mantidos dentro de uma intenção modernizadora que pouco considerava a preexistência. Vale ainda refletir sobre o fato de que o EPUCS comportava também uma diversidade de profissionais que concebiam materiais que não necessariamente eram aprovados para integrar a proposta para a cidade. Muito do material analisado sobre Salvador está registrado como estudo, bem como o da Cidade Universitária. No entanto, esta proposta do EPUCS, ao ser referendada pela comissão responsável pela indicação de um local para instalação da Cidade Universitária, ganha validade e chega a viabilizar o desenvolvimento de projetos arquitetônicos para esse *Campus*, que nunca se concretizaram. Sendo assim, podemos considerar que os trabalhos identificados como “estudos” do escritório tampouco podem ser descartados em caso de análises mais aprofundadas sobre suas propostas.

A localização do *Campus* não foi rigorosa na intenção de isolamento do meio urbano, como defendido pelo modelo de *campus* americano. Ao propor a implantação em Brotas, o EPUCS distanciou o *Campus* do centro da cidade – lembrando sempre que, no início da década de 40, a cidade era muito menor, com aproximadamente 350 mil habitantes –, mas manteve uma proximidade suficiente para viabilizar sua instalação dentro da proposta de transporte e de circulação desenvolvida pelo escritório. Sendo assim, a Cidade Universitária do EPUCS se inspira no modelo de *campus* americano, mas mantém uma proximidade estratégica do centro da cidade, como em outras universidades brasileiras.

Quanto à setorização da proposta, poucos dados foram encontrados, mas estes são suficientes para identificar um alinhamento com as ideias de setorização de Ernesto de Souza Campos e que foram utilizadas nos três projetos elaborados para a Universidade do Brasil.

Outras formas de pensar a universidade foram contemporâneas à concepção de Piacentini, Le Corbusier e Lúcio Costa para a Universidade do Brasil, como é o caso da UDF e da USP. Considerando-se que o projeto nacional de criação de universidade estava ainda em seus primeiros passos na década de 30 e foi interrompido até sua retomada na década de 40, quando o estudo de Cidade Universitária do EPUCS foi

concebido, entende-se que, para sua análise, essas outras propostas de universidade da década de 30 também são relevantes para confrontar as soluções adotadas, na intenção de verificar se realmente foi “concebida nos moldes da Universidade do Brasil”, como descrito no documento do próprio escritório. No entanto, foi pouco conclusiva a busca por relações entre a Cidade Universitária do EPUCS e a USP ou a UDF. Mas é importante ressaltar que, no ano de 1946, quando criada a UBA, Ernesto de Souza Campos era o Ministro da Educação e mais tarde participou do projeto do Hospital Professor Edgard Santos, conhecido como Hospital das Clínicas. Essa proximidade de um membro da comissão de professores da Universidade do Brasil e autor de diversos livros sobre universidades tem sua relevância na escolha da CUB como referência para a concepção de um *campus* para a UBA.

Finalizando, pode-se argumentar que a Cidade do EPUCS tem proximidades com as propostas para a Universidade do Brasil de Piacentini, de Lúcio Costa e de Le Corbusier, embora considerando que a própria concepção das propostas do Rio de Janeiro, a partir de demandas de uma comissão de professores e em um curto período de tempo, tenha ocasionado significativas semelhanças entre elas. No entanto, quanto à proposta do EPUCS, as perspectivas evidenciam um contraste com as circulações segregadas por nível de Le Corbusier, optando também por uma estética distante da proposta de Piacentini, havendo maior aproximação com a proposta do grupo de arquitetos brasileiros coordenados por Lúcio Costa.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia*: Fernando de Azevedo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2K91Cqd>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- AGACHE, D. A. *Plano Agache*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1930. Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2018
- ALBERTO, K. C. A noção de integração universitária nos campi das universidades de Brasília e de Campinas: duas interpretações de um mesmo ideal. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n.184.00, set. 2015. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.184/5684> >. Acesso em: 20 jun. 2018. .
- ALBERTO, K. C. *Formalizando o Ensino Superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ALBERTO, K. C. *Três Projetos para uma Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.
- ASSEMBLÉA Constituinte. *O Imparcial*, Salvador, 18 jul. 1935a.
- ASSEMBLÉA Legislativa. *O Imparcial*, Saolvador, p. 3, 11 set. 1935b.
- A QUESTÃO das Favellas: apreciações do sr. José Marianno (filho). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 jan. 1941.
- ATCON, R. P. *Manual sobre o planejamento Integral do campus universitário*. Florianópolis: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970.
- AZEVEDO, F. D. *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões: inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926*. São Paulo: Nacional, 1937.
- A UNIVERSIDADE Federal na Bahia. *O Imparcial*, Salvador, p. 3, 1 out. 1935c
- BARBOSA, F. D. A. Prefácio. In: PERES, F. D. R. *Memória da Sé*. Salvador: Edições Macunaíma, 1999. p. 13-24.
- BARBOSA, M. L. A. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, L. M. B.; VARELA, M. A. E. A. *Reitores Ufba: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 17-48.
- BATISTA, F. C. *Em busca da "cidade civilizada": planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Salvador: PPGAU-UFBA, 2014.
- BATISTA, F. C. Urbanismo e Poder na "Semana de 35" em Salvador da Bahia. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, p. 121-148, 2013.
- BOSI, A. Prefácio. In: CARDOSO, I. D. A. R. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. p.11-16.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 234, de 29/04/1947. Constitui a Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, INEP, n.29. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/documents/186968/n489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedagógicos+\(RBEP\)+--+Num+29/de3df1e9-7d17-4ea3-906f-2790dfb665fc?version=1.3](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/n489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedagógicos+(RBEP)+--+Num+29/de3df1e9-7d17-4ea3-906f-2790dfb665fc?version=1.3) >. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Governo federal. *Decreto-Lei nº 9.155*, de 08/04/1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Disponível em: < <https://bit.ly/2LktZj2> >. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Governo federal. *Decreto nº 1.063* 1939, de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Disponível em: < <https://bit.ly/2WLDopf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Governo federal. *Decreto Nº 19.851*, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: < <https://bit.ly/2JlkatZ> >. Acesso em: 20 set. 2018.

BUNCOMBE, A. Oldest university on earth is reborn after 800 years. *Independent*, UK, Aug, 4, 2010. Disponível em <<https://ind.pn/2C1k7Z6>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CALMON, P. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARDOSO, I. D. A. R. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CARICCHIO, L. M. Escola Politécnica da Universidade da Bahia. *Técnica*, Salvador, n.27, [n.p.], nov./dez. 1948.

CARLETTO, A. P. A trajetória de Anísio Teixeira. *Cadernos do IPAC: Conjunto Escola Parque*, Salvador, n.8, p. 60-65, 2014.

CERETO, M. P. *Arquitetura de Massas: o caso dos estádios brasileiros*. 311f. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CHOAY, F. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA da Bahia [verbete]. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário*. Rio de Janeiro: CPDOC, [2018]. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/concentracao-autonomista-da-bahia>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

COSTA, J. L. Uma cidade errada e uma cidade certa. Palestra na Semana de Urbanismo. In: FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G. C. dos Santos; REBOUÇAS, T. (Org). *Semana de Urbanismo: Conferências [1935]*. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016. p.57-64. 1935. Edição fac-similar.

COSTA, L. *Registro de uma Vivência*. 3. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

CURY, C. R. *Anísio Teixeira (1900-71)*. In: UNESCO Prospects: the quarterly review of comparative education. Paris: International Bureau of Education, 2000. v. XXX, p. 509-520.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO DO CENTRO CARIOCA. Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo. Rio de Janeiro: 20 a 27 de janeiro de 1941. *Anais...* Rio de Janeiro, 1941

ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR (EPUCS). Conjunto de Documentos sobre a Cidade Universitária: Cartas e Parecer [1947]. Salvador: Fundação Gregório de Mattos. Acervo EPUCS.

FÁVERO, M. D. L. D. A. A Universidade do Distrito Federal (UDF): construção criadora e extinção autoritária. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006. p. 37-50.

FERNANDES, A. *Acervo EPUCS: contextos, persursos, acesso*. Salvador: UFBA, 2014.

FERNANDES, A. A Semana de 1935 e o Urbanismo na Bahia: antecedentes, necessidade e circunstância. In: FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G. C. D. S.; REBOUÇAS, T. *Semana de Urbanismo de 1935: reflexões contemporâneas*. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016a. p. 25-68.

FERNANDES, A. Transformar Salvador. In: ANDRADE JUNIOR, N. et al. *Diógenes Rebouças: cidade, arquitetura, patrimônio*. Salvador: UFBA, 2016b. p.114-163.

FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G. C. D. S.; REBOUÇAS, T. Introdução. In: FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G. C. D. S.; REBOUÇAS, T. *Semana de Urbanismo de 1935: reflexões contemporâneas*. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016. p. 17-21.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS (FGM). Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Dique do Tororó [foto]. Disponível em: <<https://bit.ly/2UvgFNh>>. Acesso em: 12 maio 2018.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS (FGM). Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Cadernos do EPUCS: Modelo Trevo – Zona Residencial do plano do EPUCS. Disponível em: <<http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/>>. Acesso em: 12 maio 2018.

GOOGLE. Mapa da Cidade do Salvador. 2018.

GORDILHO SOUZA, Ângela. *Limites do habitar*. 2.ed. Salvador: Edufba, 2008.

GUIMARÃES, A. *A carta de Atenas: urbanismo dos C.I.A.M.* Salvador: D.A. da Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, 1955.

GUINNESS WORLD RECORDS. Oldest higher-learning institution, oldest university. Disponível em <<https://bit.ly/2ayuvMo>> . Acesso em: 10 out. 2017.

HE, A. P.; CATANI, A. M. A Universidade de São Paulo (USP): e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006. p. 231-244.

JEANNERET, P.; BILL, M. *Le Corbusier [et] P. Jeanneret: 1934-1938*. 5.ed. Zurich: [s.n.], 1953.

MAPA da Cidade do Salvador [recorte]. [Rio de Janeiro]: Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, 1942. Acervo da Biblioteca Universitária Omar Catunda, UFBA.

MIGUEL, A. V. A construção da Cidade Universitária. *Informe: Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP*, n.31, p. 3-6, fev. 2007. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2018-01/Informe_31.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

NOTAS Econômicas: Universidade. *O Imparcial*, Salvador, 16 out. 1935 d.

OLIVEIRA, A. J. B. *A Casa de Minerva: entre a ilha e o palácio*. 353f. 2011. Tese (Doutorado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PARA A DEFESA de direitos: A Associação dos Cirurgiões-Dentistas. *O Imparcial*, Salvador, p. 2, 11 dez. 1935e.

PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT [verbete]. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário biográfico*. Rio de Janeiro: CPDOC, [2018]. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

PELA UNIVERSIDADE Bahiana. *O Imparcial*, Salvador, p. 5, 28 set. 1935f.

PELA UNIVERSIDADE na Bahia. *O Imparcial*, Salvador, 12 set. 1935g.

PESSÔA, Y. S. *O Mar como Testemunha: a modernização do bairro da Barra (1850-1950)*. 270f. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PINTO, G. A.; BUFFA, E. *Arquitetura e educação: campi universitários brasileiros*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

RABELO, G. et al. Notas sobre o Moderno: a(s) Carta(s) de Atenas e a emergência do Team X. *Cronologia do Pensamento Urbanístico* [site], Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=26>. Acesso em: 20 ago. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: Rio de Janeiro, INEP, v.11, n. 29. v. jul./ago.1947. 113 p

RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Avenir, 1978 (Coleção Depoimentos, v.3).

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado. *Decreto 14.343*, de 7 de setembro de 1920. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://bit.ly/2Vjg4xC> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

SALLES, F. C. A educação pública no Brasil: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. *Série-Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande-MS, n. 12, p.87-99, jul./dez. 2001.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Cadernos da Cidade: uso e ocupação do solo*. Salvador: SEDHAM: COPI, 2009. v.1.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *EPUCS: uma experiência de Planejamento Urbano*. Salvador: OCEPLAN, 1976.

SAMPAIO, A. H. *Formas urbanas: cidade real e cidade ideal*. Salvador: Quarteto, 1999.

SAMPAIO, A. H. L. *(Outras) cartas de Atenas: com textos originais*. Salvador: Quarteto: PPG-AU/FAUFBA, 2001.

SANTOS, J. C. Evolução, decadência e requalificação do Centro Comercial e Financiero da Cidade do Salvador. *Revista VeraCidade*, Salvador, p. 1-16, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20evolucao.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SANTOS, M. *O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUUSP; Salvador: EDUFBA, 2008.

SÃO PAULO. Governo do Estado. *Decreto n. 6283*, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 1934. Disponível em: < <https://bit.ly/2Hr2ldM> >. Acesso em: 23 set. 2018.

SCHLEE, A. R. O Lelé na UnB (ou o Lelé da UnB). In: PORTO, C. E. *Olhares: visões sobre a obra de João Filgueiras Lima*. Brasília: UnB, 2010. p. 149-166.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEMANA de Urbanismo. *O Imparcial*, Salvador, p. 3, 16 out. 1935h.

SOARES, V. H. B. *Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Vital Henriques Baptista Soares, Governador do Estado da Bahia, à Assembléa Geral Legislativa. 7 abr. 1929*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

SOLAR BOA VISTA [Tombamento]. Salvador: IPHAN, 1943.. Disponível em: <<https://bit.ly/2SurhdE>>. Acesso em: 1º dez. 2018.

TEIXEIRA, A. S. A Função das Universidades. In: FÁVERO, M. D. L. D. A.; BRITTO, J. D. M. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p. 29-42.

TOGNON, M. *Arquitetura Italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini (história, catálogo, documentos)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

UETELA, P. *Higher Education and Development in Africa*. UK: Palgrave Macmillan, 2017.

UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO da classe acadêmica, em apoio ao projecto da Universidade da Bahia. *O Imparcial*, Salvador, p. 3, 25 set. 1935i.

UM VELHO SONHO da mocidade de nossa terra. *O Imparcial*, Salvador, p. 5, 3 set. 1935j.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura. Mapoteca. Salvador, 1965.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo, 1985.

VINCENZI, L. J. B. D. A Fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, p.16-60, jul./set. 1986.

ANEXOS

DOCUMENTOS SOBRE 'CIDADE UNIVERSITÁRIA' DO

ACERVO EPUCS

ANEXO A

DOCUMENTO 1 – CARTA DE DIÓGENES REBOUÇAS A

EDGARD SANTOS

ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR

Cidade do Salvador, 1º de Julho de 1947.

Ao Magnífico Reitor da Universidade
da Bahia, Prof. Edgar Santos,
–M. D. Presidente da Comissão de
Localização da Cidade Universitária.

NESTA

Senhor Presidente:

Designado pelo Exmº. Snr. Ministro da Educação e Saúde para integrar, como representante do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS –, a Comissão incumbida de indicar o local adequado à implantação da Cidade Universitária da Bahia, – não tive senão que buscar, nos trabalhos realizados por aquele escritório sobre o assunto, os elementos necessários à definição dos pontos de vista em que coloquei, ao encarar o problema em foco e esposar, em consequência, à luz dos princípios urbanísticos que o informam, a solução que o EPUCS já havia encontrado e, decididamente, preconiza.

Assim, ao pronunciar-me, como ora faço, pela localização da Cidade Universitária nos terrenos da Boa Vista, à margem do Dique, limito-me a anexar ao presente um extrato do estudo feito, a respeito, pelo EPUCS, acompanhado de esboços, desenhos e fotografias que o ilustrem, esclarecendo a topografia e o aspecto paisagístico da região, elucidando as razões de sua preferência.

Diogenes Rebouças

UNIVERSIDADE DA BAHIA

Área total	1.061.960m ²
Altiplano	496.360m ²
Encostas e Vales	<u>565.600m²</u>
Total	1.061.960m ²

ALTIPLANO

Área total..... 496.360m²

Áreas reservadas para estruturas:

Área A	44.160m ²
Área B	38.320m ²
Área C	13.120m ²
Área D	18.320m ²
Área E	17.800m ²
Área F	97.800m ²
Área G	18.760m ²
Área H	11.880m ²
Área I	72.120m ²
Área J	<u>20.080m²</u>
	352.360m ²

Área destinada a ruas e jardins 144.000m²

Total 496.360m²

ENCOSTAS E VALES

Área total..... 565.600m²

Área reservada para estruturas 119.000m²

Área destinada a parques 439.080m²

Área do pequeno Dique 7.520m²

Total 565.600m²

ANEXO B

DOCUMENTO 2

CARTA DE JAYME CUNHA DA GAMA E ABREU A

EDGARD SANTOS

Exmo. Sr. Dr. EDGARD REGO dos Santos,

Magnifico Reitor e DD. Presidente da Comissão para Estudos da Leca
XXXção e Construção da Cidade Universitaria da Bahia.

Tendo sido designado, por honrosa incumbencia do Exmo. Sr. Ministro de Educação e Saúde, para participar da Comissão de que é V. Exia. tão digno Presidente, desobriço-me de tão desvanecedor encargo apresentando o meu parecer pela fôrma por que abaixo o apresento.

PARECER:

Interdito: – Desde que a população escolar, no grau Superior, é certo que não excederá, nestes 50 anos, à cifra otimista de DEZ a DOZE MIL almas, o problema da CIDADE UNIVERSITARIA DA BAHIA fica redusido às proporções reais de um bairro da Cidade de Salvador, depois de planejado e seu desenvolvimento. Com o nome da CIDADE (que não seria "satélite" da Capital) eu com a designação técnica de "zona universitaria" na nossa Metropole estadual, o problema de sua localização é, portanto, um PROBLEMA DE URBANISMO e à luz dos preceitos seguros desta Ciencia precisa de ser resolvido.

LOCAL da "ZONA UNIVERSITARIA" – Como qualquer outra Zona de uma cidade que se urbaniza, as suas atividades, perfeitamente caracterizadas, a ponto de lhe darem apelido diferenciador das outas zonas, tem no entranto, que ser aritculada com as demais, afim de que se não tórne um quisto dentro do organismo urbano. Pela planta, anexada aqui sob o numero "1", se verifica que a

zona de BOA-VISTA DE BROTAS é a q. melhor satisfaz a esta condição. Realmente: considerada a PRAÇA MUNICIPAL como CENTRO DA METROPOLE, das grandes áreas PLANAS (Itapagipe, Marquês de Maricá (Pau Miúdo), Federação (Pedra da Marca) e Brotas) é esta ultima a que fica mais proxima deste Centro. Já o criterio de MAIOR AFASTAMENTO foi invocado para condenar a região da Rua Marquês de Maricá (Pau Miúdo), como fazer táboa-rasa deste criterio quando se trata de Pedra da MARca? É facil, porem, de vêr-se na planta "1" que a zona condenáda (Pau Miúdo) e a Pedra da MARca ficam compreendidas AMBAS entre as curvas de raios de 3 e de 4 kilometros, traçadas com centro da Praça Municipal; a região de BROTAS, entretanto, fica entre as de raios de UM e de DOUS E MEIO KILOMETROS!

CARÁTER DE "CONCENTRAÇÃO": – Os Institutos que comporão a UNIVERSIDADE devem ficar em posição relativa uns dos outros tais que as distancias entre eles se redusam ao MINIMO e que a REITORIA e construções anexas e as COMUNS aos Institutos sejam tidas para estes como o centro de gravidade do sistêma. É, pela, um CUNHO DE CONCENTRAÇÃO e que se requer no agrupamento. Ora o ensaio da planta nº. "2" (BROTAS), apesar de "ensaio", apresenta uma solução feliz que mostra quão será perfeito o projéto nele calcado. Na tentativa da planta nº. "3" (PEDRA da MARCA = FEDERAÇÃO) aparecem dispóstos os diversos institutos como tubérculos entumecendo as entremidades das ramificações que brotam de um estenssimo tronco principal, dificultando EM EXTREMO as ligações rápidas entre os diversos "ganglios" esparsos. É q. o altiplano de BROTAS dispõe de uma grande área mais ou menos circular antes de irradiarem delas ou dous contrafortes que permitem ao conjunto a fôrma ideal de um "V"; ao passo que na FEDERAÇÃO se destacam, a intervalos irregulares, de uma linha de cumiada de quase DOUS KILOMETROS E MEI, os diversos contrafortes em

CADA UM dos quaes tem de ser implantado um conjunto de edificações sobre um eixo longitudinal desproporcionado em relação ao transversal. E tanto esta disparidade resalta à simples inspeção da planta que quase eu me dispensari do confronto entre as extensões das vias de comunicação dentre os recintos previstas para a Universidade. Vejamos: distancia da "Reitoria" à "politécnica (tidos como os pontos mais afastados); na FEDERAÇÃO, 2.360 metros pela linha de cumiada e 2.240 pela linha de vale; em BROTAS, menos de 800 metros pela linha de cumiada sem linha pelo vale (estas estradas são linhas de PRIMEMIRA CATEGORIA). Na FEDERAÇÃO esta linha de cumiada ATRAVESSA todo o recinto da Universidade, defeito grave pela a finalidade que se requer de uma zona desta natureza; em Brotas a linha de cumiada CONTORNA o recinto da Universidade e tem apenas 1210 metros, sendo a de vale maior (1820). Ainda sob este aspéto (e este é FUNDAMENTAL!) BROTAS leva enorme vantagem sobre a Federação.

ACESSOS – atuais – PAU-MIÚDO: acésso precario, PRECARISSIMO, porque, que pela Estrada da liberdade alcançada pela Rua Dr. Seabra quer pelo desvio por Nazaré, o ponto terminal é no vale exigindo difícil transporte para o planalto. A 2,50km e 4,00km os pontos extremos dom origem na PRAÇA MINUCIPAL.

FEDERAÇÃO – Acésso longo por linha de bond (Tio-Vermelho, linha de cima), por 2,00km da PRAÇA MUNICIPAL até o CAMPO GRANDE e mais 2,50km (em linha réta) até o ponto mais proximo no altiplano. Intransitavel normalmente para ónibus, oferece condições perigosas de passagem por cima dos dous "arcos" (passagens-superiores) existentes no trajéto.

BROTAS – Percurso de bondes, longe, porem metade do exigido para se ir à Pedra da Marca, com a vantagem ainda de atingir o planalto sem ter que deixar os passageiros no vale, como se dá para os dois outros casos anteriores; em linha réta já vimos que

são necessários menos de MIL METROS e, por ônibus (via Pitangueiras) UM KILOMETRO é a distância, partindo-se da PRAÇA MUNICIPAL, passando pela Independência e Fonte-das-Pedras. Mas onde mais fortemente se faz sentir o despropósito é nas distâncias a serem percorridas entre pontos extremos da Cidade, conforme se vê no quadro abaixo:

	Farol	Rio Vermelho	Liberdade	Praça-Municipal
	km	km	km	km
PAU-MIUDO	7,600	7,700	6,400	3,100
FEDERAÇÃO	3,500	2,000	5,500	3,500
BROTAS	4,400	3,400	3,400	1,600

(Todas estas distâncias foram tomadas em linha réta)

ACESSOS – novos – Desde logo afastamos tais estudos para a zona do Pau-Miúdo, condenada quase desde a primeira reunião desta Comissão. Assim, portanto, os NOVOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, quer para BROTAS, quer para a FEDERAÇÃO, ficam sujeitos à obrigação de serem postos IMEDIATAMENTE em estado de serem utilizados. Uma PONTE sobre o braço sul do DIQUE (no ponto de maior proximidade entre as margens opostas) põe BROTAS a 660 metros dos BARRIS, a 250 (DUZENTOS E CINCOENTA!) do TORORÓ e a 1.650 do CAMPO GRANDE, via Barris e altiplano da FEDERAÇÃO tem os seus pontos MENOS AFASTADOS a 1.750 metros dos Barris, a 1.700

do Tororó e a (pasmem!) DOUS MIL E DUSENTOS(!) (2,200 metros) pela linha de bond, que deixa os passageiros no vale!

CUSTOS DOS ACESSOS NOVOS – Qual é menos dispendioso? Uma ponte com rampas suaves para as encostas opostas e menos de tresentos metros (300,00m) de extensão TOTAL ou o seguinte conjunto de serviços: uma passagem superior e respetiva rampa (de uns 10%) da linha de bonde ao altiplano e que substituirá o atual "segundo arco"; calçamento de todo o trecho do primeiro ao segundo arco; rua de encosta para substituir a atual "estrada-real" que TEM DE SER OCUPADA pelos edifícios do grupo Politécnico, obrigatoriamente situado na linha de cumiada para poder ter os coletores de drenagem nas ruas em nível inferior e obras, nessa rua de encosta de, pelo menos, obras de drenagem de águas pluviais? A ponte serve a BROTAS; e conjunto, à FEDERAÇÃO, e ou até MAIS ELEVADO dos trabalhos requeridos, não há duvida, são os da FEDERAÇÃO. Porem o que é de suma importancia é o fáto de que a PONTE "TORORÓ – BROTAS" RESOLVE UM PROBLEMA DA CIDADE DO SALVADOR, favorecendo, ao mesmo tempo a Universidade: o MELHORAMENTO DAS VIAS DE ACESSO À "PEDRA DA MARCA" JOGA DENTRO DO RECINTO DA UNIVERSIDADE, MASSAS DE POPULAÇÃO EM TRANSITO, que por serem proletárias, têm de se locomover para os pontos onde vão trabalhar. E esta ação É PERTUBADORA.

Convem, desde já, frisar que é PONTO OBRIGATORIO de passagem para a grande via de entrada na Metropole de quem vem do Aeroporto de Itapoan, e vale oriental do massiço de BROTAS, servindo à Universidade e concorrendo, ao mesmo tempo, para formar a CINTURA de ISOLAMENTO (que melhor seria diser-se: CINTURA DE DELIMITAÇÃO), tão útil em bairros desta natureza que requerem socêgo.

CONDIÇÕES DE TRÁFEGO: É IMPOSSIVEL a mudança, MESMO DENTRO DE DEZ ANOS, da população universitária para o local em que se vão implantar os seus Institutos. Ora essa população, que para ahi tem de se locomover, tem de vir, NA QUASE QUE TOTALIDADE, dos BAIRROS DE RESIDENCIA BARATA da zona "rica" (ou dos ricos), Barra, Vitória, Campo Grande e Canela, Graça e principios da Avenida Oceanica, só virá a mesquinha porção do 5% de felizes apatacados; estes é que gosarão de beneficio de um trajéto CURTO, RAPIDO e BARATO. Os demais terão os transbórdos no ápice da ladeira da Praça, com tres (3) e quatro (4) seções de bondes: trajéto LONGO, DEMORADISSIMO e CARISSIMO. E é um perigo sério de congestionamento o fáto de ir ficar a única via de acésso ao CAMPO GRANDE (que é a Avenida Sete de Stembro) tualmente já tão sobrecarregada, obrigada a dar vasão a 90 a 95% da população que procuraria a Universidade localizada na Federação.

DESAPROPRIAÇÕES:—Já tendo o Governo do Estado declarado de utilidade publica grandes areas para a localização temporária das populações pores, e deslocamento dessas massas pode ser tido (neste estudo) como questão à margem. Vejamos as áreas requeridas nos dous casos, dando um mesmo valor por metro quadrado do terreno, aproximadamente de Cr.015, ee. BROTAS, incluindo as encostas para "espaços livres", requer 1.061.960m², contra 1.231.200m² na FEDERAÇÃO; isto representa o CUSTO A MAIS de trto de terra na FEDERAÇÃO de 169.240 x 15 = 2.538.600 cruzeiros. As áreas de altiplanos, porem, é, em BROTAS de 496.360m² e, na FEDERAÇÃO de 381.200 e que representa, CONTRA BROTAS, um CUSTO MAIOR de 115.160 x 15 = 1.727.400 cruzeiros. Há uma circuntancia, porem, importante, que é a que tem de, aqui, ser levada em consideração: destes 496.360m² de ROTAS, 355.200m² JÁ PERTENCEM AO ESTADO DA BAHIA! O que vae, pois, corresponder a gastos de desapropriação? O que SE TIVER DE PAGAR A

PARTICULARES e esta é, em BROTAS, de 141.160 em altiplanos e 706.760 de área total para o recinto da Universidade em BROTAS; na FEDERAÇÃO temos, respetivamente, 381.200m² e 1.231.200. Ora, SOB PENA DE NÃO SE TER TÃO CEDO TERRENO PARA TODOS OS INSTITUTOS, a escolha da FEDERAÇÃO fica sacrificada com a simples apreciação do vulto das desapropriações. Realmente al valor baixo indiscutivelmente de Cr. 015,00 por m², a desapropriação da área da FEDERAÇÃO importa em $(1.231.200 - 706.760) \times 15 = \underline{7.866.600}$ cruzeiros A MAIS de que em BROTAS. Ora estes qual OITO MIL CONTOS não são mais de que suficientes para as primeiras e mais importantes instalações de um colonia de psicopatas modelo, em "Pedras-Pretas" por exemplo, como já cogita o proprio Governo do Estado de criar? Da contribuição do Governo Federal para desapropriações a primeira parcela PODE SER DESTINADA ao Estado que, assim, terá logo verba para iniciar a construção dos primeiros edificios da colonia de alienados.

CONSTRUÇÃO IMEDIATA – Instalar de uma só vez a Universidade com todos os seus Institutos quer em Brotas, que na Federação é tarefa fêra de cogitação, exigindo as condições financeiras dos Poderes Publicos Federal e Estadual a construção por etapas. Alem disto há a circunstancia excepcional de possuirem todos os Institutos os predios em que estão instalados em zonas residenciais ALTAMENTE VALORIZADAS, e que lhes permite a transformação de seus edificios para fins de renda, financiada a longo praso e tendo um começo de construção nos terrenos baldios que ficam ao lado dos predios por eles ocupados; assim, enquanto se construïrem os primeiros edificios no recinto da Universidade com os recursos obtidos sob garantia das construções para renda no local atual de cada um dos Institutos, as aulas não serão interrompidas. É, portanto APENAS INDISPENSÁVEL QUE TODOS TENHAM A GARANTIA DE QUE OS PODERES PUBLICOS LHES DARÃO OS TERRENOS NO

RECINTO DA UNIVERSIDADE. Se não, dir-se-á, e com sobejasão, que SE RESOLVEU O PROBLEMA DO INSTITUTO QUE PRIMEIRO LOGRAR SER AQUINHOADO COM O TERRENO NESSE RECINTO e, NUNCA, que se RESOLVEU O PROBLEMA DA UNIVERSIDADE.

Nessas condições, há que localizar PRIMEIRAMENTE um Instituto e este feliz escolhido foi a ESCOLA POLITECNICA DA BAHIA. Qual a maneira de se ter UM MINIMO DE GASTOS COM DESAPROPRIAÇÕES para a area necessaria à construção de um primeiro pavilhão para o que há verba no orçamento Federal, ficando a maior parte da quantia destinada pelos Poderes Publicos para a desapropriação para ser aplicada em beneficio de outros Institutos? É evidente que localizando a Universidade em BROTAS. Realmente a desapropriação da roça de Sr. Flamiano Silva (que pede por ela a quantia polpuda de Cr.\$2.500.000,00) é DEZENAS DE VÊZES MAIS CARA uqe um simples muro de sepração dos terrenos baldios do Hospicio Juliano Moreira, e o ensio da planta "2" localizou a Plotecnica. Com a diferença de, nele menos, UM MILHÃO DE CRUZEIROS não se pede, DESDE JÁ, promover a desapropriações na BOA VISTA de BROTAS que irão servir de local para a implantação, logo em segundo lugar, de outro edificio para o grupo da FACULDADE de FILOSOFIA, por exemplo? É incontroverso e – É DE PASMAR!! – para se localizar ahi, em BROTAS, a Escola Politécnica, são necessarios UNICAMENTE DUSENTOS E VINTE METROS (220,00m!!!) de uma rua que ligaria a atual linha de bonde de Brotas, E EM NIVEL PRATICAMENTE, ao local deste primeiro edificio universitario; enquanto que na FEDERAÇÃO é indispensavel o preparo de MIL E QUATROCENTOS METROS (1.400,00m!!!) da rua desde o primeiro até o segundo arco, para deixar os que demandam o recinto da Escola NA BASE DO ALTIPLANO EXIGINDO GALGAR-SE A ENCOSTA EM RESPA FORTISSIMA para se caminhar ainda, DEPOIS DISTO MAIS DE UM KILOMETRO!

AR SALITRADO: – As instalações dos Institutos da Universidade contam com instrumentos FIXOS, CARISSIMOS e de alta precisão que dificilmente e CUSTOSISSIMAMENTE resistirão á ação corrosiva do ar salitrado. FEDERAÇÃO fica condenada, ainda mais esta vez, porque conta com esta "vantagem negativa".

ESTADIO: – Haverá quem negue a imprescindibilidade de centros de cintura física proximos proximos ao recinto das Universidades? Penso que ninguem. BROTAS tem o "Stadium" da Fonte Nova a dois passos. E a Federação? Fra-se-á outro privativo, méramente em uma época em que o Governo do Estado prestigia a construção carissima de um novo campo de desportos na Graça? E as aguas do Dique para os desportos aquaticos podem sofrer paralelo com as revoltas do pleno Oceano, como é o caso da Ondina que servirá á Federação?

BELESAS NATURAIS: Se ambos os locais rivalizam neste ponto, a existencia do Dique permite perspectivas de efeito de véras deslumbrante para BROTAS e que não se logrará nunca ter da FEDERAÇÃO.

PROXIMIDADES DO CENTRO MEDICO (Hospital das Clinicas): – Já vimos q. a distancia de BROTAS, via Toróro, e o CAMPO GRANDE é de... MIL SEISCENTOS E CINCOENTA METROS o que faz com que se compute em uns MIL E OITOCENTOS METROS a distancia ao local da Universidade, em BROTAS. Pois bem: a distancia, EM LINHA RETA, para a FEDERAÇÃO é de MIL E NOVECENTOS e, pela linha de bondes do Garcia, de DOUS MIL E DUZENTOS METROS até o segundo arco!

CONCLUSÃO: – Todos os pontos de vista aqui analisados SÃO SUBSTANCIAIS e (e que é da maxima importancia) SÃO OS FUNDAMENTAIS. Não há UM SO (bem que o vimos) que apresente condições de MAIOR VANTAGEM para a FEDERAÇÃO! Ainda mais: alguma há que, POR SI SÓS,

bastariam para condenar a localização na PEDRA da MARCA: ar salitrado, afastamento irreduzível dos lugares de moradia barata, para só citar estes dois. O meu voto, portanto, é por que se escolha BROTAS, na região prevista na planta "2", para a localização da CIDADE UNIVERSITARIA DA BAHIA e a area nela indicada para o "grupo Politécnico" receberá IMEDIATAMENTE, em ponto convenientemente escolhido, o edificio séde da ESCOLA POLITÉCNICA.

Bahia, 1º de Julho de 1947.

Jayme Cunha da Gama e Abreu

ANEXO C

DOCUMENTO 3 – PARECER DO EPUCS

ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR

CIDADE UNIVERSITÁRIA DA BAHIA

O PROGRAMA

Concebida nos moldes da Universidade do Brasil, a Universidade da Bahia se compõe, inicialmente, dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, já existentes, –Faculdade de Medicina e Escolas Anexas, de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de filosofia, a que se agregarão, futuramente, a Escola de Belas-Artes e a de Música, além de unidades outras, de ensino e de investigação e pesquisa científica, – todas com a autonomia compatível com a finalidade didática, ou de aperfeiçoamento cultural, que tiverem, mas ligadas entre si pelo vínculo unificador da Reitoria, que, em colaboração com a Assembleia e Conselhos Universitários, presidirá às atividades comuns, assegurando ao conjunto, com a desejável unidade sede, instalações e recursos, a solidariedade necessária à consecução integral de seus fins educativos, culturais e cívicos.

Dentro desse espírito e com tais propósitos, o planejamento da Cidade Universitária, constituída pelas estruturas propostas às várias atividades da população universitária – professores, técnicos e estudantes, terá de considerar a Universidade na plenitude de seu desenvolvimento, num futuro mais ou menos próximo, susceptível de previsão.

Assim, de partida as estruturas da Cidade Universitária se classificam em duas grandes categorias, nitidamente diferenciadas – as destinadas às atividades administrativas e de ensino ou de investigação científica, e as destinadas a residências e atividades sociais. As unidades que, respectivamente, se compõem, se distribuem, por seu turno, segundo as características comuns, objetivos afins ou correlações funcionais, nos seguintes grupos ou centros:

I – CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS COMUNS

- 1 – Reitoria
- 2 – Biblioteca Geral – Impressa
- 3 – Museu Geral
- 4 – Teatro – Auditório (Aula Magna)

II – CENTRO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

- 1 – Geografia, História e Letras
- 2 – Biologia, Ciências Físicas e Naturais
- 3 – Jardim Botânico
- 4 – Jardim Ecológico

III – CENTRO DE BELAS-ARTES

- 1 – Escola de Comédia e Declamação
- 2 – Escola de Música e Coreografia – Anfiteatro ao Ar-Livre
- 3 – Escola de Artes Plásticas – Desenho, Pintura, Gravura, Escultura
- 4 – Escola de Arquitetura e Urbanismo

IV – CENTRO POLITÉCNICO

- 1 – Escola de Engenharia
- 2 – Escola de Eletrotécnica
- 3 – Escola de Química Industrial
- 4 – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- 5 – Planetário

V – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

- 1 – Escola de Direito
- 2 – Escola de Ciências Econômicas
- 3 – Instituto de Estatística e Pesquisas Sociais

VI – CENTRO MÉDICO

- 1 – Escola de Medicina e Cirurgia
- 2 – Escola de Farmácia
- 3 – Escola de Odontologia
- 4 – Escola de Nutrição
- 5 – Escola de Puericultura
- 6 – Escola de Enfermagem
- 7 – Centro de Diagnósticos:
 - a) Inst. De Radiologia
 - b) Laboratório
- 8 – Hospital das Clínicas
- 9 – Maternidade

VII – CENTRO DE CULTURA FÍSICA (EUGENIA)

- 1 – Escola de Educação Física
- 2 – Estádio
- 3 – Ginásio
- 4 – Piscina
- 5 – Campos de Esportes Diversos

VIII – CENTRO RESIDÊNCIAL E SOCIAL

- 1 – Residências:
 - a) Professores
 - b) Alunos
 - c) Pessoal auxiliar
- 2 – Cooperativas de Consumo
- 3 – Restaurantes
- 4 – Assistência Médico-social
- 5 – Intercurso Social
 - a) Clubes de Professores
 - b) Clubes de Estudantes

Do programa previsto não consta a Escola de Agronomia e de Veterinária, que, já instalada e em funcionamento no interior do Estado, em zona e local adrede escolhido, constitui, por motivos óbvios, uma unidade ou conjunto independente.

A LOCALIZAÇÃO

O programa da Universidade, quer se considere o número e importância das unidades que lhe constituem o campus, quer se tenha em vista o funcionamento autônomo de cada uma delas e a coordenação de todas num conjunto solidário e harmônico, condiciona a escolha de terreno destinado à estruturação da cidade Universitária.

Não basta, porém, considerar a capacidade de determinada área para conter as estruturas previstas, nem as possibilidades de aproveitamento econômico do terreno para fins construtivos.

Há que se atender, também, na escolha do local, à situação da Universidade em relação à comunidade urbana em que se vai integrar, no interesse de assegurar, a ambas, inter-comunicações fáceis e rápidas, e, à primeira, em particular, condições de relativo isolamento, que a ponham a salvo da interferência do tráfego geral da Cidade e da influência de outras atividades citadinas perturbadoras da calma e tranquilidade propícias ao estudo e à meditação e, de certo modo, incompatíveis com a sadia e serena atmosfera espiritual que constitui o clima adequado às tarefas e à própria vida social da população universitária.

Há que se ter em conta, finalmente, numa região tão acidentada quanto a desta Capital, a forma e disposição topográfica de terreno, de maior importância para a escolha de um partido racional e conveniente de composição arquitetônica.

Colocando nestes termos o problema da localização da Cidade Universitária, assentou o EPUCS suas preferências pela gleba de terra situada na zona Residencial-Centro e, assim, de modo geral, limitadas ao Norte, pela grotta do chamado Pequeno Dique e divisas atuais da antiga Chácara da Boa-Vista; a Leste, pelo primeiro afluente que o Lucaia recebe em sua margem esquerda; no Sul, pelo curso superior do mesmo Lucaia, e, a Oeste, pelo lago do Dique.

Nessa área, que afeta a forma de um trapézio, que tem por base o Lucaia, inscreve-se um elevado contraforte dobrado em ângulo, com a abertura voltada para Leste e o vértice na eminência conhecida por “Capelinha”, a cavaleiro do Dique.

Nas proximidades do ponto em que esse contraforte se insere no espigão que forma uma das arestas da “pirâmide” – representação esquemática das três grandes

vertentes do promontório em que está edificada a Cidade, – acha-se situado o velho solar da Chácara Boa-Vista, onde está atualmente sediado o Hospital Juliano Moreira.

O altiplano amplo e contínuo em que culmina esse contraforte dobrado em ângulo, com uma área utilizável de 496.360m², está naturalmente indicado para a localização das estruturas destinadas às atividades administrativas, educativas e culturais da Universidade; suas encostas de aclives suaves prestam-se para a implantação de residências e de centros de atividades sociais e esportivas, sem perderem, por isso, mercê da riqueza do revestimento florístico, que possuem e cumpre aproveitar e preservar, a feição de parques que se incorporam, sem solução de continuidade, às faixas verdes do vale que envolve a gleba.

Tem esta, com as divisas indicadas, a superfície total de 1.061.960m², dos quais cerca 30% já pertencem ao Estado, representados pelos 355.240m² que constituem a área da referida chácara.

Para fixar sua preferência pelo terreno indicado e descrito, o EPUCS atendeu às seguintes razões:

- 1 – Situação da gleba na Zona Residencial-Centro, tão próxima quanto possível do centro de gravidade da Cidade, na colina histórica da Sé, – o que facilita e encurta as intercomunicações da Universidade com os demais setores da comunidade urbana em que ela se integra;
- 2 – Isolamento, assegurado pelo fato de se achar a gleba encravada em zona residencial, – o que exclui, por si mesmo, além de influências prejudiciais de várias sortes, a interferência, no campus universitário, das grandes vias de tráfego do sistema urbano, atual e futuro: sejam as de vale, que apenas perlogam a envolvente cinta de parques que protegerá a futura Cidade Universitária, sejam as de cumiada, das quais somente uma, prevista no Plano de Urbanização, depois de acompanhar, ao longo das encostas que vertem para o Dique, a orla ocidental do altiplano, o atravessa em nível inferior, quase no vértice do ângulo que ele configura, para, a seguir, transpor, em viaduto, o vale do Lucaia;
- 3 – Disposição e orientação do altiplano que favorecem, não só a adoção de um partido racional de composição arquitetônica, como as melhores condições da insolação e ventilação para as estruturas previstas;
- 4 – Riqueza de revestimento florístico, aproveitável em grande parte em seu estado atual, sem prejuízo de um reflorestamento adequado com essências cuja floração multicolor dê à paisagem ambiente a nota de colorido vivaz, que lhe falta, para realce e valorização da luxuriante gama dos verdes que, em geral, a dominam;
- 5 – Integração do lago do Dique no campus da Universidade, o que bastaria, por si só, para justificar a preferência de vez, que só um empreendimento do porte da cidade Universitária permitirá dar, sem mais demora, à encantadora paisagem do Dique o tratamento condigno que ela está a exigir, de há muito,

da civilização bahiana (o estudo dos vários problemas da Cidade, especialmente no que respeita à valorização de suas belezas naturais, entre as quais avulta o lago do Dique, levou o EPUCS à convicção de que a modéstia de recurso de que a Bahia, dispõe, não permite empreender, sem êxito, e tratamento devido a esse precioso patrimônio artístico, senão associando os esforços nesse sentido a obras ou empreendimentos de outra finalidade, mas de igual vulto e importância);

- 6 – A vizinhança imediata do projetado Centro de Educação e Cultura Física, localizado à margem do Dique, que compreende o Estádio, já em construção, a Escola de Educação Física, Ginásio, Piscina Olímpica, etc... – conjunto de unidades que proporcionará à Universidade, em condições sobreexcepcionais e sem os ônus de instalações próprias, os inestimáveis serviços de que não pode prescindir a mocidade universitária, como elemento orientador e unificador de formação eugênica e instrumento indispensável para os estudos de biotipologia, nos quais oferece um material abundante e sempre renovado, –tudo com o alto objetivo de plasmar uma massa humana homogênea, típica, sobre a qual o Estado possa raciocinar quando tenha de considerar seu potencial cívico, mas grandes emergências da vida nacional;
- 7 – A circunstância de pertencer ao Estado perto de 40% da área do altiplano, representados pela esplanada da Chácara da Bôa-Vista, apenas ocupada, em pequena parte, pelos pavilhões do Hospital Juliano Moreira, – e que permite a imediata utilização dessa grande área, de mais de 187.000m², sem despesas de desapropriação e sem os inconvenientes do desalojamento precipitado de ocupantes, oferecendo, por um lado, oportunidade única para a solução, um prazo razoável, do sério e presente problema da assistência aos psicopatas, pela localização, um ponto adrede escolhido e com as instalações médico-sociais preconizadas pela técnica moderna, da “colônia” ali atualmente alojada nas piores condições, e, por outro lado feliz ensejo para a desejável reabilitação do solar da Bôa-Vista – patrimônio histórico e artístico da Nação – onde viveu Castro Alves, símbolo das aspirações da Liberdade e Justiça Social que, hoje mais do que nunca, devem inspirar a mocidade universitária;
- 8 – Oportunidade, finalmente, para uma corajosa e honesta experiência de revalorização da camada mais pobre da população da Cidade, de cujo total constitui creca de 75%, mediante a concentração, em local conveniente e para o tratamento preconizado em trabalho deste Escritório sobre a habilitação proletária, da miserável massa humana ora esparsa na gleba indicada, verdadeira amostra representativa daquele preponderante estrato social urbano, que, ali, por assim dizer, vegeta mais do que vive, tão impressionante é seu estado de miséria econômica e desamparo social, constituindo, além do mais, um entrave à preservação da paisagem ambiente, cuja beleza põe continuamente em perigo, com a destruição de revestimento florístico da região e a alteração do modelado natural do solo.

LOCALIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

A UNIVERSIDADE

- I – Ideias Gerais – Papel da Universidade e seu funcionamento. O espírito universitário, condições para sua formação e desenvolvimento. Tratamento eugênico da mocidade universitária.
- II – Programa – Unidades componentes da Universidade. Estruturas previstas e áreas necessárias.

LOCALIZAÇÃO

- I – Local preferido – Suas características. Unidades topográficas (TRÊVO). Revestimento florístico. Área total; área de altiplanos, de encostas e vales. Forma e disposição das áreas utilizáveis. Estruturas existentes e população sediada no local. Situação em relação à cidade.
- II – Razões de preferência:
 - 1) – Situação na Zona Residencial-Centro, em direta articulação com o Centro Cívico da Cidade;
 - 2) – Facilidade de acessos, hoje e no futuro, segundo a rede viárias prevista no Plano de Urbanização;
 - 3) – Isolamento, assegurado pelo fato de ser uma unidade topográfica autônoma (TRÊVO), livre de interferências do tráfego geral da Cidade;
 - 4) – Disposição e orientação dos altiplanos que favorecem, não só a adoção de um partido racional de composição arquitetônica, como as melhores condições de insolação e ventilação;
 - 5) – Riqueza de revestimento florístico, aproveitável em grande parte em seu estado atual, sem prejuízo de um reflorestamento adequado com essências cuja floração multicolor dê à paisagem ambiente e nota de colorido viváz, que lhe falta para realce e valorização da luxuriante gama dos verdes que, em geral, a dominam;
 - 6) – Integração do lago do Dique no campus da Universidade, o que bastaria, por si só, para justificar a preferência, de vê-se que só um empreendimento do porte da Cidade Universitária permitirá dar, sem mais demora, à encantadora paisagem do Dique o tratamento condigno que ela está a exigir, de há muito, da civilização bahiana (o

estudo dos vários problemas da Cidade, especialmente no que respeita à valorização de suas belezas naturais, entre as quais avulta o lago do Dique, levou o EPUCS à convicção de que a modestia dos recursos de que a Bahia dispõe, não permite empreender com êxito o tratamento devido a esse precioso patrimônio artístico, senão associando os esforços nesse sentido a obras ou empreendimentos de outra finalidade, mas de igual vulto e importância);

- 7) – A vizinhança imediata do projetado Centro de Educação e Cultura Física, constituído pelo Estádio, já em construção, pela Escola de Educação Física, Ginásio, Piscina olímpica, etc., – conjunto de unidades que proporcionará à Universidade, sem os onus de instalações próprias, os inestimáveis serviços de que não pode prescindir a mocidade universitária, como elemento orientador e unificador de formação eugênica e instrumento indispensável para os estudos de bio-tipologia, aos quais oferece um material abundante e sempre renovado, – tudo com alto objetivo de plasmar uma massa humana homogênea, típica, sobre a qual o Estado possa raciocinar quando tenha de considerar seu potencial cívico, nas grandes emergências da vida nacional;
- 8) – A circunstância de pertencer ao Estado cerca de 50% da área de altiplano, reservada para as estruturas das unidades administrativas e de ensino, constituída pela chácara da Bôa-Vista, onde atualmente funciona o Hospital Juliano Moreira, – o que, se oferece, por um lado, oportunidade única para a solução do sério e premente problema da assistência aos psicopatas, mediante a localização em ponto adrede escolhido e com as instalações médico-higiênicas exigidas pela técnica moderna, da "colônia" alojada, nas piores condições, na referida chácara, enseja, por outro lado, a desejável reabilitação do solar – patrimônio histórico e artístico da Nação – onde viveu Castro Alvez, símbolo das aspirações de liberdade e justiça social que devem inspirar a mocidade universitária;
- 9) – Oportunidade, finalmente, para uma corajosa e honesta experiência de revalorização da camada mais pobre da população da Cidade, de cujo total constitui cerca de 75%, mediante a concentração, em local conveniente e para o tratamento indicado, da miserável massa humana ora esparsa no altiplano e, em maior parte, nas encostas da área preferida para a localização da Cidade Universitária.

Essa massa humana, que é uma verdadeira amostra representativa daquele preponderante estrato social urbano, ali, por assim dizer, vegeta mais do que vive, tão impressionante é seu estado de miséria econômica e desamparo social, constituindo, além de mais, um entrave à preservação da paisagem ambiente, cuja beleza põe

continuadamente em perigo, com a destruição de revestimento florístico da região e a alteração do modelo natural do sólo.

Facilitada, sobretudo, no caso, pela vizinhança imediata do terreno onde se concentra a massa humana em questão, incluindo que o mesmo está entre os que já forem, com tal objetivo, declarados de utilidade pública pelo Estado, – essa experiência tem um tão alto sentido humano e um tão largo alcance prático para a estruturação e expansão futura da Cidade, que sua necessidade e importância não precisam ser encarecidos, sendo, como é, capaz de absorver as atenções e constituir a preocupação máxima de um Governo verdadeiramente apercebido da gravidade, sem precedentes, da crise que o mundo está vivendo, e, em consequência, decididamente voltado para a solução dos problemas do Povo.

UNIVERSIDADE

1. – Ambiente adequado às atividades das escolas.
2. – Espírito universitário: relação entre alunos e faculdades.
3. – Centralização da Reitoria com respectiva secretaría, contabilidade, biblioteca, cooperativa, conselho técnico – administrativo – economico, permuta de fellows – bolsas – contratos de pesquisas.
4. – Centralização de serviços comúns: salões de conferencia, biblioteca, centro de cultura cívica, vida social e artistica, teatro, restaurantes, serviços sociais, serviços medico-higienicos, contratos de prestação de serviço dos propios alunos, intercambio cultural com a liga das nações e outras universidades mundiais.
5. – Colocação das escolas no papel de órgãos administrativos da instrução –reservando-lhes o direito da preparação dos curriculos dos cursos universitarios dos ajustes com os órgãos, verdadeiramente destinados ao ensino e à pesquisa.
6. – Constituição de laboratórios, institutos, museus ou outros órgãos, sob varias invocações, que sejam altamente especializadas nos diversos ramos do conhecimento humano, dedicados ao ensino para a Universidade e à promoção da ciencia, da técnica, da pesquisa para a propria Universidade, para o Governo, para a Industrias em particulares.
7. – Separar os homens de conhecimento especializados em laboratorios e institutos – criando-lhes meio adequado, espirito de cooperação e auxilio mútuo e sobretudo, criando para eles atividade continuada e intensa – que justifique o "full-time" de trabalho e relativo-salario.
8. – Desenvolver entre os laboratorios e instituto especializados maior intercambio possivel de serviços, de forma a que os "theses" a estudar se subdividam em duas partes essenciais, cada qual entregue à responsabilidade do mais especializado no assunto, tudo vindo a se recompôr num todo homogêneo e final.
9. – Criar com a pesquisa renda para o desenvolvimento dos propios laboratórios, para os novos ou complementares salários dos professôres e a atividade científica para os alunos que queiram trabalhar e tenham mérito para isso. Desse modo, promovendo desde cêdo uma certa seleção de valores, com possivel aproveitamento permanente dos mais capazes no côrpo de professores e pesquisadores futuros da Universidade.
- 10.– Permitir a expansão de cada Labortorio ao Instituto de acordo com as linhas de menor resistencia – aproveitando as oportunidades ou eventuais rendas assim como favorecendo a recomposição ou fragmentação de cada um quando o desenvolvimento científico e técnico de uma certa linha de conhecimento venha a aconselhar a medida, para maior flexibilidade, qualidade ou rendimento util das atividades.
- 11.– Permitir a residencia ou o alujamento dos Professores, alunos e empregados da Universidade em local, na forma adequada, que facilite

o estabelecimento de espírito universitário o aproveitamento dos serviços comuns, a limitação das atividades e o uso do tempo nos misteres da Universidade – Ensejando mesmo a formação de um tipo social distinto, até certo ponto homogêneo, no seu aspecto social econômico, que sem de nenhum modo constitua uma casta privilegiada – o que seria altamente funesto para a coletividade – fosse em todo caso dispensado da tortura de ter de competir na vida civil, com as classes de igual ou menos desenvolvimento intelectual, bafejada pela riqueza, usando das mesmas armas e recursos da exibição, do luxo e da potência econômica.

ANEXO D

DOCUMENTOS AFINS

CIDADE UNIVERSITÁRIA DA BAHIA

O PROGRAMA

Concebida nos moldes da Universidade do Brasil, a Universidade da Bahia se compõe, inicialmente, dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, já existentes, –Faculdade de Medicina e Escolas Anexas, de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de filosofia, a que se agregarão, futuramente, a Escola de Belas-Artes e a de Música, além de unidades outras, de ensino e de investigação e pesquisa científica, – todas com a autonomia compatível com a finalidade didática, ou de aperfeiçoamento cultural, que tiverem, mas ligadas entre si pelo vínculo unificador da Reitoria, que, em colaboração com a Assembleia e Conselhos Universitários, presidirá às atividades comuns, assegurando ao conjunto, com a desejável unidade sede, instalações e recursos, a solidariedade necessária à consecução integral de seus fins educativos, culturais e cívicos.

Dentro desse espírito e com tais propósitos, o planejamento da Cidade Universitária, constituída pelas estruturas propostas às várias atividades da população universitária – professores, técnicos e estudantes, terá de considerar a Universidade na plenitude de seu desenvolvimento, num futuro mais ou menos próximo, susceptível de previsão.

Assim, de partida as estruturas da Cidade Universitária se classificam em duas grandes categorias, nitidamente diferenciadas – as destinadas às atividades administrativas e de ensino ou de investigação científica, e as destinadas a residências e atividades sociais. As unidades que, respectivamente, se compõem, se distribuem, por seu turno, segundo as características comuns, objetivos afins ou correlações funcionais, nos seguintes grupos ou centros:

I – CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS COMUNS

- 1 – Reitoria
- 2 – Biblioteca Geral – Impressa

- 3 – Museu Geral
- 4 – Teatro – Auditório (Aula Magna)

II – CENTRO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

- 1 – Geografia, História e Letras
- 2 – Biologia, Ciências Físicas e Naturais
- 3 – Jardim Botânico
- 4 – Jardim Ecológico

III – CENTRO DE BELAS-ARTES

- 1 – Escola de Comédia e Declamação
- 2 – Escola de Música e Coreografia – Anfiteatro ao Ar-Livre
- 3 – Escola de Artes Plásticas – Desenho, Pintura, Gravura, Escultura
- 4 – Escola de Arquitetura e Urbanismo

IV – CENTRO POLITÉCNICO

- 1 – Escola de Engenharia
- 2 – Escola de Eletrotécnica
- 3 – Escola de Química Industrial
- 4 – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- 5 – Planetário

V – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

- 1 – Escola de Direito
- 2 – Escola de Ciências Econômicas
- 3 – Instituto de Estatística e Pesquisas Sociais

VI – CENTRO MÉDICO

- 1 – Escola de Medicina e Cirurgia
- 2 – Escola de Farmácia
- 3 – Escola de Odontologia
- 4 – Escola de Nutrição
- 5 – Escola de Puericultura
- 6 – Escola de Enfermagem
- 7 – Centro de Diagnósticos:
 - a) Inst. De Radiologia
 - b) Laboratório
 - c) Hospital das Clínicas
 - d) Maternidade

VII – CENTRO DE CULTURA FÍSICA (EUGENIA)

- 1 – Escola de Educação Física
- 2 – Estádio
- 3 – Ginásio

- 4 – Piscina
- 5 – Campos de Esportes Diversos

VIII – CENTRO RESIDÊNCIAL E SOCIAL

- 1 – Residências:
 - a) Professores
 - b) Alunos
 - c) Pessoal auxiliar
- 2 – Cooperativas de Consumo
- 3 – Restaurantes
- 4 – Assistência Médico-social
- 5 – Intercurso Social
 - a) Clubes de Professores
 - b) Clubes de Estudantes

Do programa previsto não consta a Escola de Agronomia e de Veterinária, que, já instalada e em funcionamento no interior do Estado, em zona e local adrede escolhido, constitui, por motivos óbvios, uma unidade ou conjunto independente.

A LOCALIZAÇÃO

O programa da Universidade, quer se considere o número e importância das unidades que lhe constituem o campus, quer se tenha em vista o funcionamento autônomo de cada uma delas e a coordenação de todas num conjunto solidário e harmônico, condiciona a escolha de terreno destinado à estruturação da cidade Universitária.

Não basta, porém, considerar a capacidade de determinada área para conter as estruturas previstas, nem as possibilidades de aproveitamento econômico do terreno para fins construtivos.

Há que se atender, também, na escolha do local, à situação da Universidade em relação à comunidade urbana em que se vai integrar, no interesse de assegurar, a ambas, inter-comunicações fáceis e rápidas, e, à primeira, em particular, condições de relativo isolamento, que a ponham a salvo da interferência do tráfego geral da Cidade e da influência de outras atividades citadinas perturbadoras da calma e tranquilidade propícias ao estudo e à meditação e, de certo modo, incompatíveis com a sadia e serena atmosfera espiritual que constitui o clima adequado às tarefas e à própria vida social da população universitária.

Há que se ter em conta, finalmente, numa região tão acidentada quanto a desta Capital, a forma e disposição topográfica de terreno, de maior importância para a escolha de um partido racional e conveniente de composição arquitetônica.

Colocando nestes termos o problema da localização da Cidade Universitária, assentou o EPUCS suas preferências pela gleba de terra situada na zona Residencial-Centro e, assim, de modo geral, limitadas ao Norte, pela grotta do chamado Pequeno Dique e divisas atuais da antiga Chácara da Boa-Vista; a Leste, pelo primeiro afluente que o Lucaia recebe em sua margem esquerda; no Sul, pelo curso superior do mesmo Lucaia, e, a Oeste, pelo lago do Dique.

Nessa área, que afeta a forma de um trapézio, que tem por base o Lucaia, inscreve-se um elevado contraforte dobrado em ângulo, com a abertura voltada para Leste e o vértice na eminência conhecida por “Capelinha”, a cavaleiro do Dique.

Nas proximidades do ponto em que esse contraforte se insere no espigão que forma uma das arestas da “pirâmide” – representação esquemática das três grandes

vertentes do promontório em que está edificada a Cidade, – acha-se situado o velho solar da Chácara Boa-Vista, onde está atualmente sediado o Hospital Juliano Moreira.

O altiplano amplo e contínuo em que culmina esse contraforte dobrado em ângulo, com uma área utilizável de 496.360m², está naturalmente indicado para a localização das estruturas destinadas às atividades administrativas, educativas e culturais da Universidade; suas encostas de aclives suaves prestam-se para a implantação de residências e de centros de atividades sociais e esportivas, sem perderem, por isso, mercê da riqueza do revestimento florístico, que possuem e cumpre aproveitar e preservar, a feição de parques que se incorporam, sem solução de continuidade, às faixas verdes do vale que envolve a gleba.

Tem esta, com as divisas indicadas, a superfície total de 1.061.960m², dos quais cerca 30% já pertencem ao Estado, representados pelos 355.240m² que constituem a área da referida chácara.

Para fixar sua preferência pelo terreno indicado e descrito, o EPUCS atendeu às seguintes razões:

- 1 – Situação da gleba na Zona Residencial-Centro, tão próxima quanto possível do centro de gravidade da Cidade, na colina histórica da Sé, – o que facilita e encurta as intercomunicações da Universidade com os demais setores da comunidade urbana em que ela se integra;
- 2 – Isolamento, assegurado pelo fato de se achar a gleba encravada em zona residencial, – o que exclui, por si mesmo, além de influências prejudiciais de várias sortes, a interferência, no campus universitário, das grandes vias de tráfego do sistema urbano, atual e futuro: sejam as de vale, que apenas perlogam a envolvente cinta de parques que protegerá a futura Cidade Universitária, sejam as de cumiada, das quais somente uma, prevista no Plano de Urbanização, depois de acompanhar, ao longo das encostas que vertem para o Dique, a orla ocidental do altiplano, o atravessa em nível inferior, quase no vértice do ângulo que ele configura, para, a seguir, transpor, em viaduto, o vale do Lucaia;
- 3 – Disposição e orientação do altiplano que favorecem, não só a adoção de um partido racional de composição arquitetônica, como as melhores condições da insolação e ventilação para as estruturas previstas;
- 4 – Riqueza de revestimento florístico, aproveitável em grande parte em seu estado atual, sem prejuízo de um reflorestamento adequado com essências cuja floração multicolor dê à paisagem ambiente a nota de colorido vivaz, que lhe falta, para realce e valorização da luxuriante gama dos verdes que, em geral, a dominam;
- 5 – Integração do lago do Dique no campus da Universidade, o que bastaria, por si só, para justificar a preferência de vez, que só um empreendimento do porte da cidade Universitária permitirá dar, sem mais demora, à encantadora paisagem do Dique o tratamento condigno que ela está a exigir, de há muito,

da civilização bahiana (o estudo dos vários problemas da Cidade, especialmente no que respeita à valorização de suas belezas naturais, entre as quais avulta o lago do Dique, levou o EPUCS à convicção de que a modéstia de recurso de que a Bahia, dispõe, não permite empreender, sem êxito, e tratamento devido a esse precioso patrimônio artístico, senão associando os esforços nesse sentido a obras ou empreendimentos de outra finalidade, mas de igual vulto e importância);

- 6 – A vizinhança imediata do projetado Centro de Educação e Cultura Física, localizado à margem do Dique, que compreende o Estádio, já em construção, a Escola de Educação Física, Ginásio, Piscina Olímpica, etc... – conjunto de unidades que proporcionará à Universidade, em condições sobreexcepcionais e sem os ônus de instalações próprias, os inestimáveis serviços de que não pode prescindir a mocidade universitária, como elemento orientador e unificador de formação eugênica e instrumento indispensável para os estudos de biotipologia, nos quais oferece um material abundante e sempre renovado, – tudo com o alto objetivo de plasmar uma massa humana homogênea, típica, sobre a qual o Estado possa raciocinar quando tenha de considerar seu potencial cívico, mas grandes emergências da vida nacional;
- 7 – A circunstância de pertencer ao Estado perto de 40% da área do altiplano, representados pela esplanada da Chácara da Boa-Vista, apenas ocupada, em pequena parte, pelos pavilhões do Hospital Juliano Moreira, – e que permite a imediata utilização dessa grande área, de mais de 187.000m², sem despesas de desapropriação e sem os inconvenientes do desalojamento precipitado de ocupantes, oferecendo, por um lado, oportunidade única para a solução, um prazo razoável, do sério e presente problema da assistência aos psicopatas, pela localização, um ponto adrede escolhido e com as instalações médico-sociais preconizadas pela técnica moderna, da “colônia” ali atualmente alojada nas piores condições, e, por outro lado feliz ensejo para a desejável reabilitação do solar da Boa-Vista – patrimônio histórico e artístico da Nação – onde viveu Castro Alves, símbolo das aspirações da Liberdade e Justiça Social que, hoje mais do que nunca, devem inspirar a mocidade universitária;
- 8 – Oportunidade, finalmente, para uma corajosa e honesta experiência de revalorização da camada mais pobre da população da Cidade, de cujo total constitui cerca de 75%, mediante a concentração, em local conveniente e para o tratamento indicado da miserável massa humana ora esparsa na gleba indicada para localização da Cidade Universitária.

Essa massa humana, que é uma verdadeira amostra representativa daquele preponderante estrato social urbano, ali, por assim dizer, vegeta mais do que vive, tão impressionante é seu estado de miséria econômica e desamparo social, constituindo, além do mais, um entrave à preservação da paisagem ambiente, cuja beleza põe continuamente em perigo, com a destruição de revestimento florístico da região e a alteração do modelado natural do solo.

Facilitada sobretudo, no caso, pela vizinhança imediata do terreno onde seria concentrada a massa humana em questão, incluindo que o mesmo está entre os que já foram, com tal objetivo, declarados de utilidade pública pelo Estado, – essa experiência tem tão alto sentido humano e tão largo alcance prático para a reestruturação e expansão futura da Cidade, que sua necessidade e importância não precisam ser encarecidas, sendo como é, capaz de absorver as atenções e constituir a preocupação máxima de um Governo verdadeiramente apercebido da gravidade, sem precedentes, da crise que o mundo está vivendo, e, em consequência, decididamente voltado para a solução dos problemas do Povo.

UNIVERSIDADE DA BAHIA

PROGRAMA

A) –CENTRO ADMINISTRATIVO:

- 1 – Pórtico
- 2 – Reitoria e Auditório (Aula Magna)
- 3 – Biblioteca Geral – Imprensa.
- 4 – Museu Geral

B) –CENTRO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS:

- 1 – Geografia, História e Letras
- 2 – Biologia, Ciências Físicas e Naturais
- 3 – Jardim Botânico
- 4 – Jardim Zoológico

C) CENTRO DE BELAS ARTES:

- 1 – Escola de Comédia e Declamação – Tetro.
- 2 – Escola de Música e Coreografia – Anfiteatro ao Ar-livre.
- 3 – Escola de Artes Plásticas – Desenho, Pintura, Gravura, Escultura.
- 4 – Escola de Arquitetura

D) –CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS:

- 1 – Escola de Direito
- 2 – Escola de Ciências Econômicas

E) –CENTRO POLITÉCNICO:

- 1 – Escola de Engenharia
- 2 – Escola de Eletrotécnica
- 3 – Instituto Tecnológico
- 4 – Planetário.

F) –CENTRO MÉDICO:

- 1 – Escola de Medicina e Cirurgia
- 2 – Escola de Farmácia
- 3 – Escola de Odontologia
- 4 – Escola de Nutrição
- 5 – Escola de Puericultura
- 6 – Escola de Enfermagem
- 7 – Centro de Diagnóstico:
 - a) Inst. De Radiologia
 - b) Laboratórios
- 8 – Hospital das Clínicas
- 9 – Maternidade

G) –CENTRO DE CULTURA FÍSICA (EUGENIA)

- 1 – Escola de Educação Física
- 2 – Estádio
- 3 – Ginásio

- 4 – Piscina
 - 5 – Campos de Esportes Diversos
- H) –CENTRO RESIDENCIAL E SOCIAL
- 1 – Residencias:
 - a) Professores
 - b) Alunos
 - c) Pessoal auxiliar.
 - 2 – Cooperativas de Consumo
 - 3 – Restaurantes
 - 4 – Assistencia Médico-social
 - 5 – Intercurso Social:
 - a) Clubes de Professores
 - b) Clubes de Estudantes.